

Avaliação do Plano Municipal de Educação
– Versão Preliminar
Lei Municipal nº 4.845, de 24 de Julho de 2015
Período
2017

Itatiba, 20 de Novembro de 2017

1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO:

COMISSÃO COORDENADORA: DECRETO Nº 6.965, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Anderson Wilker Sanfins – Secretário da Educação
Camila Polo da Nobrega Nardin – Supervisora de Ensino – Ensino Fundamental
Rita Aparecida Netto Piffer - Supervisora de Ensino – Ensino Fundamental
Roselene Bardi Fonseca – Conselho Municipal de Educação
Silvia Bez Soares de Carmago - Supervisora de Ensino – Educação Infantil

EQUIPE TÉCNICA DO PME: DECRETO Nº 6.965, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

I- Representantes das Secretarias Municipais:

Secretaria de Finanças:

Titular: Carla Helena Mutton Gonçalves
Suplente: Tamiris Carmo de Sá Ribeiro

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento:

Titular: Patricia Fernandes Mauricio
Suplente: Jorge Nicolau

Secretaria de Governo:

Titular: Wagner Dias de Carvalho
Suplente: Frank Willian Toogood

Secretaria de Negócios Jurídicos:

Titular: Stefânia Penteado Corradine Rela
Suplente: Roberto Franco de Camargo Júnior

Secretaria de Saúde:

Titular: Maria Inês Fattori
Suplente: Renata Aparecida Gomes Lopes

Secretaria de Ação Social Trabalho e Renda:

Titular: Daniel Silva Reis
Suplente: Flavia Spuza Lembo Pontelle

Secretaria de Obras:

Titular: Mariana Pavan
Suplente: Arioaldo Pancotto

II - Câmaras Temáticas:

a) Educação Infantil

Adriana Gori Leardine – Supervisora de Ensino
Andreia Cecon Rossi – Diretora de Escola
Vera Lúcia Suzan – Supervisora de Ensino

b) Ensino Fundamental

Andreia Pereira Barbosa Zambonini - Diretora de Escola
Adriana Aparecida Gomes de Oliveira da Silva - Supervisora de Ensino
Maria Aparecida Vieira Oliveira - Diretora de Escola

c) EJA

Elaine Aparecida Barreto - Diretora de Escola
Marilsa Aparecida Camilo da Silva – Supervisora de Ensino
Rosângela Aparecida Piza Mourão Fumachi – Responsável pela EJA

d) Ensino Médio

Cristiano Augusto de Oliveira – Diretor da ETEC “Rosa Perrone Scavone”
Eric Denilson Rodrigues – Professor da E.E. “Profª Oscarlina de Araújo Oliveira”
Luci Mara Gotardo – Professora da E.E. “Profº Manuel Euclides de Brito”

e) Educação Inclusiva

Anderson Zanella – representante do Instituto Phala
Elisângela Sales Teixeira – Gestor de área e Projeto (CAEPI)
Kelly Vigato da Silva – Representante da APAE

f) Alfabetização

Rafaela Scaransi – PEB I e Assistente Técnica Pedagógica
Selene Coletti – PEB I e Assistente Técnica Pedagógica
Vânia Lúcia Ruiz Marques – Diretora de Escola

g) Escola de tempo Integral

Ana Paula Bastos – Diretora de Escola
Célia Regina Polezel Franco de Camargo – Vice-diretora de Escola
Maria Elizabeth Tafarello Alves de Siqueira – Supervisora de Ensino

h) Formação Profissional / Ensino Superior e Pós Graduação

Adair Mendes Nacarato – Representante da USF
Carlos Eduardo Pizzolato – Diretor da USF – Campus Itatiba
José Luiz Poli – Conselheiro Municipal de Educação
Luciana Bortoletto Rela - Assistente Técnica Pedagógica

i) Valorização do Magistério, Plano de Carreira e Gestão Democrática

Giancarla Giovanelli de Camargo – Diretora de Escola
Karina Ricci Sesti - Diretora de Escola
Regiane de Cassia Alves –Representante do Sindicato dos Professores
Vera Lúcia Máximo da Silva - Supervisora de Ensino

j) Financiamento

Carla Cristiane da Silva Divino – Contadora da Secretaria de Finanças
José Maurício Perez - Contador da Secretaria de Finanças
Katia Ercília Di Fiore Rela Baptistella - Gestor de Área e Projeto
Zipora de Fatima Godoy Gomes Moises – Auxiliar Administrativa

SUMÁRIO

Apresentação	5
Processo de monitoramento da execução do PME	6
Avaliação das metas e estratégias	8
I. Meta sobre Educação Infantil	8
II. Meta sobre Ensino Fundamental	16
III. Meta sobre Ensino Médio	24
IV. Meta sobre Educação Especial / Inclusiva	31
V. Meta sobre Alfabetização	39
VI. Meta sobre Educação Integral	49
VII. Meta sobre Aprendizado Adequado na Idade Certa	55
VIII. Meta sobre a Escolaridade Média	65
IX. Meta sobre a Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos	69
X. Meta sobre EJA Integrada à Educação Profissional	72
XI. Meta sobre Educação Profissional	76
XII. Meta sobre a Educação Superior	85
XIII. Meta sobre a Titulação de Professores da Educação Superior	93
XIV. Meta sobre Pós-Graduação	98
XV. Meta sobre Formação de Professores	102
XVI. Meta sobre a Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores	108
XVII. Meta sobre a Valorização do Professor	115
XVIII. Meta sobre o Plano de Carreira Docente	120
XIX. Meta sobre a Gestão Democrática	124
XX. Meta sobre o Financiamento da Educação	129
Conclusão e recomendações	141

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Itatiba foi elaborado sob a responsabilidade e supervisão do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria da Educação e tem como diretrizes a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase em valores morais e éticos que orientem a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública municipal;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica no Município;
- VIII - assimilação dos repasses federais e estaduais na aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, de modo a assegurar o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Para seguir essas diretrizes será necessário muito trabalho e comprometimento por parte dos técnicos que pensam e trabalham na e para a educação municipal. Itatiba tem buscado essa excelência, demonstrando os dados a seguir o que já foi alcançado e o que ainda precisamos fazer.

2. PROCESSO DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PME

O Plano Municipal de Educação (PME) foi fruto do amplo debate ocorrido nas diversas etapas da Conferência Municipal de Educação e do Fórum.

O PME reforça a necessidade de ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da educação municipal, direitos constitucionalmente consagrados, cuja garantia exige o trabalho contínuo e articulado das diferentes esferas de governo para a busca da equidade.

Segue abaixo uma retrospectiva do processo de elaboração do PME:

- Publicação da Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014 institui o Plano Nacional de Educação;
- Apresentação do Plano Nacional de Educação a diversos grupos: diretores, secretaria da Educação, Conselho Municipal da Educação, Secretários municipais, imprensa;
- Publicação do Decreto nº 6.552 de 27 de outubro de 2014 – institui o Fórum Municipal de Educação de Itatiba e constitui a Comissão Organizadora do PME;
- Publicação do Regulamento do Fórum Municipal de Educação aprovado na reunião extraordinária do CME em 27.10.2015;
- 1º Simpósio da Educação para apresentação do Plano Nacional de Educação e proposta de trabalho para elaboração do Plano Municipal de Educação (07 de outubro de 2014);
- Composição de Câmaras Temáticas – 18 de novembro
- Reuniões das Câmaras Temáticas - dezembro de 2014; de 2014;
- 1ª Conferência da Educação para apresentação dos trabalhos realizados pelas câmaras temáticas; proposição de modelo de documento estruturado em eixos: universalização do ensino, qualidade da educação, valorização profissional e gestão e financiamento – 25 de fevereiro de 2015;
- Avaliação do documento base do Plano Municipal pelo Conselho Municipal da Educação e membros da comissão organizadora – 11/03/2015;
- 2ª Conferência da Educação para apresentação do documento base sobre o Plano Municipal da Educação, votação das metas e estratégias por todos os delegados e apreciação de toda a sociedade – 19/03/2015.

Para acompanhar sistematicamente o cumprimento das metas, a Lei do PME aponta para a necessidade do monitoramento contínuo e das avaliações periódicas, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social.

Assim, monitorar e avaliar são etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuem para o alcance das metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam ao plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade.

Seguindo essa premissa, a Secretaria da Educação e sua equipe técnica organizou o processo de monitoramento e avaliação, definindo os responsáveis pelo monitoramento e avaliação através Decreto nº 6.965, de 21 de agosto de 2017.

Para facilitar o monitoramento e avaliação do PME, a Subcomissão de Monitoramento e Avaliação foi organizada por Câmaras Temáticas, as quais ficarão responsáveis pelas seguintes metas:

1. Educação Infantil: Meta 1
2. Ensino Fundamental: Meta 2, Meta 7
3. Educação de Jovens e Adultos: Meta 8, Meta 9, Meta 10
4. Ensino Médio: Meta 3, Meta 11
5. Educação Inclusiva: Meta 4
6. Alfabetização: Meta 5
7. Escola de Tempo Integral: Meta 6
8. Formação Profissional, Ensino Superior e Pós Graduação: Meta 12, Meta 13, Meta 14, Meta 15
9. Valorização do Magistério, Plano de Carreira e Gestão Democrática: Meta 16, Meta 17, Meta 18, Meta 19
10. Financiamento: Meta 20

Apresentamos a seguir o trabalho de monitoramento e avaliação das metas e estratégias realizados pelas Câmaras Temáticas.

3. AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS

I. Meta sobre Educação Infantil

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

A Meta 1 do PME trata do acesso das crianças de 0 a 5 anos de idade à educação infantil. Esta meta tem dois grandes objetivos: a universalização da pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do acesso à Educação Infantil em creches para as crianças de até 3 anos de idade. O primeiro deve ser cumprido até 2016 e o segundo até o final de vigência do PME, em 2025, ano no qual deverá ser garantido que, no mínimo, 50% das crianças sejam atendidas em creches. Para o monitoramento desses dois objetivos, foram utilizados os seguintes indicadores:

– *Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola*

– *Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a creche*

Para o cálculo dos indicadores, foram utilizados os dados do Censo Escolar 2016, uma vez que essa base de dados apresenta informações sobre as pessoas que frequentam a escola e também sobre as que não frequentam. O mesmo não ocorre com o Censo da Educação Básica, realizado pelo INEP, que, embora seja mais preciso em relação às informações sobre as características da escola, dos professores e dos estudantes, não permite a análise da evolução da população que não frequenta a escola.

Para tratar da Meta 1, relativa à universalização da matrícula na Educação Infantil, faz-se necessário informar qual a população do município para as faixas etárias atendidas em creches e escolas infantis. Os Quadros I e II ilustram a situação municipal, de acordo com informações disponíveis.

Quadro I - Da população do município de Itatiba por faixa etária e segmento de Educação Infantil, de acordo com o DATASUS 2015

População em idade de Educação Infantil	0 a 3 anos	4 a 5 anos
7338	4455	2883

Fonte: Datasus - <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsp.def>. Acesso em 27/10/2017.

Quadro II - Da matrícula do município de Itatiba por faixa etária e segmento de Educação Infantil, de acordo com o Censo Escolar 2016

Matrículas	0 a 3 anos - Creche	4 a 5 anos - Pré-escola
5665	2282 (rede municipal) + 548 (rede privada) Total: 2830	2299 (rede municipal) + 536 (rede privada) Total: 2835

Fonte: QEDU/ Censo Escolar 2016

Considerando as informações dos Quadros I e II chegamos à situação do atendimento. O atendimento geral da Educação Infantil é de 77,20% da população de 0 a 5 anos. Especificamente da população de zero a três anos, o atendimento é de 63,52% e o atendimento da população de quatro e cinco anos é de 98,33%, de acordo com o Censo Escolar 2016.

Indicador 1A	<i>Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
99,6%	DADO OFICIAL*	98,33%	Censo Escolar 2016 DATASUS 2015

Indicador 1B	<i>Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a creche</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
55,2%	DADO OFICIAL*	63,52%	Censo Escolar 2016 DATASUS 2015

Avaliação das Estratégias da Meta 1

1.1 Ampliar programa nacional de ampliação, construção e reestruturação com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para escolas públicas

Ações desenvolvidas - As escolas que estão sendo construídas já seguem os padrões de acessibilidade e sustentabilidade, e algumas melhorias vem ocorrendo, aos poucos, nos prédios mais antigos da rede municipal com verbas destinadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola - Acessibilidade e recursos próprios das Unidades Escolares.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade as manutenções, ampliando as equipes de trabalho.

1.2 Realizar, periodicamente, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. Cadastro mensal/bimestral

Ações desenvolvidas - Em 2017 as inscrições continuaram a ocorrer mensalmente, porém realizadas nas próprias Unidades Escolares que estão publicando suas listagens de espera para acompanhamento da classificação pela comunidade. A cada vaga que surge imediatamente outra criança é matriculada. Aumento no número de salas nas unidades escolares com espaços disponíveis e funcionamento de uma creche nova. Organização do número de crianças atendidas nas salas de aula através da nova Lei do Sistema nº 5000 de 24 de janeiro de 2017.

Ações a serem realizadas - Em 2018 seguindo as estratégias do PME as inscrições deverão seguir a mesma orientação, porém bimestralmente. Teremos a inauguração de mais uma unidade escolar para atender crianças de 0 a 3 anos, o término da reforma do CEMEI Magdalena B. Giaretta.

1.3 Disponibilizar a lista de espera no Portal da transparência, no respectivo site da PMI, observadas as atualizações mensais, após o período de inscrição apresentando os resultados atingidos/obtidos

Ações desenvolvidas - Em 2017 as listas de espera foram disponibilizadas nas Unidades Escolares para consulta e acompanhamento da comunidade.

Ações a serem realizadas - Em 2018 haverá a continuidade da publicação das listas de espera nas Unidades Escolares para consulta da comunidade.

1.4 Garantir equipe especializada para manutenção periódica em hidráulica, elétrica, pintura e jardinagem, entre outras, em todas as unidades escolares da rede municipal realizando os serviços e reparos de que a escola necessitar

Ações desenvolvidas - Foram realizados atendimentos emergenciais e alguns planejados.

Ações a serem realizadas - Organização de equipes pelo setor competente com atendimentos planejados e ininterruptos atendendo a demanda necessária e manter atendimentos emergenciais.

1.5 Garantir o processo contínuo de avaliação dos indicadores de qualidade para a educação infantil, proposto pelo MEC tendo a cada 2 anos o registro do acompanhamento e supervisão, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos

Ações desenvolvidas - A avaliação dos indicadores de qualidade foi garantida através da elaboração das planilhas do Projeto Político Pedagógico onde nos possibilitou a visualização de cada unidade escolar e suas necessidades.

Ações a serem realizadas - Continuidade da elaboração do Projeto Político Pedagógico a cada 4 anos, porém com a atualização das planilhas anualmente, contendo as expectativas desta estratégia, a avaliação pela Equipe Escolar, Conselho de Escola e pela APM.

1.6 Articular temporariamente, se necessário, a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública

Ainda não optamos por esta alternativa de creches certificadas.

1.7 Promover a formação inicial e continuada em regime de colaboração com o Estado, União ou IES (Instituição de Ensino Superior) reconhecidas pelo MEC e conveniadas, bem avaliadas, oferecendo também formações continuadas próprias do município, para todos os profissionais da educação (professores, diretores, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais e psicopedagogos) e pessoal técnico administrativo

Ações desenvolvidas - Oferecemos vários Projetos e momentos de Formação como: Projeto Famílias que cuidam pela Plan International para professores e coordenadores com foco no desenvolvimento infantil, HTPC on-line, Formação para professores iniciantes e para coordenadores, softwares em educação.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade nas Formações em 2018.

1.8 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais e psicopedagogos) de modo a garantir a atualização de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de crianças, adolescentes e jovens

Ações desenvolvidas - Curso de Pedagogia - PARFOR pela USF e Escola Residência que se refere a estágio de estudantes de pedagogia pela USF com critério para orientação do estágio e maior aproveitamento do curso. Os profissionais da educação do município também participaram de formações oferecidas pela UNICAMP e USP.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade em 2018.

1.9 Aprimorar e ampliar o atendimento das populações itinerantes, do campo e do Quilombo Brotas na educação básica, atendendo às especificidades, respeitando e preservando as culturas locais dessas comunidades

Ações desenvolvidas - Até a presente data o município conseguiu atender toda a rede sem problemas com população itinerante.

1.10 Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo às suas especificidades, garantindo ainda a continuidade da formação dos profissionais envolvidos, bem como, a adequação dos espaços e a oferta de auxiliares de classe para os alunos com sérios comprometimentos decorrentes da deficiência

Ações desenvolvidas - Neste ano houve ampliação de auxiliares para as classes com alunos de inclusão, bem como encontros de formação para os profissionais que trabalham no atendimento educacional especializado pela equipe do CAEPI e os espaços encontram-se adequados para receber os alunos com deficiência.

Ações a serem realizadas - Em 2018 haverá continuidade desta estratégia e da formação pelo CAEPI.

1.11 Intensificar o trabalho intersetorial entre as áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral e integrado dos alunos por meio de programas e projetos de atenção à primeira infância, adolescência e juventude

Ações desenvolvidas - Em 2017 foram realizadas as formações do Programa Famílias que Cuidam que é um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e a Empresa Nivea e PLAN International com formações voltadas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, para professores,

coordenadores, diretores e famílias. No Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância com foco intersetorial e com formações para professores, coordenadores e diretores. Rede a tempo - programa intersetorial para atuar na qualificação de cuidados profissionais e familiares voltadas ao desenvolvimento humano, desde a concepção, com foco na primeira infância.

Ações a serem realizadas - Em 2018 dar continuidade nestas ações.

1.12 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares (municipal, privada, conveniada, confessional e filantrópicas), garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental

Ações desenvolvidas - A supervisão é realizada em todas as escolas da rede pública onde as orientações são pautadas nos Parâmetros Nacionais de Qualidade, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, com a preocupação de articular com a etapa seguinte que é o ensino fundamental.

Ações a serem realizadas - Ampliar a supervisão mais sistematizada na rede particular que estão sob a orientação da Secretaria da Educação.

1.13 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e frequência das crianças na educação básica, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, identificando as causas do absenteísmo

Ações desenvolvidas - Controle de frequência pelo Programa Bolsa Família, acompanhamento sistematizado com as orientações contidas na cartilha sobre Evasão Escolar seguindo os diversos passos de monitoramento e orientação quanto à frequência dos alunos e fazendo encaminhamentos quando se fez necessário.

Ações a serem realizadas - Continuidade do acompanhamento sistematizado da frequência do aluno através das orientações especificadas.

1.14 Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos

Ações desenvolvidas - Através da Cartilha das Diretrizes de Evasão e Abandono Escolar pudemos fazer esse acompanhamento e orientação e no Programa da Rede a tempo o início de uma busca mais eficaz integrando as Secretarias da Educação, Saúde e Ação Social.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade nas orientações da Cartilha das Diretrizes de Evasão e Abandono Escolar e ampliar Programa da Rede a tempo nos demais bairros do município para encontrar todas as crianças que vivem em situação vulnerabilidade.

1.15 Realizar e publicar, no primeiro mês letivo de cada ano, com a colaboração da União e do Estado o levantamento da demanda manifesta pela educação infantil, bem como planejar e verificar o atendimento

Ações desenvolvidas - Em 2017 atendemos 100% da demanda manifesta de crianças de 4 e 5 anos da rede municipal. O atendimento de crianças de 0 a 3 anos ainda não atingiu toda a demanda manifesta, tornamos pública a lista de espera em todos os CEMEI's para consulta e acompanhamento das comunidades.

Ações a serem realizadas - Em 2018 devemos continuar o atendimento de 100% da demanda de 4 e 5 anos, ampliar o atendimentos de crianças de 0 a 3 anos e continuar com a publicação das listas de espera, se houver, nas unidades escolares. Para consulta e acompanhamento das comunidades.

1.16 Ampliar gradativamente escolas de educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, no caso da rede municipal, conforme orçamento previsto no regime de colaboração com Estado e União

Ações desenvolvidas - Garantimos a vaga de meio período para as crianças de 4 e 5 anos e oferecemos o Projeto Convivência em algumas unidades escolares.

Ações a serem realizadas - Ampliação de vagas de 0 a 3 anos, com o funcionamento do CEMEI Suzelei Marli Marques Matteuzzo, com o término da reforma do CEMEI Magdalena Benedetti Giaretta.

1.17 Ampliar a oferta de vagas na educação infantil municipal mediante a construção de novas unidades, ampliando consequentemente os recursos humanos especializados, bem como, materiais e equipamentos adequados em regime de colaboração entre a União e o Estado. A expansão da rede pública municipal de educação infantil deverá seguir o padrão nacional de qualidade, considerando a peculiaridade local

Ações desenvolvidas - Em 2017 iniciamos o atendimento do CEMEI Teresa Maria dos Santos Braida para crianças de 0 a 3 anos e ainda iniciamos uma sala de Berçário no CEMEI Lazara Moreira da Silva Bertoni.

Ações a serem realizadas - Ampliação de vagas com o funcionamento do novo CEMEI Suzelei Marli Marque Matteuzzo, conclusão da reforma do CEMEI Magdalena Benedetti Giaretta.

1.18 Oferecer, em regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, transporte gratuito para todos os estudantes da população do campo e das zonas de expansão urbana na faixa etária da educação escolar obrigatória

Ações desenvolvidas - Atendemos com transporte escolar as crianças de 4 e 5 anos da zona rural e de expansão urbana.

Ações a serem realizadas - Ampliar atendimento conforme as necessidades.

1.19 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; 1.19.1 Promover ações que universalizam o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através de articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação

Ações desenvolvidas - No município desenvolvemos através de parcerias a integração entre as Secretarias da Educação, Saúde e Ação Social através de convênios com a Nívea e PLAN International, São Paulo pela Primeiríssima Infância e com o Instituto Primeiros Anos em Desenvolvimento Humano (IPADH) através da Rede a.tempo.

Ações a serem realizadas - Continuar com os programas já elencados, ampliando cada vez mais as ações já desencadeadas e abrir novas possibilidades para novas propostas.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
1.1	2025	Ampliar programa nacional de ampliação, construção e reestruturação com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para escolas públicas	PPA 2014-2017 Proinfância	REALIZADA
1.2	2015	Realizar, periodicamente, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. Cadastro mensal/bimestral	Não se aplica	REALIZADA
1.3	2018	Disponibilizar a lista de espera no Portal da transparência, no respectivo site da PMI, observadas as atualizações mensais, após o período de inscrição apresentando os resultados atingidos/ obtidos	Não se aplica	NÃO INICIADA
1.4	2025	Garantir equipe especializada para manutenção periódica em hidráulica, elétrica, pintura e jardinagem, entre outras, em todas as unidades escolares da rede municipal realizando os serviços e reparos de que a escola necessitar	PPA 2014-2017	REALIZADA
1.5	2025	Garantir o processo contínuo de avaliação dos indicadores de qualidade para a educação infantil, proposto pelo MEC tendo a cada 2 anos o registro do acompanhamento e supervisão, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos	Não se aplica	REALIZADA
1.6	2025	Articular temporariamente, se necessário, a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública	NÃO SE APLICA	NÃO INICIADA
1.7	2025	Promover a formação inicial e continuada em regime de colaboração com o Estado, União ou IES (Instituição de Ensino Superior) reconhecidas pelo MEC e conveniadas, bem avaliadas, oferecendo também formações continuadas próprias do município, para todos os profissionais da educação (professores, diretores, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais e psicopedagogos) e pessoal técnico administrativo	PPA 2014-2017 PARFOR Instituto Federal	REALIZADA
1.8	2025	Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais e psicopedagogos) de modo a garantir a atualização de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de crianças, adolescentes e jovens	PPA 2014-2017 USP - UNICAMP	REALIZADA
1.9	2025	Aprimorar e ampliar o atendimento das populações itinerantes, do campo e do Quilombo Brotas na educação básica, atendendo às especificidades, respeitando e preservando as culturas locais dessas comunidades	NÃO SE APLICA	REALIZADA
1.10	2025	Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo às suas especificidades, garantindo ainda a continuidade da formação dos profissionais envolvidos, bem como, a adequação dos espaços e a oferta de auxiliares de classe para os alunos com sérios comprometimentos decorrentes da deficiência	PPA 2014-2017	REALIZADA

1.11	2025	Intensificar o trabalho intersetorial entre as áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral e integrado dos alunos por meio de programas e projetos de atenção à primeira infância, adolescência e juventude	Programa Famílias que Cuidam Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância Instituto Primeiros Anos em Desenvolvimento Humano (IPADH)	REALIZADA
1.12	2025	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares (municipal, privada, conveniada, confessional e filantrópicas), garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental	Não se aplica	REALIZADA
1.13	2017	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e frequência das crianças na educação básica, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, identificando as causas do absenteísmo	Programa Bolsa Família Brasil Carinhoso	REALIZADA
1.14	2017	Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos	Não se aplica	REALIZADA
1.15	2017	Realizar e publicar, no primeiro mês letivo de cada ano, com a colaboração da União e do Estado o levantamento da demanda manifesta pela educação infantil, bem como planejar e verificar o atendimento	Não se aplica	REALIZADA
1.16	2025	Ampliar gradativamente escolas de educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, no caso da rede municipal, conforme orçamento previsto no regime de colaboração com Estado e União	PPA 2014-2017 Proinfância	REALIZADA
1.17	2018	Ampliar a oferta de vagas na educação infantil municipal mediante a construção de novas unidades, ampliando consequentemente os recursos humanos especializados, bem como, materiais e equipamentos adequados em regime de colaboração entre a União e o Estado. A expansão da rede pública municipal de educação infantil deverá seguir o padrão nacional de qualidade, considerando a peculiaridade local	PPA 2014-2017 Proinfância	REALIZADA
1.18	2017	Oferecer, em regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, transporte gratuito para todos os estudantes da população do campo e das zonas de expansão urbana na faixa etária da educação escolar obrigatória	PPA 2014-2017 PNATE	REALIZADA
1.19	2025	Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; 1.19.1 Promover ações que universalizam o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através de articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação	PPA 2014-2017	REALIZADA

II. Meta sobre Ensino Fundamental

Meta 02 – Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

A universalização do acesso ao ensino fundamental e a conclusão dessa etapa na idade recomendada são os objetivos da Meta 2 do PME. O prazo para o cumprimento desses objetivos estende-se até 2025, último ano de vigência do atual Plano. Em relação ao Ensino Fundamental, o atual PME destaca, então, mais do que apenas o acesso à escola da população-alvo – 6 a 14 anos –, mas também o acesso e a conclusão dessa etapa na idade recomendada. Para o monitoramento dos dois objetivos centrais dessa meta, foram considerados os seguintes indicadores:

– *Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental*

– *Indicador 2B: Percentual de pessoas de 15 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído*

Os dados utilizados para se chegar aos resultados apresentados são os da população do município DATASUS 2012, dados de matrícula do município 2016 - Censo escolar 2016.

O Datasus nos oferece dados da população residente no Município e o Censo da Educação Básica/Inep, nos apresenta informações sobre as matrículas realizadas nas escolas municipais. Como para o monitoramento desta meta é preciso considerar as informações de toda a população, independente de frequentar ou não a escola, o cruzamento dos dados nos oferece um parâmetro da realidade.

A Meta 2 trata da universalização do atendimento no Ensino Fundamental, portanto será necessário informar qual a população do município para as faixas etárias de 6 a 14 anos atendidas no Ensino Fundamental. Os Quadros III e IV ilustram a situação municipal, de acordo com informações disponíveis.

Quadro III - Da população do município de Itatiba na faixa etária de Ensino Fundamental regular, de acordo com o Datasus 2012

População de Itatiba na Faixa etária de Ensino Fundamental	6 a 10 anos	11 a 14 anos
13907	7326	6581

Quadro IV - Da matrícula do município de Itatiba na faixa etária de Ensino Fundamental, de acordo com o Censo Escolar 2016

Matrículas Ensino Fundamental			Anos iniciais 1º – 5º ano	Anos finais 6º -9º ano
Total	12905	Municipal	5947	4426
		Privada	1407	1125
		Total por segmento	7354	5551

Fonte: Censo Escolar 2016

Garantir matrículas no Ensino Fundamental não é mais suficiente, os municípios precisam investir na qualidade para garantir a aprendizagem de todos os alunos no ano de matrícula adequado para sua idade. Isso envolve o fluxo escolar e as taxas de aprovação. O quadro V apresenta as taxas de reprovação, abandono e aprovação, de acordo como Censo Escolar de 2016.

Quadro V - Das taxas de reprovação, abandono e aprovação de ensino Fundamental e Médio.

Etapa Escolar	Municipal – 2016			Particular- 2016		
	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	5,3% 318 reprovações	0,1% 4 abandonos	94,6% 5.626 aprovações	0,5% 8 reprovações	0,0% 0 abandonos	99,5% 1.400 aprovações
Anos Finais	7,6% 335 reprovações	0,5% 21 abandonos	92,0% 4.072 aprovações	2,6% 30 reprovações	0,0% 0 abandonos	97,4% 1.096 aprovações
Ensino Médio	-	-	-	4,1% 30 reprovações	0,0% 0 abandonos	95,9% 699 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2016, Inep. Organizado por Meritt

A distorção série idade é um problema nacional que precisa ser resolvido em cada município brasileiro, a fim de garantir os direitos de aprendizagem no ano de matrícula dos alunos. Os quadros VI e VII apresentam a situação de Itatiba nos últimos anos.

Quadro VI - Da taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Distorção Idade-Série anos iniciais do Ensino Fundamental (%)
2006	8,0
2007	8,0
2008	7,0
2009	6,0
2010	5,0
2011	5,0
2012	5,0
2013	6,0
2014	6,0
2015	6,0
2016	6,0

Fonte: QEDU

Quadro VII - Da taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental

Ano	Distorção Idade-Série (%)
2006	17
2007	15
2008	14
2009	13
2010	13
2011	11
2012	11
2013	10
2014	11
2015	11
2016	11

Fonte: QEDU

Indicador 2A	<i>Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
98,6	DADO OFICIAL	93%	Datasus 2012 Censo Escolar -2016

Dados da população do município DATASUS 2012.
Dados da matrícula do município 2016.

Indicador 2B	<i>Percentual de pessoas de 15 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
84,2	DADO OFICIAL	94,4	Datasus 2012 Censo Escolar -2016

Avaliação das Estratégias da Meta 2

- 2.1 Atualizar os documentos curriculares do Município de todos os níveis de ensino, de acordo com a proposta nacional comum a ser publicada, garantindo os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos, a serem atingidos nos tempos e etapas de sua organização, com vistas a garantir formação básica comum e prevenir a disfunção série/idade.**

Ações desenvolvidas - Atualização do currículo municipal em função das demandas de cada segmento, tendo como respaldo a comparação dele com as 1ª e 2ª versões da BNCC.

Ações a serem realizadas - Elaboração de Plano de Implementação da Base Nacional Curricular Comum.

- 2.2 Ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de ampliação, construção e reestruturação com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para escolas públicas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas municipais, com a instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social**

Ações desenvolvidas - Uso de recursos da verba PDDE acessibilidade em pequenas reformas e aquisição de material didático pedagógico voltado para os alunos com necessidades especiais. Uso de recursos próprios da Prefeitura Municipal ou parcerias com investidores, após a identificação nas vistorias de necessidade de intervenções. Convênios estaduais ou federais por meio de assistência

técnica e financeira. Produção de material didático: Fundamental I, Matemática, História e Geografia; Fundamental II (cadernos de Língua Portuguesa e PLPT, História, Educação Física). Formação de diretores 2016 e 2017. Formação coordenadores pedagógicos 2017.

Ações a serem realizadas - Gradativamente realizar as adequações necessárias para que os espaços escolares ofereçam condições de acessibilidade a todos, bem como oferecer equipe para manutenção periódica em hidráulica, elétrica, pintura e jardinagem, entre outras, em todas as unidades escolares da rede municipal, realizando serviços de reparos de que a escola necessitar.

2.3 Oferecer, em regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, transporte gratuito para todos os estudantes da população do campo e das zonas de expansão urbana na faixa etária da educação escolar obrigatória

Ações desenvolvidas - Por meio do repasse do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) atende os alunos de zona rural e de expansão urbana, contudo não é suficiente, exigindo assim, do município uso de recursos próprios, sendo então oferecido o transporte em frota própria da Prefeitura. Em virtude da frota própria não ser suficiente para atender os alunos é oferecido transporte com crédito em vale transporte.

Ações a serem realizadas - Busca de financiamento compartilhado com a União para aquisição de Ônibus escolar.

2.4 Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e frequência das crianças da educação básica, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde, e proteção à infância e adolescência, identificando as causas do absentismo

Ações desenvolvidas - O Programa Bolsa Família é monitorado pela Secretaria da Educação a cada 02 meses por funcionário específico, sendo que os dados contemplam os resultados de frequência do período em questão. A frequência exigida para a permanência no programa para a faixa etária de 6 a 14 anos é de 85% a cada mês. Criação das Diretrizes Municipais de Combate ao Abandono e Evasão Escolar, desta forma, as escolas seguem as orientações propostas deste documento norteador.

Ações a serem realizadas - Intensificar a parceria entre a escola e o Conselho Tutelar no espaço escolar, através de um diálogo e convocações aos pais. Padronização de controle de frequência nas Unidades Escolares. Realizar palestras nas escolas (alunos e pais) com profissionais da saúde e demais envolvidos. Dar continuidade na rede de proteção da criança e do adolescente.

2.5 Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos

Ações desenvolvidas - Uso das orientações e encaminhamentos descritos nas Diretrizes Municipais de Combate ao Abandono e Evasão Escolar.

Ações a serem realizadas - Padronização no nível de rede de um cadastro único das crianças e adolescentes residentes no município, através das secretarias de Ação Social e Saúde.

2.6 Buscar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e da comunidade do Quilombo Brotas

Ações desenvolvidas - A rede oferece ao público alvo: Cultura Digital (conforme resolução própria); laboratório de informática nas escolas; Projeto Letramento e Programação cujo público alvo é os alunos das escolas municipais ou comunidade dos bairros São Francisco e Porto Seguro (CRAS), atendendo as especificidades, respeitando e preservando as culturas locais e; Projeto Palma; Plataforma moodle para alunos e professores; Sala de Recursos Multifuncional, onde os alunos são

atendidos em suas necessidades; Projeto Khan Academy que é desenvolvido em 9 escolas municipais em parceria com a Fundação Lemann.

Ações a serem realizadas - Ampliar e garantir a continuidade do uso das tecnologias pedagógicas com o público alvo em questão.

2.7 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região

Não se aplica. Não há necessidade de um calendário específico, pois não temos períodos sazonais.

2.8 Promover atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural respeitadas as suas especificidades

Ações desenvolvidas - Acesso às atividades culturais fora do espaço escolar, tais como: visitas a teatro, zoológicos, museus, exposições, planetário. Ampliação do universo cultural dos alunos por meio de projetos como: teatro, rádio (CAEC), Atirador Mirim, Bombeiro Mirim. Parcerias com CRAS, CAEC, USF, etc

Ações a serem realizadas - Ampliar e dar continuidade aos projetos e ações já desenvolvidos pelo município.

2.9 Estabelecer condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos em colaboração com as famílias, incentivando a participação dos pais e/ou responsáveis no acompanhamento efetivo das atividades escolares dos filhos na escola e no lar a fim de desenvolver ações que envolvam orientação, colaboração destes na vida escolar dos filhos, como por exemplo: palestras, parcerias com outros profissionais (da saúde, do direito, da segurança, e outros), e flexibilizando os horários de reuniões (individuais ou coletivas) e eventos

Ações desenvolvidas - Reuniões/palestras em horários noturnos para que os pais ou responsáveis compareçam depois do trabalho. Eventos no período noturno ou sábados a fim de que as famílias participem. Projeto Famílias que Cuidam e Programa Saúde na Escola.

Ações a serem realizadas - A Secretaria da Educação deverá dar continuidade aos projetos estabelecidos em parceria, procurando estendê-los a um maior número de escolas.

2.10 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos-políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação os pais na avaliação de docentes e gestores escolares

Ações desenvolvidas - Por meio do princípio da gestão democrática participativa as escolas promovem momentos de discussões nas reuniões de Conselho de Escola, Grêmios Estudantil e APM, respeitando as necessidades locais.

Ações a serem realizadas - Garantir efetiva a participação dos pais e alunos, proporcionando dias e horários estabelecidos em calendário e cronograma específico. Iniciar discussão na Rede sobre avaliação institucional.

2.11 Promover a expansão do atendimento específico às populações do campo e comunidade do quilombo Brotas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações

O público alvo em questão já é atendido pela rede no próprio currículo, com os conteúdos mínimos necessários para sua inserção na sociedade. Não se aplica.

2.12 Criar, ampliar, divulgar, assegurar condições de acesso e permanência a projetos que ofereçam atividades extracurriculares que estimulem o desenvolvimento de habilidades artísticas, em suas diferentes linguagens, esportivas e científicas, bem como promovam a participação em concursos, campeonatos/ competições, feiras e olimpíadas estudantis nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional

Ações desenvolvidas - Através das escolas em Tempo integral os alunos estão em contato com diversas oficinas (Programa Novo Mais Educação). Participação em competições esportivas e concursos externos através das provas Astra, OBEMEP, Melhor Estudante, AEPTI, Jogos Escolares, Circuito Mais que Esporte... Educação, entre outros. Acesso às atividades culturais fora do espaço escolar, tais como: visitas a teatro, zoológicos, museus, exposições, planetário. Ampliação do universo cultural dos alunos por meio de projetos como: teatro, rádio (CAEC), Atirador Mirim, Bombeiro Mirim. Parcerias com CRAS, CAEC, USF, etc.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade e ampliar a oferta destes projetos/ concursos assegurando cada vez mais as condições de acesso e permanência das crianças na escola.

2.13 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Promover ações que universalizam o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através de articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação

Ações desenvolvidas - Parcerias e convênios com as CRAS e CAEC para uso de seus espaços e atividades. Pacto Nacional na Idade Certa (PNAIC). Programa Ler e Escrever. Parcerias com os profissionais do CAEPI no atendimento aos alunos que estão apresentando maiores dificuldades no processo de aprendizagem. Em atendimentos orientações do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é ofertada alimentação balanceada aos alunos da Rede em suas diferentes modalidades. Desenvolvimento de ações que visem ao hábito da alimentação saudável, tais como: palestras, avaliação antropométrica, através de coleta de amostragens.

Ações a serem realizadas - Ampliar e manter as parcerias já estabelecidas.

ESTRATÉGIAS	Prazo da Estratégia	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
2.1	2016	Atualizar os documentos curriculares do Município de todos os níveis de ensino, de acordo com a proposta nacional comum a ser publicada, garantindo os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos, a serem atingidos nos tempos e etapas de sua organização, com vistas a garantir formação básica comum e prevenir a disfunção série/idade.	Não se aplica	REALIZADA
2.2	2025	Ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de ampliação, construção e reestruturação com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para escolas públicas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas municipais, com a instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social	PDDE E PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
2.3	2025	Oferecer, em regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, transporte gratuito para todos os estudantes da população do campo e das zonas de expansão urbana na faixa etária da educação escolar obrigatória	PNATE E PPA 2014-2017	REALIZADA
2.4	2025	Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e frequência das crianças da educação básica, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde, e proteção à infância e adolescência, identificando as causas do absenteísmo	Programa Bolsa Família PPA 2014-2017	REALIZADA
2.5	2016	Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos	Não se aplica	REALIZADA
2.6	2025	Buscar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e da comunidade do Quilombo Brotas	PPA 2014-2017	REALIZADA
2.7	2025	Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região	Não se aplica	NÃO INICIADA
2.8	2025	Promover atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural respeitada as suas especificidades	PPA 2014-2017	REALIZADA
2.9	2025	Estabelecer condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos em colaboração com as famílias, incentivando a participação dos pais e/ou responsáveis no acompanhamento efetivo das atividades escolares dos filhos na escola e no lar a fim de desenvolver ações que envolvam orientação, colaboração destes na vida escolar dos filhos, como por exemplo: palestras, parcerias com outros profissionais (da saúde, do direito, da segurança, e outros), e flexibilizando os horários de reuniões (individuais ou coletivas) e eventos	Projeto Famílias que Cuidam PPA 2014-2017	REALIZADA

2.10	2025	Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos-políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação os pais na avaliação de docentes e gestores escolares	Não se aplica	REALIZADA
2.11	2025	Promover a expansão do atendimento específico às populações do campo e comunidade do quilombo Brotas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações	Não se aplica	NÃO INICIADA
2.12	2025	Criar, ampliar, divulgar, assegurar condições de acesso e permanência a projetos que ofereçam atividades extracurriculares que estimulem o desenvolvimento de habilidades artísticas, em suas diferentes linguagens, esportivas e científicas, bem como promovam a participação em concursos, campeonatos/ competições, feiras e olimpíadas estudantis nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional	Programa Novo Mais Educação PPA 2014-2017	REALIZADA
2.13	2025	Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; Promover ações que universalizam o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através de articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação	PPA 2014-2017	REALIZADA

III. Meta sobre Ensino Médio

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população itatibense de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para pelo menos 89% (oitenta e nove por cento).

O monitoramento da Meta 3 do PME leva em consideração que esta é estruturada em dois objetivos distintos, mas diretamente articulados. Em curto prazo, a meta visa à universalização do acesso à educação para a população de 15 a 17 anos de idade, de modo que, no ano de 2016, a totalidade dos jovens na referida faixa etária tenha o direito à educação escolar garantido. A tal objetivo é agregado o de adequação idade-série, que tem como finalidade a ampliação do percentual dos jovens entre 15 e 17 anos que frequentam o ensino médio, a fim de que, no ano de 2025, a taxa líquida de matrículas nessa etapa seja de 85%.

Para o acompanhamento da Meta 3, o Indicador 3A passou a considerar em seu valor final os jovens que não mais frequentam a escola, mas que já concluíram a educação básica, isto é, já tiveram o direito garantido até os 17 anos de idade, conforme art. 208 da Constituição Federal e art. 4 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na mesma direção, o Indicador 3B passou a abarcar os que frequentam o Ensino Médio, cursos superiores, bem como os que já concluíram o Ensino Médio dentro da idade selecionada pela meta. Outro ajuste se refere ao cálculo da idade em anos completos, que passou a ser realizado adotando a data de referência recomendada pelo CNE para a matrícula inicial na educação básica: 31 de março.

Desse modo, os indicadores selecionados para o monitoramento dos objetivos da Meta 3 são os seguintes:

- *Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.*
- *Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.*

Os quadros VIII e IX mostram a população total desses alunos em Itatiba.

Quadro VIII – Diagnóstico do Município dos alunos de 15 – 17 anos para o Ensino Médio

População de 15 a 17 anos	4729
População de 15 a 17 anos, residente que frequentava escola	4438

Fonte: QEDU/ Censo Escolar 2016

Quadro VIII A.- Do número de matriculados em todas as redes no município de Itatiba, de acordo com o censo 2016.

Ensino Médio Regular	
Rede Estadual	3710
Rede Privada	728
Total	4438

Fonte: QEDU/ Censo Escolar 2016

Quadro IX - Do atendimento da rede estadual no município de Itatiba

Escolas Estaduais		Número de Alunos Atendidos				
		E. Médio				TOTAL
		Regular	Integral	EJA	Profis	
01	EE Profª Ivony de Camargo Salles	838				838
02	EE Manuel Euclides de Brito	632				632
03	EE Antonio Dutra	425	108			533
04	EE Profª Oscarlina de Araújo Oliveira	1150				1150
05	ETEC Rosa Perrone Scavone**	332				332
					Total	3485

** ETEC- E. Médio integrado com Ed. Profissionalizante

Fonte: Sistema de Cadastro de Alunos (GDAE)

Quadro X - Do atendimento da rede privada no município de Itatiba

Escolas Municipais		E. Médio				EEE	TOTAL
		Regular	Integral	EJA	Profis		
1	Colégio Bom Jesus	136				136	
2	Colégio Next	92				92	
3	Colégio Cidade de Itatiba	112				112	
4	Colégio Litteratus	81				81	
5	Colégio Populus de Itatiba	51				51	
6	Curso e Colégio Anglo Itatiba	127				127	
					Total	599	

Indicador 3A	<i>Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
99%	DADO OFICIAL	92,5%	QEDU/ Censo Escolar 2016

Indicador 3B	<i>Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
76%	DADO OFICIAL	76%	QEDU/ Censo Escolar 2016

Avaliação das Estratégias da Meta 3

3.1 Incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Ações desenvolvidas - Realizar um levantamento dos alunos que concluíram o ensino fundamental e não realizaram matrícula no ensino médio.

Ações a serem realizadas - Divulgar o período de matrícula para o ensino médio nas diferentes escolas que oferecem essa modalidade.

3.2 Manter programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental para diminuir a disfunção série/idade.

3.2.1 ampliar a oferta de programas para correção de fluxo escolar, visando o acompanhamento pedagógico individualizado e à recuperação de estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais.

Ações desenvolvidas - Os alunos com muitas dificuldades são encaminhados para as psicopedagogas (CAEPI), para uma anamnese e acompanhamento personalizado, possibilitando uma real recuperação do aluno.

Ações a serem realizadas - As equipes escolares deverão estruturar o acompanhamento sistemático da aprendizagem dos alunos desde o início do ano letivo, oferecendo recuperação contínua e paralela a cada bimestre como garantia do direito de os alunos aprenderem o que é esperado para o seu ano de matrícula (ação preventiva). As equipes escolares deverão fazer o acompanhamento

individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e adotar práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.3 Fazer ampla divulgação e incentivo à participação dos alunos no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM;

a - Adotar procedimentos de avaliação fundamentados no conteúdo curricular de ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados com os do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB;

b - Promover a utilização do ENEM como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas públicas para a educação básica, considerando-a também como avaliação certificadora da conclusão do EM;

c- Utilizar o ENEM para de aferir conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, bem como para propiciar ao (a)aluno (a) acesso à ao sistema classificatório para a educação superior.

Ações desenvolvidas - Motivar os alunos que estão terminando o Ensino Fundamental, mas com a idade de frequentar o médio, buscarem a formação através da EJA e a certificação através do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) garantindo a formação deste aluno no Ensino Médio.

Ações a serem realizadas - Divulgar a inscrição do ENCCEJA e incentivar a participação dos alunos.

3.4 Articular-se com escolas de ensino profissionalizante (SENAI, ETEC) objetivando ofertar cursos de nível técnico de acordo com as demandas locais.

Ações desenvolvidas - Elaboração de projetos que tenham como objetivo a formação técnica para os alunos das escolas de Ensino Médio do Município. Para tanto, buscar parcerias com a ETEC e SENAI, apresentando sugestões de cursos técnicos que irão suprir as necessidades do polo industrial de Itatiba e, ao mesmo tempo, oportunizando a formação técnica que garantirá, ao aluno, sua inserção no mercado de trabalho.

Ações a serem realizadas - Divulgar os cursos oferecidos pela ETEC e pelo SENAI.

3.5 Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos.

Ações desenvolvidas - Realizar o acompanhamento dos alunos entre 15 e 17 anos evadidos da escola.

Ações a serem realizadas - Elaborar projeto envolvendo a assistência social, saúde e Conselho Tutelar, com o objetivo de reintegrar a população de 15 a 17 anos evadidos da escola. Realizar o acompanhamento para manter esses adolescentes na escola.

3.6 Garantir a divulgação dos exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ações desenvolvidas - Motivar os alunos que estão terminando o Ensino Fundamental, mas com a idade de frequentar o médio, buscarem a formação através da EJA e a certificação através do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) garantindo a formação deste aluno no Ensino Médio.

Ações a serem realizadas - Motivar os alunos que estão terminando o Ensino Fundamental, mas com a idade de frequentar o médio, buscarem a formação através da EJA e a certificação através do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) garantindo a formação deste aluno no Ensino Médio.

3.7 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.

3.7.1 Ampliar o número de vagas, oferecendo a partir da segunda metade da década de vigência deste Plano, o ensino médio em regime colaborativo entre o Município e o Estado de São Paulo, de modo a garantir salas de Ensino Médio descentralizadas em espaços da escola municipal, prioritariamente nos locais mais afastados da cidade e onde já funcione a educação de jovens e adultos no período noturno.

Ações desenvolvidas - Ampliar o número de vagas no ensino médio nos turnos diurno e noturno.

Ações a serem realizadas - Abrir as escolas do Ensino Fundamental no período noturno em bairros carentes de escolas de Ensino Médio, para que a população tenha acesso facilitado e possa concluir os estudos.

3.8 Assegurar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ações desenvolvidas - Acompanhamento da frequência dos alunos em regime de liberdade assistida.

Ações a serem realizadas - Acompanhamento da frequência dos alunos em regime de liberdade assistida.

3.9 Recorrer através de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação a redes de proteção já existentes contra formas associadas de exclusão.

Ações desenvolvidas - Através de palestras bimestrais com especialistas em Educação, lembrar sobre os direitos e deveres do aluno como parte integrante de uma sociedade tendo o direito de ser protegido contra quaisquer formas de abuso, preconceito ou discriminação.

Ações a serem realizadas - Promover palestras bimestrais com especialistas em Educação, lembrar sobre os direitos e deveres do aluno como parte integrante de uma sociedade tendo o direito de ser protegido contra quaisquer formas de abuso, preconceito ou discriminação.

3.10 Incentivar e abrir novos postos de participação dos adolescentes em cursos nas áreas tecnológicas, científicas, esportivas e artísticas em programas intersetoriais, envolvendo as Secretarias de Esporte, Cultura, Ação Social, Saúde e Educação.

Ações desenvolvidas - Promover a participação dos adolescentes nas mais diferentes Olimpíadas, jogos e exposições artísticas, valorizando o espírito do trabalho em equipe e favorecendo a autoestima.

Ações a serem realizadas - Incentivar a participação dos adolescentes nas mais diferentes Olimpíadas, jogos e exposições artísticas, valorizando o espírito do trabalho em equipe e favorecendo a autoestima.

ESTRATÉGIAS	Prazo da estratégia	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
3.1	2025	Incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	Programa Ensino Médio Inovador	NÃO INICIADA
3.2	2025	Manter programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental para diminuir a disfunção série/idade. 3.2.1 ampliar a oferta de programas para correção de fluxo escolar, visando o acompanhamento pedagógico individualizado e à recuperação de estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais.	PDDE 2014-2017	REALIZADA
3.3	2025	Fazer ampla divulgação e incentivo à participação dos alunos no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM; a - Adotar procedimentos de avaliação fundamentados no conteúdo curricular de ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados com os do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB; b - Promover a utilização do ENEM como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas públicas para a educação básica, considerando-a também como avaliação certificadora da conclusão do EM; c- Utilizar o ENEM para aferir conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, bem como para propiciar ao (a)aluno (a) acesso à ao sistema classificatório para a educação superior.	Não se aplica	REALIZADA
3.4	2025	Articular-se com escolas de ensino profissionalizante (SENAI, ETEC) objetivando ofertar cursos de nível técnico de acordo com as demandas locais.	Não se aplica	REALIZADA
3.5	2025	Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos.	Não se aplica	NÃO INICIADA
3.6	2018	Garantir a divulgação dos exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	Não se aplica	REALIZADA
3.7	2020	Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos. 3.7.1 Ampliar o número de vagas, oferecendo a partir da segunda metade da década de vigência deste Plano, o ensino médio em regime colaborativo entre o Município e o Estado de São Paulo, de modo a garantir salas de Ensino Médio descentralizadas em espaços da escola municipal, prioritariamente nos locais mais afastados da cidade e onde já funcione a educação de jovens e adultos no período noturno.	Não se aplica	NÃO INICIADA
3.8	2025	Assegurar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Não se aplica	REALIZADA
3.9	2025	Recorrer através de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação a redes de proteção já existentes contra formas associadas de exclusão.	Não se aplica	NÃO INICIADA
3.10	2025	Incentivar e abrir novos postos de participação dos adolescentes em cursos nas áreas tecnológicas, científicas, esportivas e artísticas em programas intersetoriais, envolvendo as Secretarias de Esporte, Cultura, Ação Social, Saúde e Educação.	Programa Ensino Médio Inovador	NÃO INICIADA

IV. Meta sobre Educação Especial/Inclusiva

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Meta 4 do PME tem como enfoque a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Preconiza-se que o atendimento educacional a essa população ocorra por meio da educação inclusiva, ou seja, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Para o monitoramento desses objetivos, foram selecionados os seguintes indicadores:

– Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.

A meta 4 estabelece a universalização do atendimento de estudantes de 04 a 17 anos com deficiência, inclusive ofertando espaços e serviços especializados no tratamento das questões inclusivas na rede municipal de ensino. O quadro XIV traz os números de matriculados nesse segmento, de acordo com o Educacenso 2017.

Quadro XI – Matrícula em Educação Especial

Matrículas em Educação Especial	AEE	Atividade Complementar
277	38	1216

Fonte: www.censobasico.gov.br. Relatório do Educacenso (emissão: 12/09/2017)

Quadro XII - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas
2007	50%	224	9,4%	42	40,6%	182
2008	52%	224	3,2%	14	44,8%	193
2009	61,1%	276	1,3%	6	37,6%	170
2010	60,4%	269	2%	9	37,5%	167
2011	55,8%	247	2,5%	11	41,8%	185
2012	57,6%	269	1,9%	9	40,5%	189
2013	56,2%	251	8,7%	39	35,1%	157
2014	56,6%	270	9,6%	46	33,8%	161
2015	55,3%	254	12%	55	32,7%	150
2016	58,7%	281	10,2%	49	31,1%	149

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Quadro XIII - Porcentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais em uso

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais		Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso		Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso	
	%	Escolas	%	Escolas	%	Escolas
2009	1,3%	1	0%	0	1,3%	1
2010	7,6%	6	7,6%	6	0%	0
2011	2,5%	2	0%	0	2,5%	2
2012	9,6%	8	8,4%	7	1,2%	1
2013	11,9%	10	9,5%	8	2,4%	2
2014	8%	7	8%	7	0%	0
2015	14%	12	11,6%	10	2,3%	2
2016	8%	9,3	7%	8,1	1%	1,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Indicador 4A	<i>Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
96%	DADO MUNICIPAL	95%	Minicenso 2017

Com base nas informações coletadas durante os encontros da Comissão, foi constatado um alcance satisfatório diante da meta prevista.

A Comissão concluiu que em sua maioria as ações foram desenvolvidas, ficando apenas a ressalva das estratégias 4.4, 4.12 e 4.14 que não alcançaram seus objetivos. Além disso, a equipe propôs ações a serem realizadas no decorrer do prazo estipulado para o PME.

Avaliação das Estratégias da Meta 4

4.1 Garantir a matrícula de toda a população, interessada na escola pública, de 04 a 17 anos com deficiência, necessidades educacionais especiais, transtornos e com altas habilidades/superdotação.

Ações desenvolvidas - As matrículas são garantidas por lei à população interessada na escola pública.

Ações a serem realizadas - Reformular o cadastro com a real demanda de alunos de inclusão do município. Utilizar os veículos de comunicação do Município para sensibilização e informação referente à garantia do direito a matrícula e a sua permanência no ensino regular. Garantir que o número de discentes nas classes regulares, seja menor quando houver alunos com deficiência, de acordo com a lei de Sistema de Ensino.

4.2 Garantir a continuidade da oferta do Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, disponibilizando maior flexibilidade nos horários de atendimentos, sendo estes preferencialmente no contraturno escolar e, em casos extremos, oferecer no horário de aula, de modo a atender todos os alunos interessados, público-alvo da Educação Especial. (ajuste na estratégia realizado pela Câmara Temática)

Ações desenvolvidas - De acordo com a demanda o município tem assistido de maneira integral todos os alunos com deficiência que necessitam de atendimento especializado. O Centro de Educação Inclusiva proporciona formação continuada para os professores que atuam nessas salas. A partir de 2017 houve uma maior articulação com esses profissionais, por meio de encontros mais sistemáticos.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade das formações e orientações aos professores especializados, orientando procedimentos didáticos e pedagógicos diferenciados, a fim de garantir o acesso ao currículo escolar, com auxílio de materiais didáticos e equipamentos específicos e utilização de recursos de tecnologia assistiva. Garantir a continuidade da oferta do Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, disponibilizando maior flexibilidade nos horários de atendimentos. Promover ação colaborativa entre os professores do ensino regular e do AEE.

4.3 Manter as Salas de Recursos Multifuncionais, respeitando a demanda e o espaço físico, nas unidades escolares, abrangendo todas as escolas. (ajuste realizado pela Câmara Temática) ~~Ampliar as Salas de Recursos Multifuncionais, respeitando a demanda e o espaço físico das unidades escolares, abrangendo escolas urbanas, do campo e da comunidade quilombola.~~

Ações desenvolvidas - De acordo com a demanda o município tem assistido os alunos com deficiência que necessitam de atendimento especializado..

Ações a serem realizadas - De acordo com o mapeamento atualizado verificar-se-á a necessidade de ampliação dessas salas, bem como avaliar a qualidade dos serviços oferecidos aos alunos, por meio dos profissionais do Centro de Educação Inclusiva.

4.4 Ampliar o quadro de profissionais nas especialidades de psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, serviço social e fisioterapia do Centro de Atendimento Educacional, Psicossocial e Inclusivo, incluindo no quadro de profissionais a especialidade de Terapia Ocupacional e ~~medicina neuropsiquiátrica~~. (ajuste realizado pela Câmara Temática)

Ações desenvolvidas - Não houve ampliação no quadro.

Ações a serem realizadas - Verificar junto aos gestores públicos a possibilidade de ampliar o quadro de profissionais nas especialidades de psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, serviço social, orientação educacional e fisioterapia do Centro de Atendimento Educacional, Psicossocial e Inclusivo, incluindo no quadro de profissionais a especialidade de Terapia Ocupacional.

4.5 Incluir dentre as atividades já desenvolvidas pelo Centro de Atenção Educacional, Psicossocial e Inclusivo- CAEPI, a realização de avaliação multidisciplinar para diagnosticar nos alunos encaminhados as possíveis causas ou deficiências decorrentes de dificuldades cognitivas, emocionais, neurológicas ou físicas.

Ações desenvolvidas - Já é realizado um acompanhamento multidisciplinar entre a Educação e Saúde, por meio de um trabalho colaborativo. Em 2017 houve uma ampliação de aplicação de WISC no CAEPI, o qual nos proporciona indicadores para encaminhamentos necessários para Saúde.

Ações a serem realizadas - Ampliar a relação colaborativa entre a equipe multidisciplinar da área da Educação com a Saúde.

4.6 Incentivar a parceria entre a escola e a comunidade, considerando as especificidades da Educação Inclusiva e a realidade local ~~Buscar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e da comunidade do Quilombo Brotas.~~ (ajuste realizado pela Câmara Temática)

Ações desenvolvidas - Em algumas escolas ocorre o Programa Escola da Família, o qual faz a integração escola e comunidade.

Ações a serem realizadas - Orientar as equipes gestoras a envolver a comunidade nas discussões do Projeto Político Pedagógico, a fim de que ocorra a interação efetiva entre a escola e as famílias.

4.7 Garantir a oferta de intérpretes de Libras para todos os alunos surdos da rede municipal de ensino, bem como do professor bilíngue para atendimento pedagógico especializado, por meio de parcerias com instituições filantrópicas privadas ou por recursos próprios do município, através de concurso público.

Ações desenvolvidas - Existe uma parceria entre o município e o Instituto Phala que atende de maneira integral toda a demanda.

Ações a serem realizadas - Promover concurso público e contratação do profissional intérprete de libras e/ou parcerias com instituições privadas.

4.8 Realizar formação continuada com os gestores escolares sobre a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas voltadas à educação inclusiva.

Ações desenvolvidas - Em 2017 realizamos reuniões com os diretores, a fim de promover reflexão sobre a Inclusão de todas as pessoas. Além disso, iniciamos um grupo de estudos, com os gestores interessados.

Ações a serem realizadas - Fazer parceria com instituições de ensino superior públicas ou privadas. Continuar com os estudos que já vêm sendo desenvolvidos.

4.9 Continuar a desenvolver projetos específicos para atender os alunos público alvo da Educação Especial com sérios comprometimentos na aquisição da aprendizagem e criar projetos para fortalecer a parceria entre família e escola para melhor acompanhamento do progresso educacional dos alunos e além de criar ações para monitorar o acesso e permanência na escola comum e intensificar o campo de atuação da assistente social acompanhando e orientando das famílias.

Ações desenvolvidas - Existem projetos que são desenvolvidos, a fim de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.

Ações a serem realizadas - Desenvolver propostas que visem participação mais efetiva da equipe multiprofissional nos projetos. Ofertar encontros com as famílias objetivando a ampliação do diálogo sobre temas inclusivos. Promover concurso público para ampliação da equipe multiprofissional do CAEPI.

4.10 Disponibilizar maior participação dos profissionais técnico-pedagógicos da SE/CAEPI em cursos, seminários e palestras para continuar e intensificar o trabalho de assessoria, apoio e orientações aos diferentes segmentos das unidades escolares no que se refere a metodologia, materiais e equipamentos para a promoção da aprendizagem dos alunos da educação especial.

Ações desenvolvidas - Atualmente os profissionais da SE/CAEPI estão participando de Congressos, Seminários, Palestras e cursos relacionados a Educação Inclusiva. A equipe do CAEPI está participando de um grupo de estudos em parceria com uma Universidade.

Ações a serem realizadas - Continuar com a participação da equipe técnica e pedagógica em cursos, seminários, congressos e eventos para atualização profissional. Aquisição de equipamentos e materiais de apoio específicos para cada especialidade.

4.11 Propor Salas de Educação de Jovens e Adultos no período matutino e vespertino de 1º a 9º ano para atender e ofertar atendimento educacional especializado em contraturno.

~~Criar Salas de Educação de Jovens e Adultos no período matutino e vespertino de 1º a 9º ano para atender e ofertar atendimento educacional especializado em período de aula para os alunos da EJA.~~ (ajuste realizado pela Câmara Temática)

Ações desenvolvidas - Dar continuidade na oferta de salas de EJA em horários diferenciados.

Ações a serem realizadas - Ofertar sala de EJA no período matutino e flexibilizar os horários. Além de proporcionar o atendimento educacional especializado.

4.12 Criar o cargo de Auxiliar de Sala por meio de lei municipal, no prazo de dois anos, a partir da vigência deste Plano, para garantir a presença de profissional estável em salas de aula que tenham alunos com Deficiência Visual Total, Deficiência Visual Parcial (baixa visão), Deficiência Física/cadeirante com sérios comprometimentos nos membros superiores e inferiores, com Autismo, Deficiência Intelectual moderada ou severa, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade apresentando severos comprometimentos comportamentais e outros casos que comprometam severamente o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno.

Ações desenvolvidas - Não desenvolvida. Faz-se necessário buscar orientação jurídica

Ações a serem realizadas - Continuar com a parceria com a Universidade, para contratação de estagiários, devidamente remunerados, para atendimento desta clientela, bem como com Capacitação destes estagiários por especialistas da Rede Pública.

4.13 Oferecer, em regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, transporte gratuito para todos os estudantes da população do campo e das zonas de expansão urbana na faixa etária da educação escolar obrigatória.

Ações desenvolvidas - Já existe a oferta de transporte para essa demanda.

Ações a serem realizadas - Continuar com a oferta de transporte.

4.14 Criar e realizar censo municipal para verificar a quantidade de pessoas com deficiência, necessidades educacionais especiais, transtornos e altas habilidades/superdotação, nível de escolarização, inserção no mercado de trabalho e outras informações necessárias.

Ações desenvolvidas - Não foi desenvolvida. É uma estratégia que precisa envolver outras secretarias.

Ações a serem realizadas - Promover a parceria entre as Secretarias Municipais.

4.15 Estabelecer parcerias e/ou convênios com entidades filantrópicas, comunitárias ou confessionais sem fins lucrativos, para a continuidade da oferta de atendimentos nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, psicopedagogia e em equoterapia com vistas a ampliação das condições de apoio ao desenvolvimento integral dos alunos.

Ações desenvolvidas - Temos parcerias e convênios com instituições que auxiliam na Educação Inclusiva.

Ações a serem realizadas - Continuar parcerias e convênios com instituições que auxiliam na Educação Inclusiva.

4.16 Assegurar a continuidade e o aprimoramento da oferta de formação continuada aos profissionais da educação (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais, psicopedagogos e equipe multidisciplinar) da rede municipal de ensino sobre educação especial e educação inclusiva, ampliando a demanda de docentes com conhecimento na área, produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos educandos nas classes comuns de ensino.

Ações desenvolvidas - Atualmente está ocorrendo reflexões sobre a Educação Inclusiva em reuniões com diretores; em grupos de estudos da equipe multidisciplinar e equipes gestoras; Palestra aberta para todos os profissionais; formação para os auxiliares de classe e para professores das salas de recursos/projetos.

Ações a serem realizadas - Realização de formação continuada para todos os profissionais da educação, a fim de aprofundar o conhecimento sobre a Educação Inclusiva. Com isso aprimora-se a prática docente. Criação das Diretrizes da Educação Inclusiva de Itatiba, por meio do grupo de estudos.

4.17 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

4.17.1 promover ações que universalizam o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através de articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação.

Ações desenvolvidas - Existem programas que atendem as demandas relacionadas ao material didático, transporte, alimentação entre outros. Em parceria com a Saúde existe o Programa Saúde Escolar (PSE), o qual é um trabalho desenvolvido em colaboração com os PSF's, equipe gestora das escolas e serviço social da educação.

Ações a serem realizadas - Continuar com as ações que já estão sendo desenvolvidas.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
4.1	2025	Garantir a matrícula de toda a população, interessada na escola pública, de 04 a 17 anos com deficiência, necessidades educacionais especiais, transtornos e com altas habilidades/superdotação.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.2	2025	Garantir a continuidade da oferta do Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais, disponibilizando maior flexibilidade nos horários de atendimentos, sendo estes no contraturno escolar.	PPA 2014-2017 Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	REALIZADA
4.3	2025	Manter as Salas de Recursos Multifuncionais, respeitando a demanda e o espaço físico, nas unidades escolares, abrangendo todas as escolas.	Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais PDDE	REALIZADA
4.4	2025	Ampliar o quadro de profissionais nas especialidades de psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, serviço social e fisioterapia do Centro de Atendimento Educacional, Psicossocial e Inclusivo, incluindo no quadro de profissionais a especialidade de Terapia Ocupacional	PPA 2014-2017	NÃO INICIADA
4.5	2025	Incluir dentre as atividades já desenvolvidas pelo Centro de Atenção Educacional, Psicossocial e Inclusivo- CAEPI, a realização de avaliação multidisciplinar para diagnosticar nos alunos encaminhados as possíveis causas ou deficiências decorrentes de dificuldades cognitivas, emocionais, neurológicas ou físicas.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.6	2025	Incentivar a parceria entre a escola e a comunidade, considerando as especificidades da Educação Inclusiva e a realidade local.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.7	2025	Garantir a oferta de intérpretes de Libras para todos os alunos surdos da rede municipal de ensino, bem como do professor bilíngue para atendimento pedagógico especializado, por meio de parcerias com instituições filantrópicas privadas ou por recursos próprios do município, através de concurso público.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.8	2025	Realizar formação continuada com os gestores escolares sobre a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas voltadas à educação inclusiva.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.9	2025	Continuar a desenvolver projetos específicos para atender os alunos público alvo da Educação Especial com sérios comprometimentos na aquisição da aprendizagem e criar projetos para fortalecer a parceria entre família e escola para melhor acompanhamento do progresso educacional dos alunos e além de criar ações para monitorar o acesso e permanência na escola comum e intensificar o campo de atuação da assistente social acompanhando e orientando das famílias.	PPA 2014-2017 APAE	REALIZADA
4.10	2025	Disponibilizar maior participação dos profissionais técnico-pedagógicos da SE/CAEPI em cursos, seminários e palestras para continuar e intensificar o trabalho de assessoria, apoio e orientações aos diferentes segmentos das unidades escolares no que se refere a metodologia, materiais e equipamentos para a promoção da aprendizagem dos alunos da educação especial.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.11	2025	Propor Salas de Educação de Jovens e Adultos no período matutino e vespertino de 1º a 9º ano para atender e ofertar atendimento educacional especializado em contraturno.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.12	2025	Criar o cargo de Auxiliar de Sala por meio de lei municipal, no prazo de dois anos, a partir da vigência deste Plano, para garantir a presença de profissional	PPA 2014-2017	NÃO INICIADA

		estável em salas de aula que tenham alunos com Deficiência Visual Total, Deficiência Visual Parcial (baixa visão), Deficiência Física/cadeirante com sérios comprometimentos nos membros superiores e inferiores, com Autismo, Deficiência Intelectual moderada ou severa, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade apresentando severos comprometimentos comportamentais e outros casos que comprometam severamente o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno.		
4.13	2025	Oferecer, em regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, transporte gratuito para todos os estudantes da população do campo e das zonas de expansão urbana na faixa etária da educação escolar obrigatória.	PPA 2014-2017 PNATE	REALIZADA
4.14	2025	Criar e realizar censo municipal para verificar a quantidade de pessoas com deficiência, necessidades educacionais especiais, transtornos e altas habilidades/superdotação, nível de escolarização, inserção no mercado de trabalho e outras informações necessárias;	PPA 2014-2017	NÃO INICIADA
4.15	2025	Estabelecer parcerias e/ou convênios com entidades filantrópicas, comunitárias ou confessionais sem fins lucrativos, para a continuidade da oferta de atendimentos nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, psicopedagogia e em equoterapia com vistas a ampliação das condições de apoio ao desenvolvimento integral dos alunos.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.16	2025	Assegurar a continuidade e o aprimoramento da oferta de formação continuada aos profissionais da educação (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais e psicopedagogos) da rede municipal de ensino sobre educação especial e educação inclusiva, ampliando a demanda de docentes com conhecimento na área, produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos educandos nas classes comuns de ensino.	PPA 2014-2017	REALIZADA
4.17	2025	Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; Promover ações que universalizam o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através de articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação;	PPA 2014-2017	REALIZADA

V. Meta sobre Alfabetização

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

A alfabetização assume foco central da escolarização, como recurso para o desenvolvimento da autonomia das pessoas para a busca de conhecimento mediado pela língua escrita. A alfabetização, enquanto base para a aquisição de outros conhecimentos escolares, concorre para a inserção das pessoas nos contextos letrados da atualidade como elemento significativo para a formação da cidadania.

Os conceitos de alfabetização e letramento permeiam as discussões acadêmicas dos últimos anos, as quais consolidaram a articulação entre ambos, considerando que, embora distintos, são complementares e interdependentes no processo de aquisição da língua escrita. Desse modo, compreende-se que o processo de apreensão do sistema alfabético deve ser associado à compreensão dos significados e de seus usos sociais em diferentes contextos. Resumidamente, alfabetização pode ser definida como a apropriação do sistema de escrita, que pressupõe a compreensão do princípio alfabético, indispensável ao domínio da leitura e da escrita.

O letramento, por sua vez, é definido como prática e uso social da leitura e da escrita em diferentes contextos. Educar, no sentido de alcançar tais objetivos de alfabetização e letramento, visa garantir que as crianças possam vivenciar, desde cedo, atividades que as levem a pensar sobre as características do nosso sistema de escrita, de forma reflexiva, lúdica, inseridas em atividades de leitura e escrita de diferentes textos. A decodificação do alfabeto é uma aprendizagem fundamental, mas, para que os indivíduos possam ler e produzir textos com autonomia é necessário que eles consolidem as correspondências grafofônicas, ao mesmo tempo em que vivenciam diferentes situações de uso, de aplicação da leitura e da produção de textos (Brasil. MEC, 2012).

Por sua vez, a alfabetização matemática pode ser conceituada como “o processo de organização das vivências que a criança traz de suas atividades pré-escolares, de forma a levá-la a construir um corpo de conhecimentos articulados que potencialize sua atuação na vida cidadã”. (Brasil. Inep, 2012a, p. 23).

Lançada em 2013 pelo INEP, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é o primeiro indicador nacional de alfabetização escolar produzido pelo governo brasileiro.

A avaliação, que representa um dos eixos de implementação do pacto nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído em 2012 pelo Ministério da Educação (MEC), passa a integrar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 2013.

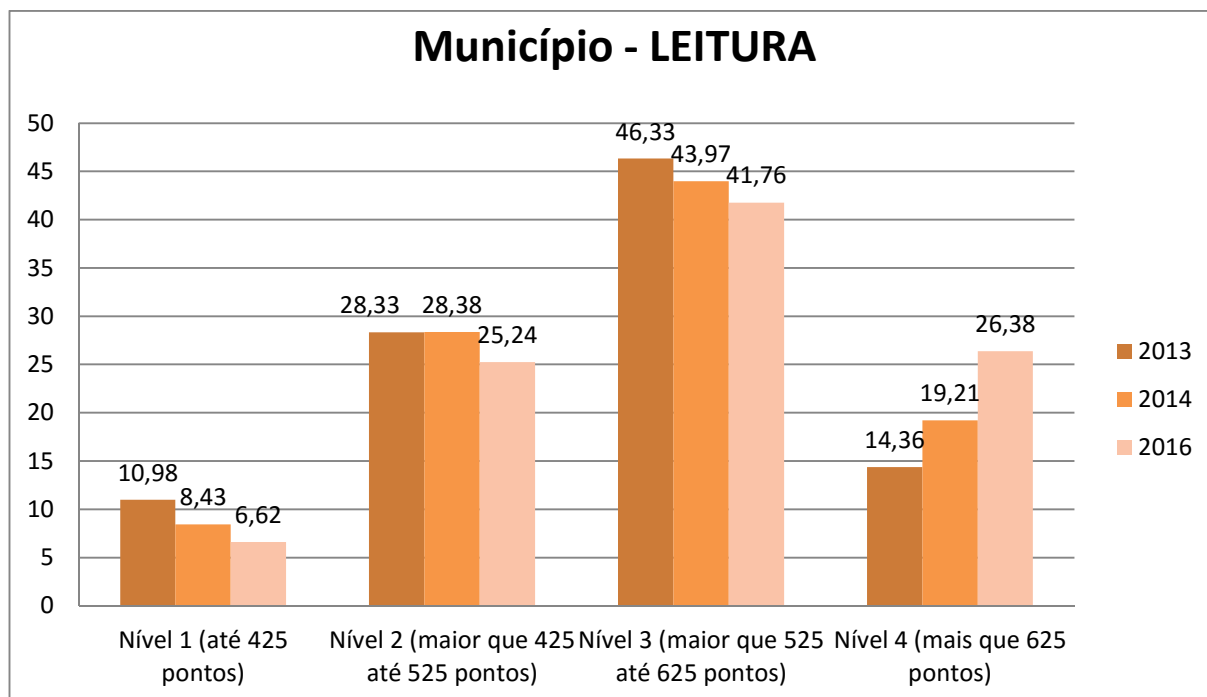
O Município tem estudado e aprimorado seus instrumentos de avaliação para detalhar o que é esperado dos alunos no ciclo de alfabetização, especificando expectativas de aprendizagem dos anos de matrícula: primeiro, segundo e terceiros anos.

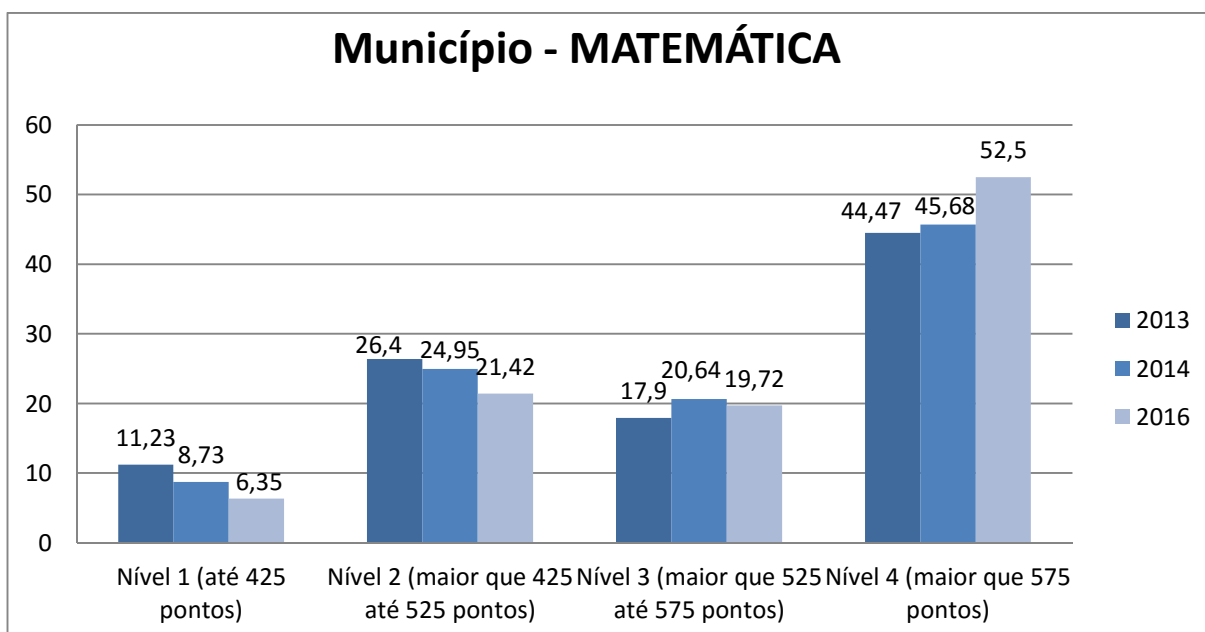
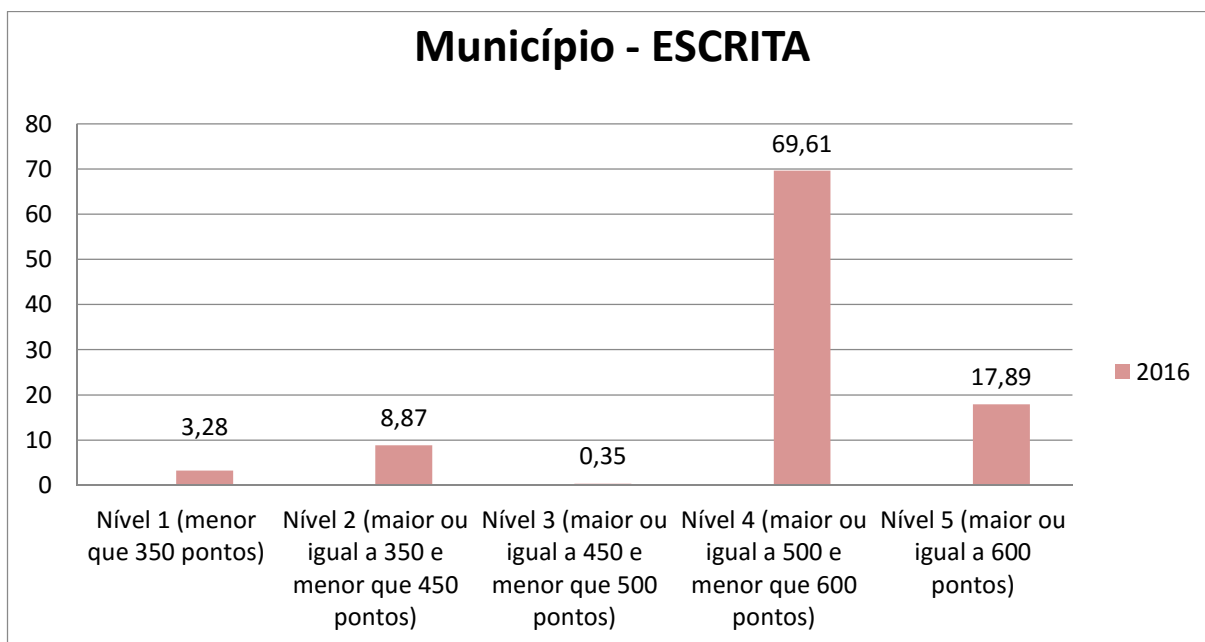
Quadro XIV - Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência - Resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização do município

	Percentual			
	2013	2014	2016	
Nível 1 (até 425 pontos)	10,98	8,43	3,13	LEITURA
Nível 2 (maior que 425 até 525 pontos)	28,33	28,38	18,75	
Nível 3 (maior que 525 até 625 pontos)	46,33	43,97	45,83	
Nível 4 (mais que 625 pontos)	14,36	19,21	32,29	
Nível 1 (menor que 350 pontos)			3,28	ESCRITA
Nível 2 (maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos)			8,87	
Nível 3 (maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos)			0,35	
Nível 4 (maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos)			69,61	
Nível 5 (maior ou igual a 600 pontos)			17,89	
Nível 1 (até 425 pontos)	11,23	8,73	6,35	MATEMÁTICA
Nível 2 (maior que 425 até 525 pontos)	26,4	24,95	21,42	
Nível 3 (maior que 525 até 575 pontos)	17,9	20,64	19,72	
Nível 4 (maior que 575 pontos)	44,47	45,68	52,5	

Fonte: INEP

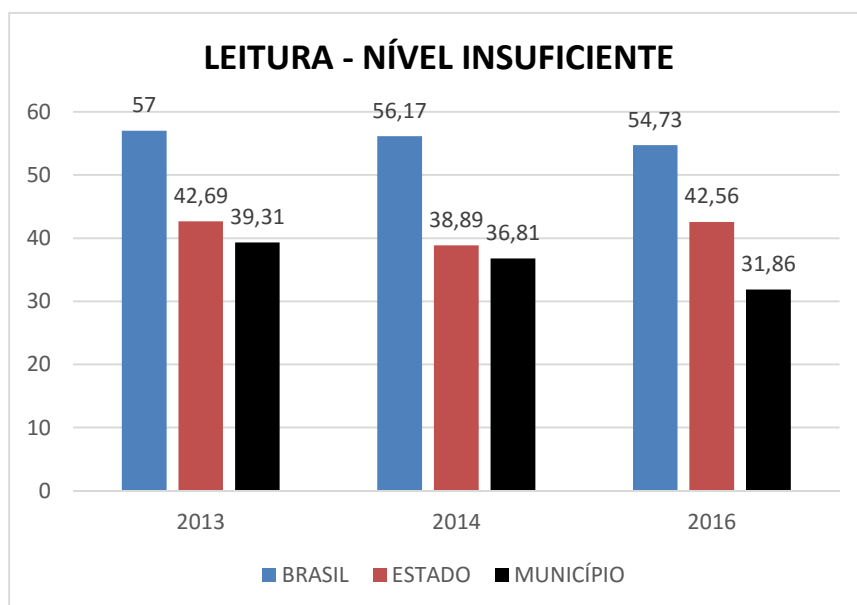
Quadro XIV A- Resultados do município nas edições (2013, 2014, 2016)

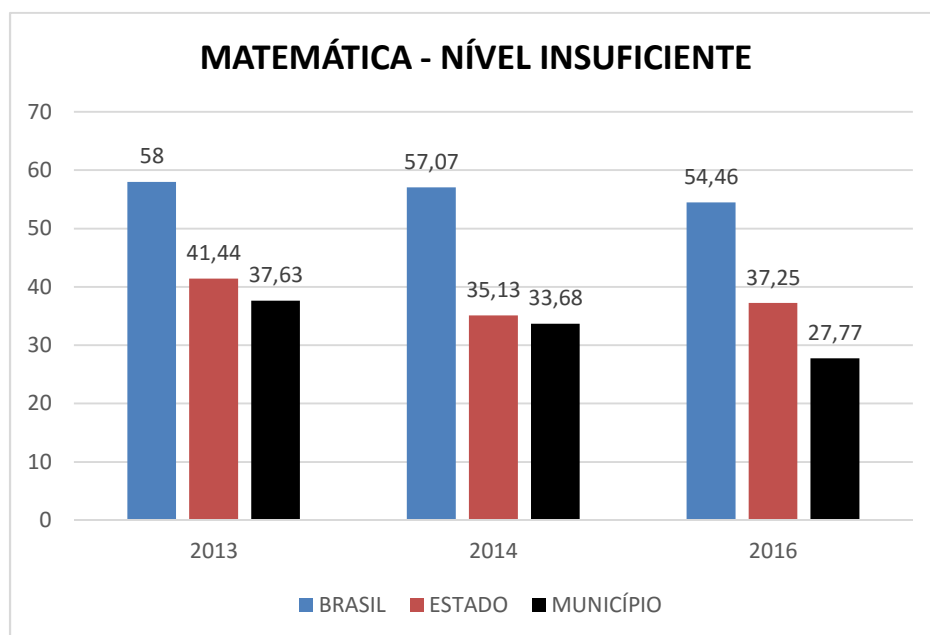
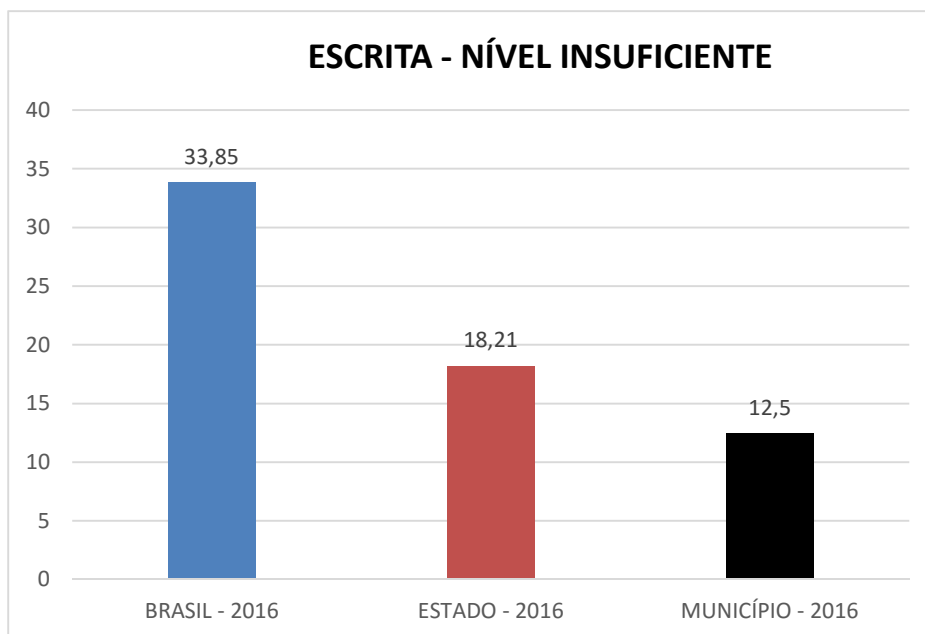




Quadro XIV B- Relação dos alunos no nível insuficiente – Dados Comparativos

INSUFICIENTE NA LEITURA		BRASIL	ESTADO	MUNICÍPIO
	2013	57	42,69	39,31
	2014	56,17	38,89	36,81
	2016	54,73	42,56	31,86
INSUFICIENTE NA ESCRITA		BRASIL - 2016	ESTADO - 2016	MUNICÍPIO - 2016
	2016	33,85	18,21	12,5
INSUFICIENTE NA MATEMÁTICA		BRASIL	ESTADO	MUNICÍPIO
	2013	58	41,44	37,63
	2014	57,07	35,13	33,68
	2016	54,46	37,25	27,77





Indicador 5A	Alfabetização até o final do terceiro ano do ensino fundamental Estudantes com proficiência adequada* em Leitura (níveis 3 e 4 da escala de proficiência)		
	META ALCANÇADA NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR	
98,5	DADO OFICIAL	68,14%	Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA/INEP) - 2016
	DADO MUNICIPAL	78%	(Média de acertos dos alunos dos 3º anos na Avaliação Municipal nas questões de leitura - Agosto/2016)

*De acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC.

Indicador 5B	Alfabetização até o final do terceiro ano do ensino fundamental Estudantes com proficiência adequada* em Escrita (níveis 4 e 5 da escala de proficiência)		
	META ALCANÇADA NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR	
98,5	DADO OFICIAL	87,5%	Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA/INEP) - 2016
	DADO MUNICIPAL	85%	(Média de alunos dos 3º anos com questões ortográficas consolidadas previstas para o ano no Currículo Municipal - dez/2016)

*De acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC.

Indicador 5C	Alfabetização até o final do terceiro ano do ensino fundamental Estudantes com proficiência adequada* em Matemática (níveis 3 e 4 da escala de proficiência)		
	META ALCANÇADA NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR	
98,5	DADO OFICIAL	72,22%	Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA/INEP) - 2016
	DADO MUNICIPAL	69%	Avaliação interna da Secretaria de Educação (Média de acertos dos alunos dos 3º anos na Avaliação Municipal - Agosto/2016)

*De acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC.

O monitoramento das ações voltadas para a alfabetização aconteceu por meio dos eixos “Formação – Avaliação – Acompanhamento”.

Principais ações realizadas:

- Avaliações sistemáticas de Alfabetização envolvendo a Escrita, Leitura e Matemática.
- Identificação e acompanhamento por aluno do Ciclo de Alfabetização das hipóteses de escrita ao longo dos bimestres.
- Acompanhamento nas escolas da Equipe Pedagógica da Secretaria e Supervisores de Ensino (prioridade: escolas com maior número de alunos que não se encontram na hipótese de escrita alfabética e com resultados abaixo do esperado na Matemática).
- Encontros de Formação Continuada priorizando os professores iniciantes no Ciclo de Alfabetização.
- Elaboração de materiais complementares aos alunos do Ciclo de Alfabetização, produzidos pelos professores da rede municipal, durante o processo de formação.

Informações importantes:

- Em consideração ao principal indicador nacional de alfabetização escolar produzido pelo governo brasileiro, a ANA, reorganizamos o quadro de metas em três aspectos: Leitura, Escrita e Matemática.
- Os dados municipais foram coletados de Avaliações Internas organizadas pela Secretaria da Educação:
 - Avaliação Diagnóstica de Alfabetização: análise e acompanhamento individual das hipóteses de escrita dos alunos no Ciclo de Alfabetização, bem como as questões ortográficas que estão sendo consolidadas nesse processo.
 - Prova Itatiba – análise do processo de leitura dos alunos e da alfabetização matemática.
- Uma das dificuldades apontadas: garantir que os dados encaminhados pelas escolas sejam fidedignos e que apresentem realmente os avanços e as fragilidades dos alunos.

Avaliação das Estratégias da Meta 5

5.1 Garantir a continuidade da estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação por meio da formação continuada e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de assegurar a alfabetização plena de todas as crianças, respeitando as adequações necessárias aos alunos com necessidades educacionais especiais ou advindos de outras redes que estão em processo inicial de alfabetização.

Ações desenvolvidas:

- 1) Articulação os aspectos teóricos e pedagógicos entre o Currículo da Ed. Infantil e do Ensino Fundamental I.
- 2) Estabelecimento de parcerias com Instituições no desenvolvimento de ações formativas envolvendo professores da Ed. Infantil e Ensino Fundamental (Instituto Natura - Projeto Trilhas).
- 3) Utilização do material do Programa Ler e Escrever (parceria com a SEESP): livros didáticos consumíveis para cada aluno e professor do 1º ao 5º ano, bem como, formação continuada específica aos profissionais para a utilização e adequação do material em sala de aula.
- 4) Adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (parceria com o MEC), garantindo formação continuada aos professores do 1º ao 3º ano.
- 5) Mapeamento e monitoramento da aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática de todos os alunos do Ciclo de Alfabetização, por meio de avaliações sistemáticas (Diagnósticas - dados de alfabetização e e produção escrita e Municipais - habilidades de leitura e matemática) e acompanhamento da Equipe Pedagógica da SE e Supervisores nas escolas.

6) Realização de encontros de Formação Continuada com os Professores Iniciais na rede municipal ou no Ciclo em que estiverem atuando: formação específica e sistemática para esse grupo de professores.

7) Parceria com os profissionais do CAEPI no atendimento aos alunos que estão apresentando maiores dificuldades no processo de alfabetização.

Ações a serem realizadas:

1) Realizar encontros presenciais de Formação Continuada de Professores organizados em dois grupos diferenciados: professores iniciantes no Ciclo de Alfabetização e professores mais experientes nos anos iniciais.

2) Refletir com os Professores em processo de formação, diferentes estratégias pedagógicas, sobretudo na área de Matemática, destacando a importância da utilização de diferentes materiais manipulativos na construção dos conceitos presentes no Currículo dos anos iniciais).

3) Realização de encontros presenciais de Formação Continuada de Coordenadores (momentos com os Coordenadores de todas as escolas juntos e em outros momentos, em pequenos grupos).

4) Realizar um programa de intervenção pedagógica, envolvendo os Professores, Equipes Gestoras, Equipe da Secretaria da Educação e Psicopedagogos, para o monitoramento da aprendizagem dos alunos do Ciclo de Alfabetização, priorizando as turmas dos 2º anos.

5) Adaptar o currículo do Ensino Fundamental do município de acordo com a Base Nacional Comum, articulando com as propostas pedagógicas da Ed. Infantil.

6) Investir na contratação de profissionais (fonoaudiólogos, neurologistas, psicólogos e oftalmologistas) para atender diretamente os alunos triados pelo CAEPI.

5.2 Garantir a participação efetiva do município em avaliações externas nos âmbitos nacional, estadual e municipal a fim de implementar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

5.2.1 Criar um núcleo municipal de avaliação externa que viabilize: a avaliação municipal (elaboração, compilação de dados, interpretação, divulgação e encaminhamento de ações); estadual (divulgação, organização, encaminhamento de ações); federal (divulgação, organização, encaminhamento de ações); internacional (divulgação, organização, encaminhamento de ações).

Ações desenvolvidas

Formação de uma equipe de trabalho de trabalho na SE responsável pela: Avaliação Municipal (elaboração, compilação e interpretação dos dados, divulgação e encaminhamento das ações); Avaliações Estaduais (participação nas reuniões de orientação, divulgação, organização, interpretação dos resultados e encaminhamento de ações); Avaliações federais (divulgação, organização, interpretação dos resultados e encaminhamento das ações).

Ações a serem realizadas:

1) Organizar um grupo de estudos com os profissionais da educação para elaboração de bons itens avaliativos, tendo por objetivo aperfeiçoar os instrumentos avaliativos na rede municipal (Prova Itatiba e avaliações realizadas pelos professores nas escolas).

2) Aprimorar o processo de aplicação, interpretação dos dados, divulgação e encaminhamento das ações da Prova Itatiba.

5.3 Investir no desenvolvimento e seleção de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras voltadas para a aprendizagem, e em especial para a alfabetização, e que favoreçam a melhoria do fluxo escolar, consideradas as diversas abordagens metodológicas.

Ações desenvolvidas - Utilização dos recursos tecnológicos (computador, datashow, vídeos, etc.) no desenvolvimento de situações didáticas que favorecem o processo de alfabetização.

Ações a serem realizadas:

- 1) Buscar parcerias para a implantação de plataformas educacionais em todas as escolas (Khan Academy, ferramentas do Google), a fim de proporcionar recursos personalizados aos alunos, com desafios para diferentes níveis de aprendizagem.
- 2) Organizar uma equipe de trabalho com profissionais da rede municipal para a elaboração e inserção de propostas pedagógicas, principalmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, em plataformas educacionais, articulando-as com o documento curricular e com os materiais pedagógicos utilizados pela rede municipal.

5.4 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

Ações desenvolvidas - Realização do Programa Observatório da Educação (OBEDUC), proporcionando a articulação entre profissionais da Pós-Graduação, licenciaturas e professores da rede municipal na produção e troca de conhecimento de novas práticas pedagógicas.

Ações a serem realizadas:

- 1) Buscar parcerias com as instituições do Ensino Superior a fim de proporcionar a articulação entre profissionais da rede e estudantes universitários da área de Educação, por meio de ações práticas no contexto escolar.
- 2) Oferecer cursos aos profissionais do município para a utilização das plataformas educacionais a serem implantadas.

5.5 Promover a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Ações desenvolvidas:

- 1) Parceria com o Instituto Phala, a qual oferece profissionais intérpretes para todos os alunos que necessitam e acompanhamento nas escolas.
- 2) Existência de um núcleo de Ed. Inclusiva com profissionais multidisciplinares no acompanhamento dos alunos com deficiência.
- 3) Auxiliares de classe para os alunos com maiores comprometimentos.
- 4) Encontros de Formação Continuada para os auxiliares de classe.

Ações a serem realizadas:

- 1) Dar continuidade com a parceria com o Instituto Phala, garantindo os intérpretes para todos os alunos que necessitam.
- 2) Oferecer suporte às escolas na alfabetização dos alunos com deficiência, por meio dos profissionais do CAEPI.
- 3) Realizar ações formativas aos profissionais do município que possuem alunos com deficiência.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
5.1	2025	Garantir a continuidade da estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação por meio da formação continuada e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de assegurar a alfabetização plena de todas as crianças, respeitando as adequações necessárias aos alunos com necessidades educacionais especiais ou advindos de outras redes que estão em processo inicial de alfabetização.	PPA 2014-2017	Realizada
5.2	2025	Garantir a participação efetiva do município em avaliações externas nos âmbitos nacional, estadual e municipal a fim de implementar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental; 5.2.1) criar um núcleo municipal de avaliação externa que viabilize: a avaliação municipal (elaboração, compilação de dados, interpretação, divulgação e encaminhamento de ações); estadual (divulgação, organização, encaminhamento de ações); federal (divulgação, organização, encaminhamento de ações); internacional (divulgação, organização, encaminhamento de ações).	PPA 2014-2017	Em andamento
5.3	2025	Investir no desenvolvimento e seleção de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras voltadas para a aprendizagem, e em especial para a alfabetização, e que favoreçam a melhoria do fluxo escolar, consideradas as diversas abordagens metodológicas.	PPA 2014-2017	Realizada
5.4	2025	Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.	PPA 2014-2017	Realizada
5.5	2025	Promover a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	PPA 2014-2017	Realizada

O desafio a ser considerado é garantir que as ações de monitoramento presentes nos eixos que destacamos “Formação – Avaliação – Acompanhamento” aconteçam de forma contínua ao longo dos anos. Dessa forma, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa fortalece essas ações no município.

VI. Meta sobre Educação Integral

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral, aumentando gradativamente ao longo do decênio em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas municipais, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

A Meta 6 do PME visa à ampliação do tempo de permanência dos estudantes matriculados nas escolas públicas, com o atendimento em tempo integral de pelo menos 25% dos alunos da educação básica em, no mínimo, 50% das escolas. Para o monitoramento da meta foram selecionados dois indicadores:

– *Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.*

– *Indicador 6B: Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.*

Os cálculos dos indicadores e as análises foram realizados com base no Censo da Educação Básica, produzido anualmente pelo Inep, considerando-se o ano de 2017 como referência para o monitoramento e a avaliação da Meta 6.

Para tratar da Meta 6, que visa à ampliação do tempo de permanência dos estudantes matriculados nas escolas públicas, com o atendimento em tempo integral de pelo menos 25% dos alunos da educação básica em, no mínimo, 50% das escolas, faz-se necessário informar qual o número de escolas do município e quais realizam o atendimento em tempo integral. Os Quadros XV e XVI ilustram a situação municipal do ano de 2017.

Quadro XV – Do atendimento da rede pública municipal

Código e nome da escola	Ensino Regular							
	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré-escola		Anos iniciais		Anos finais	
	Parcial	Integral ¹	Parcial	Integral ¹	Parcial	Integral ¹	Parcial	Integral ¹
35004158 - CEMEI PROFª TERESA MARIA DOS SANTOS BRAIDA	21	57	0	0	0	0	0	0
35130035 - MAFALDA GILLI QUAGLIA CEMEI	18	27	24	0	0	0	0	0
35206507 - JULIO CESAR CORONEL EMEB	0	0	0	0	418	0	0	0
35206519 - MARIA GEMMA RELA REINALDO PROFA EMEB	0	0	0	0	423	0	0	0
35207366 - FRANCISCO RODRIGUES BARBOSA CEL EMEB	0	0	0	0	274	0	292	0
35207378 - AGENOR VEDOVELLO PROF EMEB	0	0	0	0	343	0	186	0
35210213 - BASILIO CONSOLINE EMEB	12	0	61	0	170	0	137	0
35210225 - MARA CABRAL SIMOES ALEGRE PROFA EMEB	9	0	41	0	115	0	158	0
35210237 - MARIA APARECIDA TOMAZINI PROFA EMEB	8	0	49	0	154	0	106	0
35210249 - MARIA SALLÉS DE SOUZA PROFA EMEB	0	0	0	0	108	0	66	0
35210250 - SEBASTIAO DE CAMARGO PIRES EMEB	0	0	0	0	298	0	233	0
35210262 - VERA LUCIA CARRIDE DE PALMA PROFA EMEB	9	5	15	0	64	0	46	0
35211369 - ANNA ABREU EMEB	14	0	58	0	313	0	266	0
35213470 - PHILOMENA SALVIA ZUPARDO EMEB	2	0	18	0	130	0	162	0
35215405 - NAZARETH DE SIQUEIRA RANGEL BARBOZA PROFA EMEB	0	0	0	0	144	108	114	78
35215417 - BENNO CARLOS CLAUS PROF EMEB	0	0	0	0	150	0	112	0
35215429 - MARIA DO CARMO PARIZOTTO MOSCA PROFA EMEB	0	0	0	0	0	124	77	1
35215430 - MARIA MERCEDES DE ARAUJO PROFA EMEB	0	0	0	0	110	0	120	0
35223136 - MARINA ARAUJO PIRES PROFA EMEB	0	0	0	0	234	0	194	0
35228539 - ELIETE AP SANFINS FUSUSSI PROFESSORA EMEB	0	0	0	0	191	0	181	0
35228552 - MANOEL JOAQUIM DE ARAUJO CAMPOS CEL EMEB	0	0	0	0	250	0	275	0
35228576 - SONIA RITA PENTEADO AGUIAR SANTOS EMEB	0	0	0	0	0	0	374	0
35231186 - PATATIVA CEMEI	16	0	85	0	0	0	0	0
35231198 - PINTASSILGO CEMEI	36	13	149	0	0	0	0	0
35231204 - MARIA STELLA LONGO LEME DE CALAES PROFA CEMEI	18	28	36	0	0	0	0	0
35231216 - BEIJA FLOR CEMEI	41	0	207	0	0	0	0	0
35231253 - ANDORINHA CEMEI	16	0	113	0	0	0	0	0
35231265 - LOURDES TRINDADE COELHO PROF CEMEI	21	33	28	0	0	0	0	0
35231277 - CURIO CEMEI	23	0	112	0	0	0	0	0
35231289 - ROSA MARIA CHRISPIM ROSSI DE OLIVEIRA PROFA CEMEI	69	111	127	0	0	0	0	0
35231290 - FAISAO CEMEI	19	0	69	0	0	0	0	0

35231307 - JOAO DE BARRO CEMEI	8	0	64	0	0	0	0	0
35231319 - JURITI CEMEI	19	0	105	0	0	0	0	0
35231320 - TICO TICO CEMEI	6	0	59	0	0	0	0	0
35231459 - SIRLIENE CRISTINA R DE SOUSA BREDARIOL PROFA CEMEI	19	99	0	0	0	0	0	0
35246232 - ROSA SCAVONE PROFA EMEB	0	0	0	0	341	0	225	0
35246244 - GUIOMAR ALMEIDA CIARBELLO PROFA EMEB	0	0	0	0	203	0	166	0
35246256 - ANGELA LYGIA PARODI SCAVONE PROFA EMEB	0	0	0	0	144	0	134	0
35246897 - AMALIA TEREZA GALANTE ROSSETTI CEMEI	35	106	0	0	0	0	0	0
35246906 - LAZARA MOREIRA DA SILVA BERTONI CEMEI	13	76	0	0	0	0	0	0
35246918 - MAGDALENA BENEDETTI GIARETTA CEMEI	7	40	0	0	0	0	0	0
35246924 - ROSA MASETTI PALADINO CEMEI	13	137	0	0	0	0	0	0
35246931 - SEBASTIANA BUENO FRANCISCONE CEMEI	37	112	105	0	0	0	0	0
35246943 - FRANCISCA DE CASTRO CAMARGO CEMEI	40	68	69	0	0	0	0	0
35247169 - PIXARRO CEMEI	14	38	173	0	0	0	0	0
35287635 - ROSA MARIA FERRARI BELGINI EMEB	2	0	26	0	0	82	0	42
35386042 - INES PRADO ZAMBONI PROFA EMEB	0	0	0	0	473	0	360	0
35415169 - LUIZ PANTANO PROFESSOR EMEB	0	0	0	0	198	0	176	0
35417245 - MARIA TERESA DEGANI DE SOUZA PROFA EMEB	0	0	0	0	56	117	0	0
35449398 - ISABEL BIZARRO TULON CEMEI	46	79	48	0	0	0	0	0
35462251 - HELIO GOUVEA JOLY PROFESSOR CEMEI	45	142	166	0	0	0	0	0
35464107 - CLAUDIO ELY JOSE CEMEI	7	36	0	0	0	0	0	0
35478817 - JOAQUIM PIRES DE TOLEDO CEMEI	34	47	114	0	0	0	0	0
35482778 - MARIA HELENA PENSADO BIANCHI PROFA CEMEI	44	99	74	0	0	0	0	0
35490374 - ZILDA PADOVANI MULLER CEMEI	2	9	6	0	0	0	0	0
35567875 - BENEDICTO DELFORNO CEMEI	22	90	47	0	0	0	0	0
35581665 - CEMEI PROFA ANDRELINA ANDREATTA	24	84	35	0	0	0	0	0
--	789	1536	2283	0	5304	431	4160	121

Fonte: Inep. Resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2017 - Educacenso

Quadro XVI – Do atendimento da rede pública em Tempo Integral

Código e nome da escola	Ensino Regular							
	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré-escola		Anos iniciais		Anos finais	
	Parcial	Integral ¹	Parcial	Integral ¹	Parcial	Integral ¹	Parcial	Integral ¹
CEMEI PROFª TERESA MARIA DOS SANTOS BRAIDA	21	57	0	0	0	0	0	0
MAFALDA GILLI QUAGLIA CEMEI	18	27	24	0	0	0	0	0
VERA LUCIA CARRIDE DE PALMA PROFA EMEB	9	5	15	0	64	0	46	0
NAZARETH DE SIQUEIRA RANGEL BARBOZA PROFA EMEB	0	0	0	0	144	108	114	78
MARIA DO CARMO PARIZOTTO MOSCA PROFA EMEB	0	0	0	0	0	124	77	1
PINTASSILGO CEMEI	36	13	149	0	0	0	0	0
MARIA STELLA LONGO LEME DE CALAES PROFA CEMEI	18	28	36	0	0	0	0	0
LOURDES TRINDADE COELHO PROF CEMEI	21	33	28	0	0	0	0	0
ROSA MARIA CHRISPIM ROSSI DE OLIVEIRA PROFA CEMEI	69	111	127	0	0	0	0	0
SIRLIENE CRISTINA R DE SOUSA BREDARIOL PROFA CEMEI	19	99	0	0	0	0	0	0
AMALIA TEREZA GALANTE ROSSETTI CEMEI	35	106	0	0	0	0	0	0
LAZARA MOREIRA DA SILVA BERTONI CEMEI	13	76	0	0	0	0	0	0
MAGDALENA BENEDETTI GIARETTA CEMEI	7	40	0	0	0	0	0	0
ROSA MASETTI PALADINO CEMEI	13	137	0	0	0	0	0	0
SEBASTIANA BUENO FRANCISCONE CEMEI	37	112	105	0	0	0	0	0
FRANCISCA DE CASTRO CAMARGO CEMEI	40	68	69	0	0	0	0	0
PIXARRO CEMEI	14	38	173	0	0	0	0	0
ROSA MARIA FERRARI BELGINI EMEB	2	0	26	0	0	82	0	42
MARIA TERESA DEGANI DE SOUZA PROFA EMEB	0	0	0	0	56	117	0	0
ISABEL BIZARRO TULON CEMEI	46	79	48	0	0	0	0	0
HELIO GOUVEA JOLY PROFESSOR CEMEI	45	142	166	0	0	0	0	0
CLAUDIO ELY JOSE CEMEI	7	36	0	0	0	0	0	0
JOAQUIM PIRES DE TOLEDO CEMEI	34	47	114	0	0	0	0	0
MARIA HELENA PENSADO BIANCHI PROFA CEMEI	44	99	74	0	0	0	0	0
ZILDA PADOVANI MULLER CEMEI	2	9	6	0	0	0	0	0
BENEDICTO DELFORNO CEMEI	22	90	47	0	0	0	0	0
CEMEI PROFA ANDRELINA ANDREATTA	24	84	35	0	0	0	0	0
--	596	1536	1242	0	264	431	237	121

Fonte: Inep. Resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2017 - Educacenso

Quadro XVI A – Quadro de alunos – Setembro de 2017

Alunos e Classes	TOTAIS por TURNO											
	MANHÃ		TARDE		NOITE		INTEGR		MULTISS.		SOMA TOTAL	
	ALUNOS	CL	ALUNOS	CL	ALUNOS	CL	ALUNOS	CL	ALUNOS	CL	ALUNOS	CL
ED.INFANTIL CRECHE	158	7	215	9			1,498	107		41	1,871	123
ED.INFANTIL PRÉ	1,320	69	1,463	77			90	5		31	2,873	151
TOTAL da ED.INFANTIL	1,478	76	1,678	86	0	0	1,588	112		72	4,744	274
ENSINO FUNDAMENTAL	5,086	226	4,729	210	0	0	397	21			10,212	457
ENSINO FUNDAMENTAL - EJA	0	0	23	1	361	23				11	384	24
PROJETOS - SALA ESPECIAL, REENCONTRO, MULTIPLICAR E ACELERA											112	
	6,564	302	6,430	297	361	23	1,985	133		83	15,452	755

	MANHÃ		TARDE		NOITE		INTEGR		MULTISS.		SOMA TOTAL	
PROJETO - SALA DE RECURSOS	85	6	50	5							135	11
PROJETO - MAIS EDUCAÇÃO											436	

Fonte: Setor de Administração Escolar - SEED

Considerando as informações dos Quadros XV (57 escolas de Educação Básica), XVI (27 escolas que atendem em período integral) e XVI A (chegamos à situação de 47,36% de escolas com atendimento em período integral no município. O atendimento de alunos da educação básica pública em tempo integral é de **16,18%**

Indicador 6A	<i>Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
20,7%	DADO OFICIAL	17,26%	Resultados preliminares do Censo Escolar da Educação 2017
	DADO MUNICIPAL	16,18%	Quadro Resumo Mensal Alunos Setembro 2017

Indicador 6B	<i>Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
52,9%	DADO OFICIAL	47,36%	Resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2017

A Comissão de monitoramento, com base em dados oficiais (sites), no caderno de Dados da Educação do Município e outros materiais disponibilizados, e na análise da situação real das escolas de Tempo Integral, procurou realizar o monitoramento o mais aproximado possível da realidade.

Como a implantação e implementação de escolas de tempo integral demandam alto custo, e estamos vivenciando uma grave crise econômica no país, refletindo no município, a execução da meta ficou prejudicada.

Avaliação das Estratégias da Meta 6

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola; e ainda ampliando o atendimento do Projeto Convivência em todos os bairros que disponham de espaço.

Ações desenvolvidas - Em nível de município foram implantadas as escolas de Tempo Integral do 1º ao 9º ano, onde os alunos permanecem 8hs diárias. As escolas desenvolvem no contraturno atividades de acompanhamento pedagógico com as aulas de Orientação de Estudos, atividades de cunho cultural e esportivo, como Atividades Esportivas Educacionais, música, teatro, Dinâmicas de Leitura, Atividades Científicas e Jogos, Projeto de Libras, artesanato e outras. No entanto, não acontece uma integração com as aulas do período regular. O Projeto Convivência da Ed. Infantil acontece em 4 escolas, os alunos permanecem 8 hs diárias. São desenvolvidas atividades com metodologias diferenciadas, em outros espaços e organização diferentes, como culinária, oficina de Artes e Movimento. Essas atividades se entrelaçam com o período regular. Na creche as crianças permanecem das 6h30 até as 18h00, com atividades diferentes nos dois períodos garantidos no planejamento do professor. Até a presente data, não conseguimos implantar a jornada exclusiva dos professores nas escolas de tempo integral, por não ser vantajoso financeiramente para o professor, que acaba acumulando cargo com o Estado, o próprio município, ou em instituições de ensino particulares.

Ações a serem realizadas - Manter o que a rede já desenvolve, aperfeiçoando as ações para que se tenha mais qualidade e aconteça a integração curricular entre o período regular e o integral. Na Educação Infantil, garantir primeiro a demanda para o período regular. Caso sobre espaço, aumentar gradativamente o atendimento do Projeto Convivência. Progressivamente a escola de tempo integral deverá ser ampliada em atendimento preferencial para as crianças de 0 a 3 anos.

6.2 Ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de ampliação, construção e reestruturação com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para escolas públicas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas municipais, com a instalação de quadras poliesportivas,

laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

Ações desenvolvidas - Todas as escolas de Tempo Integral cumprem as normas de acessibilidade. Em relação à construção, foi construída somente uma escola de Educação Infantil que possui o Projeto Convivência. Houve ampliação somente em uma escola do Ensino Fundamental de Tempo Integral, "Maria do Carmo P. Mosca" (duas salas de aula, aumento do pátio, reforma dos banheiros, pintura). As escolas de Ensino Fundamental possuem quadras poliesportivas, laboratório de informática, cozinha, banheiros. Não possui refeitório independente, laboratório de Ciências, auditório. Não foi produzido material didático e de formação de recursos humanos específicos para a escola de Tempo Integral.

Ações a serem realizadas - A construção/ampliação desses espaços (auditório, laboratório de Ciências, refeitório, espaço para atividades culturais, etc) está atrelada ao orçamento do município. A crise econômica atual é um empecilho para que isso ocorra nesse momento. Quando a situação econômica apresentar melhoras, investir na adequação dos espaços e mobiliário adequado nas escolas de tempo integral.

6.3 Garantir estrutura física e recursos materiais e humanos adequados nas escolas que atendam alunos em tempo integral.

Ações desenvolvidas - Foram realizadas poucos investimentos no que se refere a estrutura física e recursos materiais nas escolas de tempo integral, somente a ampliação de duas salas, aumento do pátio e reforma nos banheiros dos alunos na EMEB Profa. Maria do Carmo P. Mosca.

Ações a serem realizadas - Quando a situação econômica melhorar, a medida do possível, fazer as adequações na estrutura física, os espaços adequados para o desenvolvimento de oficinas diversas, como: dança, balé, capoeira, caratê, e outras; laboratório de ciências; auditório, refeitório independente. Subsidiar recursos materiais para o desenvolvimento das atividades; formação dos professores que ministram as oficinas.

6.1 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos e privados, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários; buscando parcerias com outras secretarias ou escolas.

Ações desenvolvidas - Acontecem algumas visitas aos espaços educativos do município: planetário, Estação Ciências, Parque Luis Latorre, teatro Ralino Zambotto, museu Padre Lima, cinema.

Ações a serem realizadas - Promover a articulação/parceria com outras secretarias, como esporte, cultura, saúde para o desenvolvimento de atividades e incentivar as visitas aos espaços educativos da cidade com maior frequência, dando meios para que isso ocorra (transporte, por exemplo). É a concepção da Cidade Educadora. Essas atividades devem estar integradas ao PPP das escolas.

6.2 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino, no período contrário.

Ações desenvolvidas - Foram desenvolvidas algumas atividades por entidades privadas de serviço social na rede municipal de ensino, como Letramento em Programação em parceria com o Instituto Ayrton Senna; o Khan Academy em parceria com a Fundação Leman. Porém, essas atividades não atingiram todos os alunos das escolas de Tempo Integral.

Ações a serem realizadas - Por meio de parcerias com entidades privadas de serviço social, desenvolver diferentes atividades e projetos no contraturno, com os alunos das escolas de tempo integral. Parcerias com fundações, empresas, organizações da sociedade civil, entre outras. Essas atividades devem estar integradas ao PPP da rede municipal e das escolas participantes.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
6.1	2025	Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola; e ainda ampliando o atendimento do Projeto Convivência em todos os bairros que disponham de espaço.	Programa Novo Mais Educação PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
6.2	2025	Ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de ampliação, construção e reestruturação com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para escolas públicas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas municipais, com a instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.	PDDE E PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
6.3	2025	Garantir estrutura física e recursos materiais e humanos adequados nas escolas que atendam alunos em tempo integral.	PDDE E PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
6.4	2025	Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos e privados, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários; buscando parcerias com outras secretarias ou escolas.	Programa Novo Mais Educação PPA 2014-2017	REALIZADA
6.5	2025	Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino, no período contrário.	Programa Novo Mais Educação PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO

VII. Meta sobre Aprendizado Adequado na Idade Certa

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB e SARESP

A Meta 7 do PME 2015-2025 preconiza o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o objetivo de atingir, até 2021, as seguintes médias nacionais: 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental (EF); 5,5 para os anos finais do EF; e 5,2 para o ensino médio (EM). O IDEB é um indicador sintético criado em 2007 pelo Inep e constituído por duas dimensões da qualidade da educação: o fluxo escolar (taxa de aprovação) e o desempenho (médias de proficiência) dos estudantes nos testes padronizados de língua portuguesa e matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Em 2007, com a instituição do Compromisso Todos pela Educação no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a edição do Decreto nº 6.094, que institui o Plano de Metas compromisso Todos pela Educação, o MEC sinalizou às redes de ensino e às escolas públicas o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, estabelecendo um sistema de metas bienais do IDEB para o País, redes de ensino e escolas públicas, no período de 2007 a 2021.

Para o monitoramento da Meta 7, este relatório explora os indicadores gerais da meta, traçando a trajetória desses indicadores:

- *Indicador 7A: Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.*
- *Indicador 7B: Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.*
- *Indicador 7C: Média do IDEB no ensino médio.*

Quanto à qualidade da educação básica em todas as modalidades de ensino, a meta 7 visa a fomentar a melhoria no fluxo de aprendizagem. O quadro XVII ilustra essa meta, de acordo com as projeções do INEP, e o quadro XVIII ilustra a situação da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática no município nos últimos anos.

Quadro XVII – Aprendizado adequado na idade certa, de acordo com as metas do IDEB propostas pelo INEP para o município.

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: INEP

Para tratar do aprendizado (meta 7), será abordado o Índice da Educação Básica (IDEB) nos últimos anos em Itatiba. O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa, Matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Para comentar sobre a evolução no aprendizado precisamos comparar os dados atuais com os anteriores. A Tabela 1 apresenta os dados de Itatiba nas últimas edições da Prova Brasil.

Quadro XVIII - Situação da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática no município nos últimos anos

5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
	APRENDIZADO		FLUXO	IDEB
2009 Última edição com nota publicada do 5º ano	5,51		0,93 A cada 100 alunos, 7 são reprovados	5,1
	LP	MATEMÁTICA		
	191,09	213,16		
2013	6,09		0,92 A cada 100 alunos, 8 são reprovados	5,6
	LP	MATEMÁTICA		
	209,17	226,07		
2015	7,08		0,96 A cada 100 alunos, 4 são reprovados	6,8
	LP	MATEMÁTICA		
	237,40	251,54		
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
	APRENDIZADO		FLUXO	IDEB
2009	4,96		0,94 A cada 100 alunos, 6 são reprovados	4,7
	LP	MATEMÁTICA		
	245,52	252,29		
2011	5,34		0,94	5,0
	LP	MATEMÁTICA		
	285,01	262,47		
2013	5,30		0,94	5,0
	LP	MATEMÁTICA		
	256,43	262,72		
2015	5,83		0,94	5,5
	LP	MATEMÁTICA		
	272,22	277,48		

É importante observar que os avanços são conquistados gradativamente e é preciso fazer a análise do resultado geral do município e dos resultados por escola. Em uma análise dos resultados por escola para o IDEB 2013, foi possível perceber avanços mais significativos. Das vinte escolas de 5º ano que tiveram os resultados publicados, observamos que dezesseis delas avançaram e ou superaram as metas, duas mantiveram os índices e duas apresentaram queda. Das escolas de 9º ano, 10 avançaram em relação à edição de 2011, sete das quais superaram as metas estabelecidas pelo MEC, uma atingiu a meta, duas avançaram, mas não atingiram as metas, uma manteve o IDEB de 2011 e 9 delas apresentaram queda no índice de suas escolas.

Quando recebemos os índices do município, percebemos avanços pontuais nas escolas da rede e levantamos a hipótese de que o nível de proficiência dos alunos aumentou e o fluxo caiu (a reprovação escolar aumentou). Depois, ao receber as informações sobre a proficiência, pudemos confirmar que para os anos iniciais o aprendizado aumentou, tal como era nossa expectativa. Para os anos finais o aprendizado de

Matemática tem avançado aos poucos e o de Língua Portuguesa apresentou uma queda na última prova. Nossas observações e os resultados do IDEB têm norteado nosso trabalho na gestão do conhecimento, de pessoas e de recursos visando à garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem dos alunos da rede municipal de Itatiba. Os dados detalhados por escola podem ser consultados no QEDU: <http://www.qedu.org.br/>

Os dados gerais do município apresentados na plataforma QEDU foram recortados e estão apresentados nos quadros XIX e XX.

Quadro XIX – Rendimento das Escolas Municipais – Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2015

IDEB – ANOS INICIAIS	
IDEB	6,8
Fluxo	0,96
Meta	6,0
PROFICIÊNCIA	
MATEMÁTICA	251,54
LÍNGUA PORTUGUESA	237,40
NOTA PADRONIZADA	7,08
RENDIMENTO	
APROVAÇÃO	96,2%
REPROVAÇÃO	3,7%
ABANDONO	0,1%

Fonte: QEDU 2015

Quadro XX – Rendimento das Escolas Municipais – Anos Finais do Ensino Fundamental 2015

IDEB - ANOS FINAIS	
IDEB	5,5
Fluxo	0,94
Meta	5,5
PROFICIÊNCIA	
MATEMÁTICA	277,48
LÍNGUA PORTUGUESA	272,22
NOTA PADRONIZADA	5,83
RENDIMENTO	
APROVAÇÃO	95,1%
REPROVAÇÃO	4,1%
ABANDONO	0,8%

Fonte: QEDU 2015

No Plano Municipal de Educação, o município assumiu metas mais ousadas que as definidas pelo INEP a partir de 2017, estabelecendo o que segue abaixo para a meta 7.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB e SARESP:

5º ano	Metas Projetadas - IDEB			
Município	2015	2017	2019	2021
ITATIBA	6,0	6,5	6,8	7,0

9º ano	Metas Projetadas - IDEB			
Município	2015	2017	2019	2021
ITATIBA	5,5	6,0	6,5	7,0

Ensino Médio	Metas Projetadas - IDEB			
Município	2015	2017	2019	2021
ITATIBA	4,5	5,0	6,0	7,0

Metas propostas pelo Conselho Municipal de Educação, acima das propostas pelo INEP.

SARESP

Ano	Língua Portuguesa			Matemática			História			Geografia		
	E. Fundamental		E. Médio	E. Fundamental		E. Médio	E. Fundamental		E. Médio	E. Fundamental		E. Médio
	5º Ano	9º Ano		5º Ano	9º Ano		5º Ano	9º Ano		5º Ano	9º Ano	
2015	37,4	16,1	26,6	28,6	11,9	5,5	57	45,8	49,2	52,7	47,9	46,5
2017	41,1	19,3	30,5	31,5	14,3	7,1	62,7	50,3	54,1	58	52,6	51,2
2019	45,3	23,2	35,1	34,6	17,1	9,2	68,9	55,4	59,5	63,8	57,9	56,3
2021	49,8	27,8	40,4	38,1	20,5	12	75,8	60,9	65,4	70,1	63,7	61,9
2023	54,8	33,3	46,5	41,9	24,9	15,6	83,4	67	72	77,1	70,1	68,1

Metas propostas pela Proposta do Plano Estadual de Educação baseando-se pelo SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

Indicador 7A	<i>Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.</i> IDEB - 5º Ano – 2015		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
6,0	DADO OFICIAL	6,8	INEP

Indicador 7B	<i>Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.</i> IDEB - 9º Ano - 2015		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
5,5	DADO OFICIAL	5,5	INEP

Indicador 7C	<i>Média do IDEB no ensino médio.</i> IDEB – Ensino Médio - 2015		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
4,5	DADO OFICIAL	Dados não existentes	-----

Avaliação das Estratégias da Meta 7

7.1 Atualizar os documentos curriculares do Município de todos os níveis de ensino, de acordo com a proposta nacional comum a ser publicada, garantindo os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos, a serem atingidos nos tempos e etapas de sua organização, com vistas a garantir formação básica comum e prevenir a disfunção série/idade.

Ações desenvolvidas - Atualização do Currículo de Ensino Fundamental I II em 2016 a partir de demandas da Rede e 2ª reflexão sobre a 2ª BNCC.

Ações a serem realizadas - Estudar o Plano de Implementação da BNCC e planejar ações

7.2 Assegurar, por meio de monitoramento e avaliação, que:

a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental e 50% (cinquenta por cento) do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PNE, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

Ações desenvolvidas - Elaboração e revisão do Currículo Municipal; Criação do Sistema de Avaliação Municipal para monitoramento da aprendizagem; Oferecimento de Formação continuada para professores e equipe gestora.

Ações a serem realizadas - Continuar com as ações de formação docente e de equipes gestoras, avaliação da aprendizagem e monitoramento de índices de avaliações externas com a finalidade de garantir o avanço nos níveis de proficiência dos alunos da Rede Municipal.

7.3 Promover, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

Ações desenvolvidas - Criação da disciplina de Práticas de Leitura e Produção de texto. Produção de materiais didáticos: sequencias didáticas, aquisição de livros. Formação de professores.

Ações a serem realizadas - Desenvolver Projeto baú do livro. Promover formações específicas para professores para práticas de leitura.

7.4 Promover monitoramento de índices relacionados à aprendizagem (Avaliações Municipais e Avaliações externas estaduais e federais), fluxo escolar, retenção, evasão para realizar programas de intervenção visando à qualidade na educação para todos os alunos.

Ações desenvolvidas - Acompanhamento dos resultados das avaliações internas e externas de aprendizagem, por meio das notas bimestrais dos alunos e índices de proficiência externos (IDEB) planejando e desenvolvendo ações de recuperação contínua e paralela; Criação e desenvolvimento de Diretrizes de avaliação; Formação docente e de gestores sobre a temática da avaliação e monitoramento de dados.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade às formações docentes e de gestores e ao monitoramento dos resultados das avaliações internas e externas; Aperfeiçoar o instrumento de avaliação (provas) externo da SE. Aperfeiçoar o instrumento de monitoramento (planilhas/gráficos).

7.5 Subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente acervos de obras diversas, materiais didáticos e pedagógicos suplementares.

Ações desenvolvidas - Formação Contínua presencial e à distância. Acesso à plataforma moodle com materiais de formação contínua e didáticos suplementares.

Ações a serem realizadas - Aperfeiçoar os instrumentos que subsidiem a atuação dos professores, tais como formação (HTPE/F) e elaboração de materiais didáticos.

7.6 Oferecer capacitação tecnológica para os discentes e docentes que façam TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) em suas aulas como ferramentas

Ações desenvolvidas - A rede oferece Cultura Digital (conforme resolução própria); laboratório de informática nas escolas; Projeto Letramento e Programação cujo público alvo é os alunos das escolas municipais ou comunidade dos bairros São Francisco e Porto Seguro (CRAS), atendendo as especificidades, respeitando e preservando as culturas locais e; Projeto Palma; Plataforma moodle para alunos e professores; Sala de Recursos Multifuncional, onde os alunos são atendidos em suas necessidades; Projeto Khan Academy que é desenvolvido em 9 escolas municipais em parceria com a Fundação Lemann. Curso de aperfeiçoamento em tecnologias para coordenadores.

Ações a serem realizadas - Ampliar e garantir a continuidade do uso das tecnologias pedagógicas.

7.7 Estabelecer políticas de estímulos às escolas de educação básica que avancem nas metas de aprendizagem das crianças, de modo a valorizar o desempenho das crianças, o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Ações desenvolvidas – Realizou-se a valorização, por meio de homenagens em eventos pedagógicos ou formações de gestores, a troca de experiências pedagógicas entre todas as escolas que se destacaram em seus resultados atingindo ou superando suas metas em relação à indicadores externos.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade às ações de valorização dos profissionais das escolas que se destacam em seus índices de aprendizagem.

7.8 Implementar, no prazo de 3 anos de vigência do PME, ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Não se aplica o monitoramento nesse momento.

7.9 Criar mecanismos para acompanhamento individualizado dos alunos por meio de sistema de gerenciamento e tratamento de dados.

Ações desenvolvidas - Análise das avaliações internas e externas; Plano de monitoramento da aprendizagem dos alunos (gráficos e planilhas).

Ações a serem realizadas - Continuidade da das ações de monitoramento. Elaboração de planos de metas a curto, médio e longo prazo com vistas a melhoria da aprendizagem dos alunos.

7.10 Ampliar e garantir políticas de combate à violência na escola, desenvolvidas por técnicos da educação e da saúde, em parceria com a guarda municipal de Itatiba, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

Ações desenvolvidas - Palestras; Reflexões.

Ações a serem realizadas - Integração entre família, sociedade, comunidade e Estado; Parceria com outras Secretarias; Atendimento pontual dessas "ocorrências".

7.11 Assegurar nos currículos escolares conteúdos sobre a história do município, as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

Ações desenvolvidas - Inserção do conteúdo no currículo municipal; Práticas de erradicação da diversidade; Reflexão sobre a diversidade.

Ações a serem realizadas - Implementar política de valorização e formação dos profissionais da educação na perspectiva dos direitos humanos sobre raça e etnia. Oportunizar acesso a acervos à respeito da diversidade.

7.12 Ampliar ações de mobilização das famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de assegurar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

Ações desenvolvidas – É assegurado o diálogo entre os envolvidos.

Ações a serem realizadas - Garantir relações de parceria escola, família e comunidade; Delegar a cada setor sua responsabilidade na educação.

7.13 Potencializar a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

Ações desenvolvidas - Existem parcerias e/ou convênios com entidades filantrópicas, comunitárias ou profissionais sem fins lucrativos para a continuidade de oferta de atendimentos nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, psicopedagogia e em equoterapia para ampliar as condições de apoio ao desenvolvimento integral dos alunos.

Ações a serem realizadas - Promover políticas públicas municipais intersetoriais entre as secretarias, assegurando agilidade no atendimento as necessidades do educando.

7.14 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Ações desenvolvidas - Horário de trabalho coletivo realizado na Secretaria de Educação com os professores e equipe gestora para análise dos dados do município e de cada unidade escolar com o objetivo de análise dos dados das avaliações aplicadas nas U.E. Divulgar as boas práticas desenvolvidas na escola que tiverem avanços em seus índices, estimulando assim, outras escolas. Formação continuada aos docentes e equipes gestoras com a temática avaliação e monitoramento dos índices de aprendizagem.

Ações a serem realizadas - Continuar com ações de monitoramento dos índices internos e externos de avaliações; Dar continuidade às políticas de formação continuadas.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
7.1	2025	Atualizar os documentos curriculares do Município de todos os níveis de ensino, de acordo com a proposta nacional comum a ser publicada, garantindo os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos, a serem atingidos nos tempos e etapas de sua organização, com vistas a garantir formação básica comum e prevenir a disfunção séric/idade.	PPA 2014-2017	REALIZADO
7.2	2025	Assegurar, por meio de monitoramento e avaliação, que: a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental e 50% (cinquenta por cento) do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste PNE, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.	PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
7.3	2025	Promover, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	Programa Nacional do Livro Didático – PNLD	EM ANDAMENTO
7.4	2025	Promover monitoramento de índices relacionados à aprendizagem (Avaliações Municipais e Avaliações externas estaduais e federais), fluxo escolar, retenção, evasão para realizar programas de intervenção visando à qualidade na educação para todos os alunos.	PPA 2014-2017	REALIZADO
7.5	2025	Subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente acervos de obras diversas, materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível, em portal eletrônico.	PPA 2014-2017	REALIZADO
7.6	2025	Oferecer capacitações tecnológicas para os discentes e docentes que façam TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) em suas aulas como ferramentas pedagógicas, adequando à formação, à necessidade e à faixa etária dos atendidos.	PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
7.7	2025	Estabelecer políticas de estímulos às escolas de educação básica que avancem nas metas de aprendizagem das crianças, de modo a valorizar o desempenho das crianças, o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.	PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
7.8	2018	Implementar, no prazo de 3 anos de vigência do PME, ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.	Programa Nacional do Livro Didático – PNLD	NÃO INICIADA
7.9	2025	Criar mecanismos para acompanhamento individualizado dos alunos por meio de sistema de gerenciamento e tratamento de dados.	PPA 2014-2017	REALIZADO

7.10	2025	Ampliar e garantir políticas de combate à violência na escola, desenvolvidas por técnicos da educação e da saúde, em parceria com a guarda municipal de Itatiba, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
7.11	2025	Assegurar nos currículos escolares conteúdos sobre a história do município, as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	PPA 2014-2017	REALIZADO
7.12	2025	Ampliar ações de mobilização das famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de assegurar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	PPA 2014-2017	REALIZADO
7.13	2025	Potencializar a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	PPA 2014-2017	EM ANDAMENTO
7.14	2025	Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.	PPA 2014-2017	REALIZADO

VIII. Meta sobre a Escolaridade Média

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo até o último ano de vigência deste Plano, elevando a escolaridade média da população do campo e dos 25% mais pobres.

A Meta 8 do PME direciona-se para a ampliação da escolaridade média de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos de idade, com a preocupação de garantir que esse processo ocorra de forma equitativa e sem reproduzir desigualdades.

Nessa direção, o grande objetivo da meta consiste em elevar a escolaridade média geral, de modo que ela atinja, em 2025, ao menos 12 anos no Brasil. Para o monitoramento desse objetivo foi selecionado o seguinte indicador:

– Indicador 8A: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.

O diagnóstico do município de Itatiba, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 mostra que a escolaridade média da população de 18 a 29 anos é de 11,2 anos, precisando atingir a meta de 12 anos até o último ano de vigência do PME e deve também elevar a média de escolaridade da população do campo e dos 25% mais pobres.

Quadro XXI – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos 2016

Matrículas em EJA	Escolas municipais que oferecem EJA
492	5

Fonte: QEDU

Indicador 8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos		
	META ALCANÇADA NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR	
11,8	DADO OFICIAL	11,2	PNAD

Avaliação das Estratégias da Meta 8

8.1 Ampliar a oferta de programas para correção de fluxo escolar, visando ao acompanhamento pedagógico individualizado e à recuperação de estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais. Priorizar estratégias de ação que possibilitem ao educando corrigir, quando necessário, o percurso escolar em defasagem, utilizando-se para isso de aulas no contra-turno, aulas de cultura digital e educação à distância. Para a realização destas aulas, fortalecer a parceria com o Instituto Palma e outros que tragam a utilização de ferramentas de aprendizagem diretamente vinculadas com utilização das tecnologias educacionais como ferramentas educativas.

Ações desenvolvidas - O município oferece provas de reclassificação considerando a aprendizagem e a defasagem idade/série. Parceria com a Rede Estadual para a continuidade dos estudos.

Ações a serem realizadas - Realizar a busca ativa da população do campo e dos 25% dos mais pobres que ainda estão fora da escola. Oferecer vagas para o atendimento da demanda.

8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial; de acordo com a necessidade do aluno trabalhador: com flexibilização de horário e oferta de compensação de ausência. Buscar parcerias junto às universidades locais no intuito de garantir o desenvolvimento de estratégias de ensino inovadoras para apoio técnico aos professores em suas necessidades garantindo a aprendizagem do aluno. Firmar parceria com o setor da saúde e centros de saúde mental para triagem e atendimento aos alunos que mais necessitem de estratégias específicas deste atendimento especializado.

Ações desenvolvidas - Até o 9º ano do Ensino Fundamental/EJA os alunos com alguma necessidade de atendimento especializado são triados pelo CAEPI e encaminhados para o setor de saúde.

Ações a serem realizadas - Continuar as ações que estão sendo desenvolvidas.

8.3 Garantir a divulgação dos exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ações desenvolvidas - A Secretaria da Educação garante a divulgação.

Ações a serem realizadas - Continuar a divulgação.

8.4 Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados. Viabilizar PPP com as entidades do sistema S para promoção de cursos de qualificação profissional de interesse dos alunos no sentido de que lhes seja apresentada formação profissional de acordo com suas aptidões e adequação ao mercado de trabalho.

Ações desenvolvidas - Ações desenvolvidas até o término de 2015.

Ações a serem realizadas - Buscar novas parcerias.

8.5 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outros, em regime de colaboração, oferecendo condições de capacitações tecnológicas para docentes e discentes.

Ações desenvolvidas - Até 2016 as salas de EJA contavam com um monitor de informática, bem como o Projeto Palma para discentes. Em 2017 o Projeto permaneceu em apenas uma escola e o monitor não atende mais nenhuma sala de EJA.

Ações a serem realizadas - Ampliar o Projeto Palma para todas as escolas, assim como monitores de informática para atenderem alunos de EJA. Buscar parcerias para capacitação docente.

8.6 Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos.

Ações desenvolvidas - O município realiza a divulgação das matrículas da EJA por meio de cartazes, publicação na imprensa, distribuição de folhetos pelos agentes comunitários de saúde. Divulgação nas escolas, igrejas, pontos de ônibus, supermercados etc.

Ações a serem realizadas - Continuar a divulgação.

Informações relevantes

- Os alunos que moram na zona rural são atendidos pelo transporte da frota municipal ou recebem passe escolar para frequentar as aulas.
- Todos os alunos recebem a merenda escolar.
- Acompanhamento pedagógico da SME junto às salas de EJA.
- Reuniões periódicas com coordenadores.
- Participação em Concursos (AEPTI)
- Oportunizar momentos de enriquecimento cultural com visitas no teatro, cinema, Planetário, Sabesp, supermercados.
- Palestras com temas diversos como prevenção de acidentes e salvamento, doação de órgãos, meio ambiente e uso da tecnologia como ferramenta de estudo.
- Participação dos alunos da EJA nos desfiles, nos eventos promovidos pela prefeitura e dentro da escola.
- Incentivo ao uso do acervo e espaço da sala de leitura das escolas.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
8.1	2025	Ampliar a oferta de programas para correção de fluxo escolar, visando ao acompanhamento pedagógico individualizado e à recuperação de estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais. Priorizar estratégias de ação que possibilitem ao educando corrigir, quando necessário, o percurso escolar em defasagem, utilizando-se para isso de aulas no contraturno, aulas de cultura digital e educação à distância. Para a realização destas aulas, fortalecer a parceria com o Instituto Palma e outros que tragam a utilização de ferramentas de aprendizagem diretamente vinculadas com utilização das tecnologias educacionais como ferramentas educativas.	Instituto Palma	Em andamento
8.2	2025	Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial; de acordo com a necessidade do aluno trabalhador: com flexibilização de horário e oferta de compensação de ausência. Buscar parcerias junto às universidades locais no intuito de garantir o desenvolvimento de estratégias de ensino inovadoras para apoio técnico aos professores em suas necessidades garantindo a aprendizagem do aluno. Firmar parceria com o setor da saúde e centros de saúde mental para triagem e atendimento aos alunos que mais necessitem de estratégias específicas deste atendimento especializado.	PPA 2014-2017	Realizada
8.3	2025	Garantir a divulgação dos exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	PPA 2014-2017	Realizada
8.4	2025	Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados. Viabilizar PPP com as entidades do sistema S para promoção de cursos de qualificação profissional de interesse dos alunos no sentido de que lhes seja apresentado formação profissional de acordo com suas aptidões e adequação ao mercado de trabalho.	SISTEMA S	Em andamento
8.5	2025	Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outros, em regime de colaboração, oferecendo condições de capacitações tecnológicas para docentes e discentes.	Instituto Palma	Realizada
8.6	2025	Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos.	PPA 2014-2017	Realizada

IX. Meta sobre a Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97% (noventa e sete por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

A Meta 9 do PME tem como objetivos a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, a fim de alcançar 93,5% até 2015, e, até o final da vigência do PME, em 2025, erradicar ou superar do analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Para o monitoramento desta meta, foram selecionados os seguintes indicadores:

- *Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.*
- *Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.*

Os quadros XXII e XXIII apontam a situação do alfabetismo e analfabetismo no município de Itatiba.

Quadro XXII - Do percentual da população com mais de 15 anos alfabetizados

% de alfabetizados com mais de 15 anos	
PNAD – 2013	97,2

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Quadro XXIII - Do percentual da população com mais de 15 anos analfabeta funcional

% de analfabetos funcionais com mais de 15 anos	
PNAD – 2013	18,7

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Nota: O objetivo desse indicador é reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Indicador 9A	<i>Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.</i> % de alfabetizados com mais de 15 anos		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
98,1	DADO OFICIAL	96,13	Censo Demográfico 2010 – IBGE

Indicador 9B	<i>Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.</i> % de analfabetismo funcional		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
15,3	DADO OFICIAL	6,4%	IBGE 2010

Avaliação das Estratégias da Meta 9

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, ampliando o número de salas em escolas da rede, de acordo com demanda, e flexibilizando o horário de atendimento aos alunos de EJA, para que possam frequentar as aulas em horários diversificados de acordo com seu cotidiano e suas variações de rotina, tais como trabalho por turnos ou mudanças de emprego.

Ações desenvolvidas - O município oferece o ensino de Educação de jovens e adultos atendendo a demanda. Oferece vagas nos períodos vespertino e noturno. O município oferece transporte para os alunos que residem em diferentes bairros, garantindo dessa forma o acesso. Oferece ainda, alimentação de qualidade.

Ações a serem realizadas - É necessário melhorar a flexibilização do horário, uma vez que o município não oferece vagas no período matutino, bem como flexibilizar o horário de entrada/saída de alunos mediante justificativa e registro.

9.2 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

Ações desenvolvidas - Em 2016 existia reforço pedagógico em todas as escolas, com professor específico, a fim de auxiliar na alfabetização dos alunos com defasagem de aprendizagem. Existia também o Projeto Palma, o qual é um programa de alfabetização digital, que ocorreu em duas escolas. Em 2017 continuou somente o Projeto Palma em apenas uma escola.

Ações a serem realizadas - Contratar professores alfabetizadores (auxiliar) para salas de 6ºs e 7ºs anos. Voltar a oferecer as aulas de reforço em horário flexível. Ampliar o Projeto Palma para as demais escolas.

9.3 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização e de aprendizagem de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade, nas diferentes disciplinas.

Ações desenvolvidas - No ano de 2016 foi realizada uma avaliação externa, entretanto não houve uma sistematização dos dados. Em 2017 não ocorreu essa avaliação.

Ações a serem realizadas - Reorganizar a avaliação externa, a fim de ser aplicada em todas as escolas, com o intuito de verificar o nível de aprendizagem (leitura e escrita) do público da EJA.

9.4 Estabelecer parcerias com os setores da economia para diagnóstico de escolarização dos funcionários e levantar interesse de continuidade dos estudos, para promover, em regime de colaboração, a redução do analfabetismo e o aumento do nível de escolaridade do trabalhador.

Ações desenvolvidas - Esta estratégia não foi realizada.

Ações a serem realizadas - Começar por um levantamento na própria Prefeitura, para posteriormente partir para as empresas.

9.5 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, o acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas.

Ações desenvolvidas - Em 2015 tínhamos grupos no Cras do Bairro San Francisco e no Centro da Juventude do Bairro Zupardo. Em 2016 não ocorreu esta estratégia. Em 2017 retornou no CRAS do San Francisco.

Ações a serem realizadas - Ampliar o atendimento de alfabetização de adultos/idosos nos CRAS.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
9.1	2025	Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, ampliando o número de salas em escolas da rede, de acordo com demanda, e flexibilizando o horário de atendimento aos alunos de EJA, para que possam frequentar as aulas em horários diversificados de acordo com seu cotidiano e suas variações de rotina, tais como trabalho por turnos ou mudanças de emprego.	PPA 2014-2017	Realizada
9.2	2016	Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	PPA 2014-2017	Realizada
9.3	2025	Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização e de aprendizagem de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade, nas diferentes disciplinas.	PPA 2014-2017	Realizada
9.4	2025	Estabelecer parcerias com os setores da economia para diagnóstico de escolarização dos funcionários e levantar interesse de continuidade dos estudos, para promover, em regime de colaboração, a redução do analfabetismo e o aumento do nível de escolaridade do trabalhador.	PPA 2014-2017	Em andamento
9.5	2025	Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, o acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas.	PPA 2014-2017	Em andamento

X. Meta sobre EJA Integrada à Educação Profissional

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 15% (quinze por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

O PME (2015-2025), no conjunto de suas metas, reservou à Meta 10 tratar da educação de jovens e adultos (EJA), estabelecendo o objetivo de que, do total das matrículas dessa modalidade, 25% sejam integradas à educação profissional.

Nesse sentido, a Meta 10 tem como foco não só ampliar a escolarização dos jovens e adultos, mas também proporcionar capacitação profissional, de modo que estes estejam preparados para atuar no mercado de trabalho. Para o monitoramento desse objetivo, foi selecionado o seguinte indicador:

– *Indicador 10: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.*

Quadro XXIV - Percentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, integradas à Educação profissional – 2007-2014

Ano	EJA
2007	20
2008	31
2009	73
2010	79
2011	71
2012	65
2013	65
2014	53

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Indicador 10A	<i>Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
1,9	DADO OFICIAL	00,00%	-----
	DADO MUNICIPAL	00,00%	-----

O município não ofereceu EJA integrada a educação profissional em 2016-2017

Avaliação das Estratégias da Meta 10

- 10.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, ampliando o número de salas em escolas da rede, de acordo com demanda, e flexibilizando o horário de atendimento aos alunos de EJA, para que possam frequentar as aulas em horários diversificados de acordo com seu cotidiano e suas variações de rotina, tais como trabalho por turnos ou mudanças de emprego; 10.1.1 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.**

Ações desenvolvidas - Foi criado o NUPEJA (Núcleo Profissionalizante da Educação de Jovens e Adultos) no segundo semestre de 2012, o qual funcionou até 2015. O público alvo era jovens de 15 a 18 anos incompletos. A partir de 2016 deixou de funcionar o NUPEJA.

Ações a serem realizadas - Buscar parcerias com escolas profissionalizantes.

- 10.2 Articular a EJA à formação profissional a partir de parcerias com o Sistema S (SENAI, SESI), a FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo) e outras instituições, de maneira gratuita, para possibilitar qualificação profissional a todos os alunos que tiverem interesse; 10.2.1 estabelecer parcerias com os setores da economia para diagnóstico de escolarização dos funcionários e levantar interesse de continuidade dos estudos, para promover, em regime de colaboração, a redução do analfabetismo e o aumento do nível de escolaridade do trabalhador.**

Ações desenvolvidas - De 2012 a 2015 existiam essas parcerias, uma vez que havia o recurso do PRONATEC.

Ações a serem realizadas - Buscar parcerias a critério da administração.

- 10.3 Ampliar o projeto Núcleo Profissionalizante da Educação de Jovens e Adultos - NUPEJA, viabilizando Projeto Político Pedagógico (PPP) em parceria com sistema S (SENAI, SESI), instituições municipais e clínicas de atendimento nas diversas áreas. (Acréscimo - Especificar clínicas de atendimento psicossocial)**

Ações desenvolvidas - Esta estratégia não foi realizada, por não ter mais parceria com o PRONATEC e FUNDAP.

Ações a serem realizadas - O NUPEJA encerrou suas atividades no final de 2015.

- 10.4 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outros, em regime de colaboração, oferecendo condições de capacitações tecnológicas para docentes e discentes.**

Ações desenvolvidas - Até 2016 as salas de EJA contavam com um monitor de informática, bem como o Projeto Palma para discentes. Em 2017 o Projeto permaneceu em apenas uma escola e o monitor não atende mais nenhuma sala de EJA.

Ações a serem realizadas - Ampliar o Projeto Palma para todas as escolas, assim como monitores de informática para atenderem alunos de EJA. Buscar parcerias para capacitação docente.

- 10.5 Promover programa de assistência ao estudante, em regime de colaboração, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.**

Ações desenvolvidas - O município ofereceu transporte, merenda e atendimento psicossocial.

Ações a serem realizadas - Buscar novos recursos.

- 10.6 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos.**

Ações desenvolvidas - Até 2015 existia uma parceria com a FUNDAPE, a qual oferecia material apostilado para EJA, com conteúdo voltado para o Mundo do trabalho. Oferecia também formação e acompanhamento para docentes.

Ações a serem realizadas - Reformular o currículo de EJA e retomar as formações de professores.

- 10.7 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade de escolarização, após a alfabetização inicial, de acordo com a necessidade do aluno trabalhador com flexibilização de horário e oferta de compensação de ausência.**

Ações desenvolvidas - Como já mencionado na meta 09 existem salas nos CRAS e há flexibilização nos horários de atendimento.

Ações a serem realizadas - Continuar oferecendo Educação de Jovens e Adultos de acordo com a demanda.

- 10.8 Favorecer o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas salas de EJA de maneira que a informática seja uma ferramenta de aprendizagem adequada a educação, ampliando o tempo de aprendizagem e perpassando a fronteira do espaço da sala de aula.**

Ações desenvolvidas - Conforme mencionado na estratégia 10.4, até 2016 as salas de EJA contavam com um monitor de informática, bem como o Projeto Palma para discentes. Em 2017 o Projeto permaneceu em apenas uma escola e o monitor não atende mais nenhuma sala de EJA.

Ações a serem realizadas - Ampliar o Projeto Palma para todas as escolas, assim como monitores de informática para atenderem alunos de EJA. Buscar parcerias para capacitação docente.

- 10.9 Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.**

Não se aplica no município.

- 10.10 Divulgar e incentivar a utilização de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados, por meio de certificação para o aproveitamento curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.**

Ações desenvolvidas - A Secretaria de Educação fez a divulgação do ENCCEJA e "vestibulinhos" para o Ensino Médio.

Ações a serem realizadas - Manter a divulgação do ENCCEJA e "vestibulinhos" para o Ensino Médio.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIAS REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
10.1	2025	Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, ampliando o número de salas em escolas da rede, de acordo com demanda, e flexibilizando o horário de atendimento aos alunos de EJA, para que possam frequentar as aulas em horários diversificados de acordo com seu cotidiano e suas variações de rotina, tais como trabalho por turnos ou mudanças de emprego; Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	PPA 2014-2017	Realizada
10.2	2025	Articular a EJA à formação profissional a partir de parcerias com o Sistema S (SENAI,SESI), a FUNDAÇÃO (Fundação do Desenvolvimento Administrativo) e outras instituições, de maneira gratuita, para possibilitar qualificação profissional a todos os alunos que tiverem interesse; estabelecer parcerias com os setores da economia para diagnóstico de escolarização dos funcionários e levantar interesse de continuidade dos estudos, para promover, em regime de colaboração, a redução do analfabetismo e o aumento do nível de escolaridade do trabalhador.	SISTEMA S	Em andamento
10.3	2025	Ampliar o projeto Núcleo Profissionalizante da Educação de Jovens e Adultos - NUPEJA, viabilizando Projeto Político Pedagógico (PPP) em parceria com sistema S (SENAI, SESI), instituições municipais e clínicas de atendimento nas diversas áreas.	PPA 2014-2017	Em andamento
10.4	2025	Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outros, em regime de colaboração, oferecendo condições de capacitações tecnológicas para docentes e discentes.	Instituto Palma	Realizada
10.5	2025	Promover programa de assistência ao estudante, em regime de colaboração, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	PPA 2014-2017	Em andamento
10.6	2025	Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos.	SISTEMA S	Em andamento.
10.7	2025	Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade de escolarização, após a alfabetização inicial, de acordo com a necessidade do aluno trabalhador com flexibilização de horário e oferta de compensação de ausência.	PPA 2014-2017	Realizada
10.8	2025	Favorecer o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas salas de EJA de maneira que a informática seja uma ferramenta de aprendizagem adequada a educação, ampliando o tempo de aprendizagem e perpassando a fronteira do espaço da sala de aula.	Instituto Palma	Realizada
10.9	2025	Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.	SISTEMA S	Não iniciada
10.10	2025	Divulgar e incentivar a utilização de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados, por meio de certificação para o aproveitamento curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.	PPA 2014-2017	Realizada

XI. Meta sobre Educação Profissional

Meta 11 - Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

A Meta 11 do PME tem como primeiro enfoque triplicar o número de matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, garantindo a qualidade da oferta. Além disso, estabelece que, pelo menos, 50% dessa expansão ocorra no segmento público. Para o monitoramento desses objetivos, foram selecionados os seguintes indicadores:

– *Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.*

– *Indicador 11B: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública.*

A meta 11 é uma das mais desafiadoras para o município, uma vez que se propõe a duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta. O quadro XXV informa o número de matrículas de acordo com dados do censo escolar.

Quadro XXV - Da quantidade de matrícula na educação profissional técnica de nível médio

Ano	Total
2007	417
2008	370
2009	563
2010	887
2011	988
2012	970
2013	1.194
2014	1.063
2015	969
2016	923
2017	1302

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação:
Todos Pela Educação
Sistema de Cadastro de Alunos (GDAE) 2017

Quadro XXVI - Porcentagem de Matrículas na Educação Profissional de nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio

Ano	Total	
2007	9,5%	417
2008	8,6%	370
2009	12,4%	563
2010	17,5%	887
2011	18,9%	988
2012	18,4%	970
2013	21,3%	1.194
2014	18,8%	1.063
2015	18,2%	969
2016
2017	23,75%	1302

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Quadro XXVII - Do atendimento da rede estadual no município de Itatiba

Escolas Estaduais	Número de Alunos Atendidos				
	E. Médio				TOTAL
	Regular	Integral	EJA	Profis	
01 EE Profª Ivony de Camargo Salles	838				838
02 EE Manuel Euclides de Brito	632		370		1002
03 EE Antonio Dutra	425	108	324		857
04 EE Profª Oscarlina de Araújo Oliveira	1150				1150
05 ETEC Rosa Perrone Scavone**	332			1302	1634
				Total	5481

Fonte: Sistema de Cadastro de Alunos (GDAE)

Quadro XXVIII - Do atendimento da rede privada no município de Itatiba

Escolas Municipais		E. Médio				EEE	TOTAL
		Regular	Integral	EJA	Profis		
1	Colégio Bom Jesus	136					232
2	Colégio Next	92					483
3	Colégio Cidade de Itatiba	112		25	154		291
4	Colégio Litteratus	81					348
5	Colégio Populus de Itatiba	51			139		308
6	Curso e Colégio Anglo Itatiba	127					474
						Total	2136

Fonte: Sistema de Cadastro de Alunos (GDAE)/ www.censobasico.inep.gov.br/relatorios. Dados preliminares do Censo 2017

Quadro XXIX - Do atendimento do Sistema S no município de Itatiba

Escolas Municipais		Número de alunos atendidos								EEE	TOTAL
		Ed. Infantil		E. Fundamental		E. Médio					
		Creche	Pré-escola	Regular	EJA	Regular	Integral	EJA	Profis		
		0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 anos em diante	Regular	Integral	EJA	Profis		
82	Escola SENAI Luiz Scavone ***									209	209
77	Centro Educacional SESI 013			320		87					407
										Total	616

*** SENAI - Ensino Profissionalizante

Fonte: Sistema de Cadastro de Alunos (GDAE)

Quadro XXX - Quantidade de matrículas na rede profissional de nível médio

ESCOLA	Quantidade
Etec Rosa Perrone Scavone	1302
Colégio Cidade de Itatiba	154
Colégio Populus de Itatiba	139
Escola SENAI Luiz Scavone	209
TOTAL	1804

Indicador 11A	<i>Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio</i> Quantidade de matrículas na rede profissional		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
1598	DADO MUNICIPAL	1804	Sistema de Cadastro de Alunos (GDAE)

Indicador 11B	<i>Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública</i> Quantidade de matrículas na rede profissional pública		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
1226	DADO MUNICIPAL	1302	Sistema de Cadastro de Alunos (GDAE)

Avaliação das Estratégias da Meta 11

11.1 Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, levando em consideração sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais de Itatiba e região

Ações desenvolvidas - Oferecer cursos de especialização de nível médio para qualificar trabalhadores das empresas e comércio local, em parceria com a ETEC, SENAI, dentre outras, para formar profissionais- especialistas para suprir a demanda do mercado de trabalho regional, favorecendo o investimento de novas empresas na região

Ações a serem realizadas - Divulgar e incentivar a participação em cursos oferecidos pela ETEC e pelo SENAI

11.2 Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas e serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados; 11.2.1) promover, em regime de colaboração cursos de qualificação profissional de interesse dos alunos de acordo com suas aptidões e adequação ao mercado de trabalho;

Ações desenvolvidas - Promover palestras com profissionais engajados no crescimento do município.

Ações a serem realizadas - Promover palestras com profissionais e incentivar visitas à ETEC e SENAI.

11.3 Promover a oferta, até o final da década, de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade, de acordo com as orientações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Ações desenvolvidas - Divulgar os cursos técnicos na modalidade de educação à distância.

Ações a serem realizadas - Estabelecer no município salas de aula – online nos bairros. (computadores ligados à internet e tutores para promover educação à distância com qualidade)

11.4 Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude

Ações desenvolvidas - Incentivar as indústrias e o comércio a oferecerem vagas para os estagiários.

Ações a serem realizadas - Incentivar as indústrias e o comércio a oferecerem vagas para estagiários.

11.5 Oferecer programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico

Ações desenvolvidas - Buscar parceria com a ETEC.

Ações a serem realizadas - A ETEC oferecerá ao interessado avaliações por competência, possibilitando ao interessado o reconhecimento e a certificação de seus saberes.

11.6 Estimular e promover a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência

Ações desenvolvidas - Oferecer formação técnica para pessoas com deficiência.

Ações a serem realizadas - Oferecer programas de incentivo as entidades que se proporem a se atentar quanto à necessidade da formação técnica para atender às pessoas com deficiência, garantindo-lhes a autonomia com sua inserção no mercado de trabalho.

11.7 Oferecer, em regime colaborativo com os governos federal e estadual, o financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior da região

Ações desenvolvidas - Selecionar alunos com potencial acadêmico e que tenham baixa renda para indica-los para o financiamento.

Ações a serem realizadas - Indicar alunos de baixa renda para os programas de financiamento.

11.8 Promover o sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas estaduais e privadas, instituído pelo governo federal

Ações desenvolvidas - Anualmente, aplicar um questionário a ser respondido por professores, alunos, funcionários, egressos e pais de alunos, mostrando o grau de satisfação com a instituição de ensino.

Ações a serem realizadas - Incentivar alunos, professores, pais e funcionários a avaliarem o grau de satisfação em relação à instituição de ensino.

11.9 Promover o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades, conforme as orientações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

Ações desenvolvidas - Formar parcerias com as escolas técnicas do município na criação de classes descentralizadas que atendam as necessidades desses alunos.

Ações a serem realizadas - Manter a parceria com as escolas técnicas do município para atenderem as populações do campo e quilombolas.

11.10 Promover, em regime de colaboração a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

Ações desenvolvidas - Formação de classes descentralizadas, oferecendo a educação profissional no contra horário, nas mesmas escolas que acolhem os esses alunos.

Ações a serem realizadas - Formação de classes descentralizadas, oferecendo a educação profissional no contra horário, nas mesmas escolas que acolhem os esses alunos.

11.11 Promover o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

Ações desenvolvidas - Incentivar a parceria com as indústrias e comercio local para a adoção de alunos, proporcionando-lhes bolsas de estudo, possibilitando condições para a conclusão dos cursos.

Ações a serem realizadas - Estimular a parceria com as indústrias e comércio local para a adoção de alunos, proporcionando-lhes bolsas de estudo, possibilitando condições para a conclusão dos cursos.

11.12 Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei

Ações desenvolvidas - Estimular a parceria entre a Prefeitura e as escolas técnicas para o atendimento desses alunos.

Ações a serem realizadas - Estimular a parceria entre Prefeitura e escolas técnicas, criando cotas para alunos advindos da rede municipal da região com as características explicitadas, promovendo a gratuidade no transporte, material didático e uniforme.

11.13 Estruturar sistema municipal de informação profissional, em regime de colaboração, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

Ações desenvolvidas - Fazer um levantamento entre as empresas e comércio local sobre suas necessidades quanto à mão de obra especializada, possibilitando o diálogo com as escolas responsáveis pelos cursos técnicos, quanto à conveniência dos cursos oferecidos.

Ações a serem realizadas -

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
11.1	2025	Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, levando em consideração sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais de Itatiba e região.	Não contemplada	Em andamento
11.2	2025	Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas e serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados; 11.2.1 promover, em regime de colaboração cursos de qualificação profissional de interesse dos alunos de acordo com suas aptidões e adequação ao mercado de trabalho.	Não contemplada	Não realizada
11.3	2025	Promover a oferta, até o final da década, de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade, de acordo com as orientações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.	Não contemplada	Não realizada
11.4	2025	Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	Não contemplada	Não realizada
11.5	2025	Oferecer programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico.	Não contemplada	Não realizada
11.6	2025	Estimular e promover a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência.	Não contemplada	Não realizada
11.7	2025	Oferecer, em regime colaborativo com os governos federal e estadual, o financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior da região.	Não contemplada	Não realizada
11.8	2025	Promover o sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas estaduais e privadas, instituído pelo governo federal.	Não contemplada	Não realizada
11.9	2025	Promover o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades, conforme as orientações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.	Não contemplada	Não realizada
11.10	2025	Promover, em regime de colaboração a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Não contemplada	Não realizada
11.11	2025	Promover o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.	Não contemplada	Não realizada
11.12	2025	Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.	Não contemplada	Não realizada
11.13	2025	Estruturar sistema municipal de informação profissional, em regime de colaboração, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.	Não contemplada	Não realizada

XII. Meta sobre a Educação Superior

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 30% (trinta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão das novas matrículas, no segmento público.

A Meta 12 do PME, que tem por principal finalidade a expansão com qualidade da educação superior em nível de graduação, apresenta três objetivos quantificáveis. O primeiro tem como enfoque a expansão da oferta de educação superior e, para tanto, determina que o total de matrículas em cursos de graduação seja equivalente a 50% da população brasileira de 18 a 24 anos de idade em 2024. Para o monitoramento desse objetivo, foi utilizado o seguinte indicador:

– Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação.

O segundo objetivo relaciona-se à expansão do acesso aos cursos de graduação pela população de 18 a 24 anos de idade, estabelecendo que a taxa de acesso dessa população a esse nível de ensino deve atingir 33% em 2025. Esse objetivo é monitorado pelo indicador:

– Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na graduação.

A meta prevê elevar a taxa bruta para 50% das matrículas no Ensino Superior como um todo, não somente na faixa de 18 a 24. Para a composição da taxa bruta seria necessário ter os dados de todas as IES sobre o número total de alunos matriculados em cada instituição. Entretanto como a tabela acima indicava somente a faixa etária de 18 a 24 anos, os dados brutos ainda não foram coletados.

O quadro XXXI abaixo mostra a população que compreende a faixa etária dos 18 aos 24 anos em Itatiba e o Quadro XXXII mostra a matrícula no ensino superior entre os itatibenses.

Quadro XXXI – Da população de 18 a 24 anos

População de 18 a 24 anos
12.567

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Quadro XXXII – Da matrícula de 18 a 24 anos no Ensino Superior em percentual

Percentual da população de 18 a 24 anos matriculada no Ensino superior		
Matrículas de acordo com o censo 2010	Matrículas de acordo com o censo 2010	Projeção para 2026 de acordo com o censo
2012 - 15,96	2017 – 15,2	2026 – 31,96

As estimativas apresentadas no anexo único do PMEI, com base no Censo Populacional partindo de 2010, sugerem que até 2026 o município de Itatiba tenha 31,96% da população de 18 a 25 anos matriculada no Ensino Superior.

Quadro XXXIII - Porcentagem de alunos de cursos de graduação presenciais beneficiários do FIES

Ano	Total	
2011	8,5%	203
2012	12,1%	300

Fonte: Mec/Inep/DEED/Censo Superior / Preparação: Todos Pela Educação

Observação: a porcentagem de beneficiários do FIES foi calculada sobre o total de alunos matriculados, em 2017, na Universidade São Francisco e na Universidade Paulista, campus Itatiba.

Inicialmente foi realizada uma reunião com os representantes de cada uma das Instituições de Ensino Superior (IES) presentes no município de Itatiba. Na reunião foram expostas as metas e estratégias do PME e após a reunião foram elaboradas planilhas a serem preenchidas pelas instituições, com os dados necessários. Algumas das IES preencheram as planilhas e os dados foram compilados nos quadros a seguir.

Indicador 12A	<i>Taxa bruta de matrículas na graduação</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
42,4%	DADO OFICIAL	00,00%	-----
	DADO MUNICIPAL	00,00%	-----

A meta prevê elevar a taxa bruta para 50% das matrículas no Ensino Superior como um todo, não somente na faixa de 18 a 24. Para a composição da taxa bruta seria necessário ter os dados de todas as IES sobre o número total de alunos matriculados em cada instituição. Entretanto como a tabela acima indicava somente a faixa etária de 18 a 24 anos, os dados brutos ainda não foram coletados.

Indicador 12B	<i>Taxa líquida de escolarização na graduação</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
20,78%	DADO MUNICIPAL	14%	Minicenso 2017

Dados coletados: USF – 1.221, UNIP – 160, ANHANGUERA- 200, FATEC – 200, FAMOSP – 0, UNINTER – não tem alunos em 2017. **Total = 1.780**

14% (esse número é referente à itatibenses que estudam em Itatiba)

Indicador 12C	<i>Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
20,78	DADO OFICIAL	00,00%	-----
	DADO MUNICIPAL	00,00%	-----

Avaliação das Estratégias da Meta 12

12.1 Inaugurar e colocar em funcionamento a primeira instituição municipal de educação superior (FATEC), mediante ações planejadas e coordenadas com o Estado de São Paulo, de forma a ampliar o acesso à graduação pelos estudantes de Itatiba.

Ações desenvolvidas - A instituição foi inaugurada e começou a funcionar em 2016. Conta com um curso superior em nível tecnológico: 'Gestão da produção industrial'

Ações a serem realizadas - Ampliar a oferta de novos cursos e vagas.

12.2 Promover a divulgação da oferta de vagas da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características, de Itatiba e região, definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Ações desenvolvidas - Divulgação junto as escolas de Ensino Médio sobre os cursos da FATEC.

Ações a serem realizadas - Intensificar a divulgação dos cursos oferecidos pela FATEC junto às escolas de Ensino Médio do Município; Monitorar os efeitos da divulgação nas escolas de Ensino Médio; Dar continuidade às palestras informativas junto aos alunos do Ensino Médio.

12.3 Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores da educação básica, para atender o déficit de profissionais em áreas específicas, conforme demanda do município de Itatiba.

Ações desenvolvidas - Realização de palestras, realizada por integrante do Conselho Municipal de Educação, em escolas do Ensino Médio, incentivando os alunos ao acesso e ingresso no Ensino Superior.

Ações a serem realizadas - Divulgar os cursos de Licenciaturas disponíveis na Plataforma Freire e de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas de Itatiba e região; Promover evento para divulgação de profissões, como por exemplo, feiras de profissões; Levantar os cursos mais procurados pelos alunos.

12.4 Garantir progressivamente que, até o final da década, 100% dos profissionais que atuam na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental concluem o curso de Pedagogia de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ações desenvolvidas - Oferecimento do PARFOR Programa Nacional de Formação de professores da Educação Básica em convênio com a Universidade São Francisco. Em 2016 21 professoras de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental foram contempladas.

Ações a serem realizadas - Levantar o número de professores que não tem graduação em Pedagogia e quantos atuam na Rede Municipal; Fazer ampla divulgação para inscrições e matrículas nos cursos do PARFOR (USF para o ano de 2018) e Universidade Aberta do Brasil (para o ano de 2018). Fomentar parceria entre a Secretaria da Educação e IES para suprir as demandas da Rede Municipal de Ensino.

12.5 Incentivar e oferecer apoio do município à ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as

desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Ações desenvolvidas - Realização de palestras sobre incentivo de acesso ao Ensino Superior e esclarecimento sobre o FIES e PROUNI. Atualmente são oferecidas 908 bolsas em duas Instituições no município (atualizar com as demais): PROUNI = 385, FIES = 253, BOLSA UNIVERSIDADE = 146, EDUCAFRO = 39

Ações a serem realizadas - Intensificar ações de divulgação sobre as políticas de inclusão e assistência estudantil, conforme já ocorre; Solicitar às instituições de Ensino Superior que realizem divulgação junto às escolas de Ensino Médio; Articular os gestores das escolas de Ensino Médio com as Instituições de Ensino Superior para divulgação de cursos e bolsas estudo.

12.6 Oferecer condições no município para a ampliação da oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

Ações desenvolvidas - Estabelecimento de convênios entre a Prefeitura e as Instituições de Ensino Superior para estágios.

Ações a serem realizadas - Levantar junto ao RH da Prefeitura a relação de Instituições de Ensino Superior que possuem convênios com a Prefeitura; Instituir coordenadoria de estágio na Secretaria da Educação para organizar e acompanhar todos os processos de estágios; Solicitar que as Instituições de Ensino Superior façam levantamento de empresas, órgãos conveniados, bem como a demanda de cada uma.

12.7 Promover a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

Ações desenvolvidas - As Instituições de Ensino Superior atendem ações afirmativas como PROUNI e EDUCAFRO.

Ações a serem realizadas - Levantar quais são as leis que regem ações voltadas aos grupos historicamente desfavorecidos.

12.8 Orientar e acompanhar a oferta de condições de acessibilidade nas instituições de educação superior em Itatiba, para o cumprimento da legislação.

Ações desenvolvidas - Acompanhamento de dados fornecidos pelas Instituições de Ensino Superior, como por exemplo, atendimento aos cadeirantes, cegos, surdos, etc.

Ações a serem realizadas - Levantar quais são as Leis que obrigam dar condições de acesso; Divulgar amplamente as condições das Leis; Acompanhar, por meio de dados, o cumprimento da Lei de Acessibilidade.

12.9 Fomentar estudos e pesquisas, em regime de colaboração entre município e as Instituições de Ensino Superior, que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

Ações desenvolvidas - Desenvolvimento, em regime de colaboração, com Instituições de Ensino Superior, como: Universidade São Francisco (USF), Instituto Federal e Tecnologia de São Paulo -Campus Campinas(IFSP) E Instituto Ayrton Senna (IAS): - Curso de Extensão continuada: "Uso de softwares e aplicativos na educação", voltado para professores e coordenadores pedagógicos (IFSP); Curso de Extensão continuada para formadores "Teoria de Resposta ao

Item" (USF); - Assessoria de ensino de Matemática para formadoras de Ensino Fundamental I (USF); - Observatório da Educação (USF); - Seminário de Educação em 2016 (USF); - Formação para professores e formadora sobre o Projeto "Letramento em programação" - (IAS).

Ações a serem realizadas - Solicitar às IES a ampliação de cursos de extensão continuada que possam ser oferecidos aos professores e gestores da Rede Municipal de Ensino; Incentivar as IES a promoverem eventos em conjunto, como fórum interdisciplinares, que atendam as demandas da Rede Municipal de Ensino; Solicitar às IES a ampliação de cursos de especialização; Levantar junto às Secretarias de Planejamento, de Negócios Jurídicos e de Finanças, informações sobre número de empresas, tipos de indústria, comércio e segmento de atuação, agronegócios, com a finalidade de verificar quais as demandas de mão de obra no município.

12.10 Incentivar e apoiar ações, para que as Instituições de Ensino Superior do Município possam ampliar seus programas de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

Ações desenvolvidas - Conhecimento sobre ações desenvolvidas pelo IES. Algumas instituições como a Universidade São Francisco já mantém convênios com instituições estrangeiras para graduação, bolsa sanduíche e dupla diplomação; em sua pós-graduação Stricto Sensu em Educação há bolsas de doutorado sanduíche ofertadas pela CAPS.

Ações a serem realizadas - Levantar com a Secretaria de Assuntos Institucionais as Leis que instituem Itatiba, Toro (Itália) e Tosa (Japão) como cidades irmãs. Verificar a possibilidade de intercâmbio entre as Instituições de Ensino Superior de Itatiba e Instituições de Ensino Superior das cidades irmãs; Levantar com as demais Instituições de Ensino Superior quais os convênios que possuem; Divulgar os convênios que as Instituições de Ensino Superior possuem.

12.11 Promover a expansão do atendimento específico às populações do campo e comunidade do quilombola Brotas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.

Ações desenvolvidas - Não houve ações desenvolvidas para essa meta.

Ações a serem realizadas - Ampliar a divulgação dos programas de atendimento a essa população; Levantar maiores informações sobre as populações do campo e quilombolas no município.

12.12 Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, em todas as áreas do conhecimento (licenciaturas), priorizando as áreas de ciências e matemática, de acordo com as necessidades do desenvolvimento do Município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

Ações desenvolvidas - Não foram desenvolvidas ações para a estratégia 12.12

Ações a serem realizadas - Solicitar às IES a ampliação de cursos de extensão continuada que possam ser oferecidos aos professores e gestores da Rede Municipal de Ensino; Incentivar as IES a promoverem eventos em conjunto, como fórum interdisciplinares, que atendam as demandas da Rede Municipal de Ensino; Solicitar às IES a ampliação de cursos de especialização; Levantar junto às Secretarias de Planejamento, de Negócios Jurídicos e de Finanças, informações sobre número de empresas, tipos de indústria, comércio e segmento de atuação, agronegócios, com a finalidade de verificar quais as demandas de mão de obra no município.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
12.1	2016	Inaugurar e colocar em funcionamento a primeira instituição municipal de educação superior (FATEC), mediante ações planejadas e coordenadas com o Estado de São Paulo, de forma a ampliar o acesso à graduação pelos estudantes de Itatiba.	Não contemplada	REALIZADA
12.2	2025	Promover a divulgação da oferta de vagas da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características, de Itatiba e região, definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	Não contemplada	REALIZADA
12.3	2025	Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores da educação básica, para atender o déficit de profissionais em áreas específicas, conforme demanda do município de Itatiba.	Não contemplada	REALIZADA
12.4	2025	Garantir progressivamente que, até o final da década, 100% dos profissionais que atuam na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental concluem o curso de Pedagogia de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.	PARFOR	REALIZADA
12.5	2025	Incentivar e oferecer apoio do município à ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.	Não contemplada	REALIZADA
12.6	2025	Oferecer condições no município para a ampliação da oferta de estágio como parte da formação na educação superior.	PPA 2014-2017	REALIZADA
12.7	2025	Promover a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.	PROUNI	REALIZADA
12.8	2025	Orientar e acompanhar a oferta de condições de acessibilidade nas instituições de educação superior em Itatiba, para o cumprimento da legislação.	Não contemplada	REALIZADA
12.9	2025	Fomentar estudos e pesquisas, em regime de colaboração entre município e as Instituições de Ensino Superior, que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.	PPA 2014-2017	REALIZADA
12.10	2025	Incentivar e apoiar ações, para que as Instituições de Ensino Superior do Município possam ampliar seus programas de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.	Não contemplada	REALIZADA
12.11	2025	Promover a expansão do atendimento específico às populações do campo e comunidade do quilombola Brotas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.	Não se aplica	NÃO INICIADA
12.12	2025	Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, em todas as áreas do conhecimento (licenciaturas), priorizando as áreas de ciências e matemática, de acordo com as necessidades do desenvolvimento do Município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.	Não contemplada	NÃO INICIADA

Quadro XXXIV- Levantamento de dados Ensino Superior - FATEC

LEVANTAMENTO DE DADOS ENSINO SUPERIOR		
NOME DA INSTITUIÇÃO:	Faculdade de Tecnologia de Itatiba - Centro Paula Souza	
CAMPUS:	Rua Daniel Peçanha de Moraes, 220 - Jardim Salessi - Itatiba	
Quantidade de alunos do Município de 18 a 24 anos que cursam:		
Formação	Nº de Alunos	Porcentagem
Graduação	35	23,81%
Pós Graduação Stricto Sensu	não há este curso	0
Pós Graduação Lato Sensu	não há este curso	0

Quadro XXXV – Levantamento de dados Ensino Superior - USF

LEVANTAMENTO DE DADOS ENSINO SUPERIOR			
NOME DA INSTITUIÇÃO:	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF		
CAMPUS:	ITATIBA		
Quantidade de alunos do município de 18 a 24 anos que cursam:			
Formação	USF (3 campi)	Nº de alunos residentes IT	Porcentagem res. IT
Graduação	8456	1221	14,44
Pós Graduação Stricto Sensu	17	6	35,29
Pós Graduação Lato Sensu	76	0	0,00

Quadro XXXVI – Levantamento de dados Ensino Superior - UNIP

LEVANTAMENTO DE DADOS ENSINO SUPERIOR		
NOME DA INSTITUIÇÃO:		
CAMPUS:		
Quantidade de alunos do município de 18 a 24 anos que cursam:		
Formação	Nº de alunos	Porcentagem
Graduação	160	30
Pós Graduação Stricto Sensu	0	0
Pós Graduação Lato Sensu	0	0

Não há dados da Anhanguera, FAMOSP e UNINTER

XIII. Meta sobre a Titulação de Professores da Educação Superior

Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior.

A Meta 13 do PME tem como enfoque a elevação da qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores em efetivo exercício nas instituições de educação superior (IES) até o valor de 75% (setenta e cinco por cento), sendo que, deste total, pelo menos 35% dos docentes deverão ter o título de doutorado. Para o monitoramento desses objetivos, foram selecionados dois indicadores:

– *Indicador 13A: Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior.*

– *Indicador 13B: Percentual de docentes com doutorado na educação superior.*

Indicador 13A	<i>Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
1,5%	DADO MUNICIPAL	66,7%	Minicenso 2017 IES – do município

Observação: USF 141 de 187 (75,4%), UNIP 0, FAMOSP 13 de 32 (40,1%), FATEC 12 de 30 (40%), ANHANGUERA(não informado) = total 166

Indicador 13B	<i>Percentual de docentes com doutorado na educação superior</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
0%	DADO MUNICIPAL	0%	-----

Para esse indicador não foi possível calcular a porcentagem nesse momento, porque as IES encaminharam números de profissionais titulados em mestrado e doutorado e não a porcentagem deles por instituição. Nesse caso, serão coletados dados do número total de docentes de todas as IES e calculada a porcentagem. Essa ação pode ser considerada uma ação que terá continuidade para complementação dos dados.

Avaliação das Estratégias da Meta 13

13.1 Incentivar a população a usufruir dos programas de incentivo com investimentos do governo federal na formação de mestres e doutores.

Ações desenvolvidas - Levantamento de dados sobre a formação acadêmica dos professores efetivos da Rede Municipal de Ensino para atender a demanda do reenquadramento previsto no Plano de Carreira do Magistério, considerando 26 professores mestres e 4 professores doutores até 2017.

Ações a serem realizadas - Divulgar legislação que contempla afastamento com remuneração para estudo: Lei 4623 de 23 de dezembro de 2013, Cap. XV, Art. 121, V que prevê: V - "frequentar cursos oficiais de Doutorado, Mestrado, pós-graduação, de aperfeiçoamento, especialização ou de atualização, no país ou no exterior, com ou sem prejuízo de vencimentos, mas sem o das demais vantagens do cargo, com anuência da Secretaria Municipal de Educação"; Identificar a área de interesse e demanda da Rede Municipal de Educação para a qualificação na área de Stricto Sensu; Oferecer condições para a ampliação do número de professores mestres e doutores na Rede Municipal de Ensino por meio de garantia de bolsas de estudo licença remunerada, conforme consta na lei, tendo como contrapartida a permanência do profissional na Rede Municipal durante igual período cursado no mestrado ou doutorado.

13.2 oferecer condições no município para a ampliação da oferta de estágio qualificado como parte da formação na educação superior.

Ações desenvolvidas - Estabelecimento de convênio com Instituições de Ensino Superior para viabilização de estágios.

Ações a serem realizadas - Acompanhar, por meio de dados, o cumprimento da Lei.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
13.1	2025	Incentivar a população a usufruir dos programas de incentivo com investimentos do governo federal na formação de mestres e doutores.	PPA 2014-2017	REALIZADA
13.2	2025	Oferecer condições no município para a ampliação da oferta de estágio qualificado como parte da formação na educação superior.	PPA 2014-2017	REALIZADA

Para essa meta é importante ressaltar que foram levantados somente os dados referentes aos profissionais que possuíam pós-graduação Stricto Sensu. Entretanto para o conhecimento de todos foram levantados também os dados sobre o número de docentes com formação em Lato Sensu, conforme os quadros que segue.

Para a esse indicador, é importante ressaltar que, os dados apresentados tratam-se de uma projeção, pois embora as IES tenham informado o número exato de profissionais com determinada formação, o seu quadro de professores pode mudar em diferentes intervalos de tempo.

Quadro XXXVII – Docentes com mestrado ou doutorado na educação superior - USF

Quantidades de professores que possuem:			
Pós Graduação Lato Sensu	Nº de professores	Curso	Modalidade
	141 de 187		

Quadro XXXVIII – Docentes com mestrado ou doutorado na educação superior UNIP

(Não possuem professores mestres e doutores atuando na unidade Itatiba, mas possui professores especialistas).

Quantidades de professores que possuem:			
Pós Graduação Lato Sensu	Nº de professores	Curso	Modalidade
	20	Administração	EAD
	19	Artes Visuais	EAD
	22	Ciências biológicas	EAD
	18	Ciências contábeis	EAD
	18	Ciências econômicas	EAD
	22	Educação Física	EAD
	19	Geografia	EAD
	18	História	EAD
	22	Letras - Português	EAD
	23	Letras - inglês	EAD
	22	Letras - Espanhol	EAD
	22	Matemática	EAD
	19	Sociologia	EAD
	24	Serviço Social	EAD
	19	Análise de sistemas	EAD
	25	Comércio Exterior	EAD
	22	Gastronomia	EAD
	19	Gestão Ambiental	EAD
	20	Gestão Comercial	EAD
	20	Gestão Financeira	EAD
	20	Gestão Hospitalar	EAD
	22	Gestão Pública	EAD
	22	Gestão da Qualidade	EAD
	24	Gestão de T.I	EAD
	22	Gestão de RH	EAD
	25	Gestão de agronegócio	EAD
	22	Logística	EAD
	22	Marketing	EAD
	23	Processos gerenciais	EAD
	22	Redes de computadores	EAD
	20	Segurança do trabalho	EAD
	37	Pedagogia	Semipresencial
	20	Administração de RH	EAD
	21	Administração Geral	EAD
	22	Administração Hospitalar	EAD
	21	Gestão das Políticas sociais	EAD
	20	Formação Professores em Diabetes	EAD
	22	Libras	EAD
	20	Língua Inglesa e Literatura em contexto escolar	EAD
	25	Psicopedagogia institucional	EAD
	22	Direito Ambiental	EAD
	23	Direito Civil	EAD
	23	Direito do Consumidor	EAD
	22	Direito do Trabalho	EAD
	22	Direito Empresarial	EAD
	21	Direito imobiliário	EAD
	19	Direito Penal	EAD
	18	Direito Previdenciário	EAD
	20	Direito Processual Civil	EAD
	21	Direito Tributário	EAD
	19	Tecnologia de informação p/ Estratégia de negócios	EAD

Quadro XXXIX– Docentes com mestrado ou doutorado na educação superior FAMOSP

1.	CIDINÉIA DA COSTA LUVISON	DOUTORA
2.	GIOVANA AZZI DE CAMARGO	DOUTORA
3.	VERA LÚCIA DA ROCHA	DOUTORA
4.		
5.	FABIANO MONTEIRO CANELLA	MESTRE
6.	FLÁVIA MATOS SILVA	MESTRE
7.	GONÇALO MORAES GALVÃO	MESTRE
8.	MARIA DE LOURDES SILVA	MESTRE
9.	NEIRE SUELI MUNHOZ	MESTRE
10.	NILMARA SOARES SIKANSI	MESTRE
11.	LETICIA COELHO RUIZ	MESTRE
12.	SIMONE TEREZINHA FERRAREZI	MESTRE
13.	TIAGO LEONI CAPEL	MESTRE
14.	VILMA BASTOS MACHADO	MESTRE
15.		
16.	CECÍLIA TEIXEIRA PINTO	ESPECIALISTA
17.	ELAINE CRISTINA MORI	ESPECIALISTA
18.	FÁBIO RESENDE	ESPECIALISTA
19.	FERNANDO FAGUNDES DE LIMA	ESPECIALISTA
20.	HENRILENE DE OLIVEIRA ACEDO	ESPECIALISTA
21.	KELLY APARECIDA DA SILVA LUZ	ESPECIALISTA
22.	KELLY VIGATTO DA SILVA	ESPECIALISTA
23.	LUCIANA MARA SEIXAS	ESPECIALISTA
24.	MARINA FRANCO DE OLIVEIRA LA SALVIA	ESPECIALISTA
25.	MÔNIA GOMES DA SILVA	ESPECIALISTA
26.	NATÁLIA DE OLIVEIRA LEME	ESPECIALISTA
27.	OSVALDO PINHEIRO DA SILVA	ESPECIALISTA
28.	RAFAEL AUGUSTO GRADIZ MOURA	ESPECIALISTA
29.	RITA DE CÁSSIA SCANFELA	ESPECIALISTA
30.	ROGÉRIO APARECIDO <u>DE MORAES</u>	ESPECIALISTA
31.	SÉRGIO DA SILVA LIMA	ESPECIALISTA
32.	SILVIA APARECIDA IZZO	ESPECIALISTA
33.	SIMONE MIGLIORELLI MARQUES	ESPECIALISTA
34.	VANESSA OLIVEIRA ROSSI	ESPECIALISTA

Quadro XL – Docentes com mestrado ou doutorado na educação superior FATEC

Quantidades de professores que possuem:		
Pós Graduação Stricto Sensu	Nº de Professores	Área
Engenharia Mecânica-Materiais Processos Fabricação	1	Engenharia Mecânica
Engenharia Mecânica - Materiais e Processos	1	Engenharia Mecânica
Engenharia Mecânica	4	Engenharia Mecânica
Letras	1	Linguística, Letras e Artes
Saúde Coletiva	1	Saúde Coletiva
CIÊNCIAS	1	Engenharia Mecânica
Engenharia Civil	1	Engenharia Sanitária
Administração de Empresas	1	Administração de Empresas
Literatura e Crítica Literária	1	Linguística, Letras e Artes

Quantidade de professores que possuem:			
Pós Graduação Lato Sensu	Nº de Professores	Curso	Modalidade
Especialização	1	Assuntos Espaciais	Presencial
Especialização	1	Esquema I	Presencial
Especialização	1	Administração Industrial	Presencial
Especialização	1	Saúde Pública	Presencial
Especialização	1	Orientação a Objetos	Presencial
Especialização	1	Qualidade, Produtividade Empresarial e Logística	Presencial
Especialização	1	Formação e Capacitação de docentes em Administração	Presencial
Especialização	1	Vigilância Sanitária e Epidemiol	Presencial
Especialização	1	Administração Escolar	Presencial
Especialização	1	Gestão de Varejo	Presencial
Especialização	1	Didática do Ensino Superior	Presencial
Especialização	1	Gestão da Qualidade	Presencial
Aperfeiçoamento	1	Licenciatura em Administração para nível técnico	Presencial
Especialização	1	Metodologia do Ensino Aprendizagem da Língua Inglês	Presencial
Especialização	1	Português - Língua e Literatura	Presencial

A ANHANGUERA não informou os dados até o momento.

XIV. Meta sobre Pós-Graduação

Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a aumentar o número de mestres e doutores.

A Meta 14 do PME tem como objetivo central a elevação do número de titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir, até o ano de 2025, o total de 60 mil títulos de mestrado e 25 mil títulos de doutorado concedidos anualmente em todo o Brasil. Para o monitoramento dessa meta, são utilizados dois indicadores:

– *Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos.*

– *Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos.*

Os dois indicadores elencados acima são analisados de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Quanto ao ensino superior no município, 3 universidades oferecem atendimento aos estudantes de Itatiba e região. Destas, somente uma oferece cursos de pós-graduação, conforme ilustra o quadro XLI.

Quadro XLI - Do atendimento das Instituições de Ensino Superior no município de Itatiba

Universidades	Número de alunos atendidos					Total Geral
	Graduação	Pós-Graduação Lato Sensu	Pós-Graduação Stricto Sensu	POS-SS-D Pós-Graduação Stricto Sensu Doutorado	POS-SS-M- Pós-Graduação Stricto Sensu Doutorado	
USF	2909	151	59	80	64	3263
UNIP	270	0	0	0	0	270
Anhanguera	*	*	*	*	*	
Total por segmento	3179	151	59	80	64	3533

* Não informado

Fonte: Universidade São Francisco (jul/2014); Universidade Paulista (jul/2014)

A meta 14 aborda o incremento do número de matrículas na pós- graduação stricto sensu, de modo a aumentar o número de mestres e doutores. O Quadro XLII apresenta o número das matrículas nos programas de Pós graduação Stricto Sensu do Município.

Quadro XLII – Do número de matrículas na Pós Graduação Stricto Sensu

Matrículas no Stricto Sensu
203 alunos

Fonte: Universidade São Francisco (jul/2014)

Indicador 14A	Títulos de mestrado concedidos.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO MUNICIPAL	35,3%	Minicenso 2017

É importante ressaltar que a Universidade São Francisco é a única instituição de Ensino Superior no município que oferece o Stricto Sensu. Dentre os 17 alunos que cursam essa modalidade, 6 deles são residentes no município.

Indicador 14B	Títulos de doutorado concedidos.		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO MUNICIPAL	35,9%	Minicenso 2017

Avaliação das Estratégias da Meta 14

14.1 Estimular o acesso aos cursos de pós-graduação stricto sensu, oferecendo em regime colaborativo entre a União, Estado e Município o financiamento por meio das agências oficiais de fomento.

Ações desenvolvidas - Não houve fomento do município em financiar cursos de pós-graduação stricto sensu; Levantamento de dados, por meio do monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Ações a serem realizadas - Levantar dados e buscar formas de convênios para facilitar a formação Stricto Sensu. Não há como o município intervir junto às agências oficiais de fomento.

14.2 Solicitar às Instituições de ensino Superior da região a expansão da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.

Ações desenvolvidas - Levantamento de dados, por meio do monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Ações a serem realizadas - Levantar junto às Instituições de Ensino Superior a disponibilidade de cursos Stricto Sensu e sua respectiva modalidade; Solicitar às Instituições de Ensino Superior cursos de Educação à distância nos níveis graduação e pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.

14.3 Estimular o acesso de grupos historicamente desfavorecidos (populações do campo, do Quilombo Brotas, mulheres e outros) a participar de programas de mestrado e doutorado, como ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais, de sexo e regionais.

Ações desenvolvidas - Levantamento de dados, por meio do monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Ações a serem realizadas - Levantar junto às Instituições de Ensino superior se possuem esses dados.

14.4 Promover a participação em programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

Ações desenvolvidas - A Universidade São Francisco possui convênios com instituições internacionais.

Ações a serem realizadas - Levantar informações com as demais Instituições de Ensino Superior; Solicitar periodicamente dados para acompanhamento.

14.5 Incentivar a participação de estudantes e professores em programas de intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Ações desenvolvidas - A Universidade São Francisco possui convênios com instituições internacionais.

Ações a serem realizadas - Levantar informações com as demais Instituições de Ensino Superior; Solicitar periodicamente dados para acompanhamento.

14.6 Promover ações que estimulem o desempenho científico e tecnológico de Itatiba, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.

Ações desenvolvidas - Não há dados.

Ações a serem realizadas - Levantar informações com as Instituições de Ensino Superior, patentes e pesquisas em todas as áreas.

14.7 Incentivar as Instituições de Ensino Superior a participar dos programas de estímulo à pesquisa científica e de inovação, promovendo a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional, bem como a gestão de recursos hídricos para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região.

Ações desenvolvidas - Coleta de dados por meio do Plano Municipal da Educação.

Ações a serem realizadas - Solicitar periodicamente dados das Instituições de Ensino Superior para acompanhamento.

14.8 Incentivar a população a participar dos programas de estímulo a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes no município.

Ações desenvolvidas - Coleta de dados por meio do Plano Municipal da Educação.

Ações a serem realizadas - Levantar periodicamente dados junto às Instituições de Ensino Superior; Divulgar programas de estímulo à ciência aplicada.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
14.1	2025	Estimular o acesso aos cursos de pós-graduação stricto sensu, oferecendo em regime colaborativo entre a União, Estado e Município o financiamento por meio das agências oficiais de fomento.	Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020	NÃO INICIADA
14.2	2025	Solicitar às Instituições de ensino Superior da região a expansão da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.	Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020	NÃO INICIADA
14.3	2025	Estimular o acesso de grupos historicamente desfavorecidos (populações do campo, do Quilombo Brotas, mulheres e outros) a participar de programas de mestrado e doutorado, como ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais, de sexo e regionais.	PROCAMPO	NÃO INICIADA
14.4	2025	Promover a participação em programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020	NÃO INICIADA
14.5	2025	Incentivar a participação de estudantes e professores em programas de intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.	Não se aplica	NÃO INICIADA
14.6	2025	Promover ações que estimulem o desempenho científico e tecnológico de Itatiba, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.	Não se aplica	NÃO INICIADA
14.7	2025	Incentivar as Instituições de Ensino Superior a participar dos programas de estímulo à pesquisa científica e de inovação, promovendo a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional, bem como a gestão de recursos hídricos para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região.	Não se aplica	NÃO INICIADA
14.8	2025	Incentivar a população a participar dos programas de estímulo a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes no município.	Não se aplica	NÃO INICIADA

Para se realizar o monitoramento pontual dessa meta será necessário para os próximos anos solicitar à Universidade São Francisco relatório sobre o número de matrículas na pós-graduação modalidade Stricto Sensu.

De acordo com as estratégias e ações traçadas haverá necessidade de parceria entre a IES e a Secretaria da Educação para elevar o número de matrículas em Stricto Sensu.

XV. Meta sobre a Formação de Professores

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterado pela LEI Nº 12.014, DE 6 DE AGOSTO DE 2009, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam

A Meta 15 tem por objetivo assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, por meio de uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Para monitorar esse objetivo, foi desenvolvido o seguinte indicador:

– Indicador 15: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica.

Para estar em conformidade com a Meta 15 do PME, principalmente no que se refere à “[...] formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (Brasil, 2014), o cálculo do Indicador 15 considerou apenas os docentes com formação superior de licenciatura na disciplina que lecionam ou com bacharelado na disciplina desde que tenham curso de complementação pedagógica concluído. Além disso, para os professores em atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, considerou-se que o curso de pedagogia é a formação adequada para o exercício das funções de magistério. Essas considerações estão baseadas no indicador de adequação da formação do docente da educação básica, cuja metodologia é explicada na Nota Técnica Inep/Deed nº 20, de 21 de novembro de 2014.

Com base nessa nota Técnica, o conceito de docência refere-se às

[...] docências oferecidas pela escola e seu corpo docente aos discentes. Docência compreendida como ação de ensinar-aprender de sujeitos em relação a objetos de aprendizagem, mediada por práticas didáticas, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências. (Brasil. Inep, 2014).

Docência de disciplina é, portanto, a unidade avaliada pelo Indicador 15, ou seja, a docência de uma disciplina em uma determinada turma ministrada por um docente específico. Os dados são provenientes do Censo da Educação Básica, analisando-se a relação entre a formação superior dos professores e o conjunto de disciplinas que lecionam: língua/ literatura portuguesa, língua/literatura estrangeira, artes, educação física, matemática, ciências, química, física, biologia, estudos sociais, história, geografia, sociologia, filosofia e ensino religioso.

O Censo da Educação Básica de 2013 era o mais recente na data de publicação do PME, sendo esse ano, portanto, considerado como referência para a análise do Indicador 15.

O Quadro XLIII apresenta os dados da formação dos professores da rede municipal por segmento de atuação.

Quadro XLIII – Do percentual de Professores com Formação Adequada

Segmentos de Ensino na Rede Municipal de Ensino de Itatiba	Formação Profissional				Porcentagem de Professores com Formação Adequada
	Magistério	Pedagogia	Graduação na área de atuação	Total de Professores	
Educação Infantil (profissionais que atuam com crianças de zero a três anos) - PDIs	97	263	-	360	73,05%
Educação Infantil (profissionais que atuam com crianças de quatro e cinco anos)	7	145	-	152	95,3%
Educação Básica (PEBI) que atuam nos anos iniciais do	8	184	-	192	95,8%
Educação Básica (PEBII) Anos finais do Ensino Fundamental (PEBII) com licenciatura na área em que atuam	-	-	292	292	100%

TOTAL		MAGIST.	%	C/ PEDAGOGIA	%	PÓS	%	MESTR	%	DOUT	%	BRANCO	%	
PDI	360	97	26,94	263	73,06	180	50,00	0	0,00	0	0,00	3	0,83	
PEI	152	7	1,94	145	40,28	79	21,94	0	0,00	1	0,28	0	0,00	
PEB I	192	8	2,22	184	51,11	93	25,83	3	0,83	0	0,00	0	0,00	
				77,78										
03/mai/2017														
		LIC.PLENA												
PEB II	292	164			128	35,56	13	3,61	3	0,83	0	0,00		
		996	112	31,11	756	75,90	480	133,33	16	4,44	4	1,11	3	0,83
ORIENT.	5			2		3								
DIRETOR	49			9		40								
COORD.	37					37								

Essa meta é monitorada mais atentamente desde a implantação do novo Plano de Carreira do Magistério de Itatiba de 2013 em que era previsto o reenquadramento funcional dos professores de acordo com suas titulações. Assim, os dados descritos acima foram coletados junto ao setor administrativo da Secretaria da Educação.

Vale ressaltar que as escolas particulares, estaduais e técnicas também devem ser consideradas para essa meta. Para essa ação de monitoramento algumas já foram acionadas a divulgar esses dados, entretanto ainda será necessário solicitar às demais para complementação dos dados a posteriori.

Indicador 15A	<i>Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
86,6%	DADO MUNICIPAL	90%	Minicenso 2017

Os dados coletados para o monitoramento dessa meta foram obtidos junto ao setor administrativo da Secretaria da Educação.

PDI, PEI, PEBI = 51,94%, PEBII = 100%

Para atuação no Ensino Fundamental II, o professor chamado de PEBII deve ter formação específica em nível superior de acordo com a sua área de atuação. Portanto todos os professores PEB II possuem nível superior na área de atuação.

Avaliação das Estratégias da Meta 15

15.1 Fomentar estudos e pesquisas em regime de colaboração entre o município e as Instituições de Ensino Superior, que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

Ações desenvolvidas - Desenvolvimento de parcerias com Instituto Federal de Tecnologia de São Paulo- Campus Campinas para desenvolvimento de curso de Extensão "Uso de softwares e aplicativos na educação; Curso de Extensão e Assessorias desenvolvidas pela Universidade São Francisco para formadores; PARFOR - Programa de formação docente em Pedagogia oferecido para professores da Rede Municipal pela USF.

Ações a serem realizadas - Divulgar e incentivar os cursos das Instituições de Ensino Superior sejam eles presenciais ou à distância.

15.2 Incentivar e apoiar ações, para que as Instituições de Ensino Superior do Município possam ampliar seus programas de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

Ações desenvolvidas - Oferecimento de auxílio transporte aos alunos que estudam em outras localidades, cujos cursos não são oferecidos no município; Aprimoramento no sistema de seleção dos candidatos beneficiados pelo auxílio transporte.

Ações a serem realizadas - Dar continuidade ao benefício do auxílio transporte para alunos que necessitam do auxílio

15.3 Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, em todas as áreas do conhecimento (licenciaturas), priorizando as áreas de ciências e matemática de acordo com as necessidades do desenvolvimento do Município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

Ações desenvolvidas - Levantamento de dados do PME.

Ações a serem realizadas - Levantar junto às Secretarias de Planejamento, de Negócios Jurídicos e de Finanças, informações sobre número de empresas, tipos de indústria, comércio e segmento de atuação, agronegócios, com a finalidade de verificar quais as demandas de mão de obra no município.

15.4 Incentivar a matrícula dos professores em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação.

Ações desenvolvidas - Divulgação de cursos do Ensino Superior por membro do Conselho Municipal da Educação; Implementação da Formação Continuada de Professores durante os HTPE/F (Hora de trabalho pedagógico e formação).

Ações a serem realizadas - Estabelecer parcerias e/ou convênios com Instituições de Ensino Superior para oferecimento de formação continuada.

15.5 Implementar programas específicos de formação profissional para a educação especial e para as escolas do campo e do quilombolas, quando houver essa condição.

Ações desenvolvidas - Levantamento e acompanhamento pelo Plano Municipal de Educação.

Ações a serem realizadas - Divulgar programas que valorizem a formação profissional para as temáticas citadas.

15.6 Acompanhar a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica, incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica.

Ações desenvolvidas - Levantamento e acompanhamento pelo Plano Municipal da Educação.

Ações a serem realizadas - Solicitar a participação da Secretaria da Educação na discussão sobre a reforma curricular, de forma que a demanda da Rede municipal seja contemplada.

15.7 Buscar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.

Ações desenvolvidas - Os Institutos de Ensino Superior estão reestruturando seus cursos de Pedagogia.

Ações a serem realizadas - Assinar convênios que garantam a residência pedagógica prevista na Política Nacional de Formação de professores com residência pedagógica.

15.8 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.

Ações desenvolvidas - A Secretaria da Educação aceita estagiários e acolheu auxiliares de classe (estagiários de Pedagogia) para a educação inclusiva.

Ações a serem realizadas - Realizar mapeamento dos convênios existentes entre as Instituições de Ensino Superior e a Secretaria da Educação; Assinar convênios que garantam a residência pedagógica prevista na Política Nacional de Formação de professores com residência pedagógica.

15.9 Promover acordos e convênios para implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

Ações desenvolvidas - Parceria com a Universidade São Francisco no PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores para atender aos professores não licenciados da Rede Municipal.

Ações a serem realizadas - Fomentar e promover a divulgação do PARFOR e de cursos da Universidade Aberta do Brasil.

15.10 Promover acordos e convênios e implementar política de formação continuada, em regime de colaboração, para os especialistas da educação como os diretores de escola, supervisores de ensino, orientadores educacionais, psicopedagogos e coordenadores pedagógicos, entre outros, nas respectivas áreas de atuação.

Ações desenvolvidas - A Secretaria da Educação buscou suprir as demandas.

Ações a serem realizadas - Incentivar as parcerias com as Instituições de Ensino Superior para oferta de cursos de extensão e especialização voltados à formação de professores; Mapear o interesse dos professores e demais profissionais da educação por cursos e áreas.

15.11 Realizar, periodicamente, o levantamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta, garantindo o mínimo de 40 horas anuais de formação aos professores, por parte das instituições públicas e privadas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.

Ações desenvolvidas - A Secretaria da Educação buscou suprir as demandas.

Ações a serem realizadas - Levantamento das necessidades e demandas da Rede Municipal de Educação; Estabelecer convênios com Instituições de Ensino Superior.

15.12 Consolidar política de formação de professores da educação municipal definindo: diretrizes municipais baseadas nas nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação.

Ações desenvolvidas - A Secretaria da Educação buscou suprir as demandas.

Ações a serem realizadas - Elaborar plano de formação continuada de formação continuada para os próximos anos.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
15.1	2025	Fomentar estudos e pesquisas em regime de colaboração entre o município e as Instituições de Ensino Superior, que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.	PARFOR Instituto Federal de Tecnologia de São Paulo – Câmpus Campinas	REALIZADA
15.2	2025	Incentivar e apoiar ações, para que as Instituições de Ensino Superior do Município possam ampliar seus programas de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.	PPA 2014-2017	REALIZADA
15.3	2025	Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, em todas as áreas do conhecimento (licenciaturas), priorizando as áreas de ciências e matemática de acordo com as necessidades do desenvolvimento do Município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.	Não se aplica	REALIZADA
15.4	2025	Incentivar a matrícula dos professores em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação.	PPA 2014-2017	REALIZADA
15.5	2025	Implementar programas específicos de formação profissional para a educação especial e para as escolas do campo e do quilombolas, quando houver essa condição.	Não contemplada	NÃO INICIADA
15.6	2025	Acompanhar a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica, incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica.	Não se aplica	NÃO INICIADA
15.7	2025	Buscar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.	PARFOR	REALIZADA
15.8	2025	Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.	Não se aplica	REALIZADA
15.9	2025	Promover acordos e convênios para implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.	PARFOR	REALIZADA
15.10	2025	Promover acordos e convênios e implementar política de formação continuada, em regime de colaboração, para os especialistas da educação como os diretores de escola, supervisores de ensino, orientadores educacionais, psicopedagogos e coordenadores pedagógicos, entre outros, nas respectivas áreas de atuação.	PPA 2014-2017	REALIZADA
15.11	2025	Realizar, periodicamente, o levantamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta, garantindo o mínimo de 40 horas anuais de formação aos professores, por parte das instituições públicas e privadas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.	Não se aplica	REALIZADA
15.12	2025	Consolidar política de formação de professores da educação municipal definindo: diretrizes municipais baseadas nas nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação.	Não se aplica	REALIZADA

XVI. Meta sobre a Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

A Meta 16 é constituída por dois objetivos centrais: o primeiro é formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação (PME); o segundo visa a garantir formação continuada a todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Para monitorar esses objetivos, foram desenvolvidos os seguintes indicadores, ambos calculados a partir das informações disponíveis no censo da Educação Básica:

– *Indicador 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.*

– *Indicador 16B: Percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada.*

Para se compreender os indicadores 16a e 16B, dois conceitos importantes devem ser considerados: o de professor e o de função docente:

Professor é considerado o indivíduo que, na data de referência da coleta de dados do censo, atuava como regente de classe da educação básica nas diferentes etapas ou modalidades de ensino. No Censo da Educação Básica, um professor possui uma identidade única, a qual permite que ele possa ser identificado em todas as turmas, etapas e modalidades, dependências administrativas, municípios e unidades da Federação (UFs) em que leciona.

Função docente é um conceito que admite que um mesmo professor possa ser computado mais de uma vez no exercício da regência de classe na medida em que a análise estatística focaliza determinados cortes ou estratos. Assim, ao se realizar uma análise do ponto de vista de função docente, o professor poderá ser computado mais de uma vez como regente de classe, sendo contado tantas vezes quantas forem as turmas em que lecionar. É importante ter isso em consideração, uma vez que, dependendo do corte que se faz na análise de um determinado indicador, a soma das partes pode ser maior do que o total geral apurado para a quantidade de professores. (Brasil. Inep, 2015, p. 276).

Neste monitoramento da meta 16, adota-se o conceito de professor para o cálculo dos indicadores estabelecidos. Assim, no cálculo dos indicadores, consideramos apenas os professores em regência de classe, uma vez que o censo da Educação Básica não apura dados referentes à formação continuada para os demais profissionais da educação. Além disso, como o Censo da Educação Básica de 2013 era o mais atualizado disponível na data de publicação do PME, é considerado o ano de 2013 como referência no atual ciclo de monitoramento da Meta 16.

Quadro XLIV – Dos estudos do Enquadramento de acordo com a Lei Municipal nº 4623/2013

	Nível médio (Normal)	Normal superior / Pedagogia	Especialização	Mestrado	Doutorado
PDI	97	263	180	-	-
PEB I efetivos (Ed. Infantil e anos iniciais)	15	329	172	3	-
PEB II efetivos	-	292	128	13	3
Diretores de escola	-	15	36	3	1
Supervisores de ensino	-	3	7	-	-
Total	112	902	523	19	4

Fonte: Administração Escolar da SEED

TOTAL		MAGIST.	%	C/ PEDAGOGIA	%	PÓS	%	MESTR	%	DOUT	%	BRANCO	%
PDI	360	97	26,94	263	73,06	180	50,00	0	0,00	0	0,00	3	0,83
PEI	152	7	1,94	145	40,28	79	21,94	0	0,00	1	0,28	0	0,00
PEB I	192	8	2,22	184	51,11	93	25,83	3	0,83	0	0,00	0	0,00
				77,78									
03/mai/2017													
		LIC.PLENA											
PEB II	292			164		128	35,56	13	3,61	3	0,83	0	0,00
		996	31,11	756	75,90	480	133,33	16	4,44	4	1,11	3	0,83
ORIENT.	5			2		3							
DIRETOR	49			9		40							
COORD.	37					37							

Indicador 16A	<i>Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
32,6%	DADO OFICIAL	36%	Mec/Inep/DEED/Censo Escolar dados de 2016
	DADO MUNICIPAL	46,44%	Minicenso 2017

Os dados incluem toda a Educação Básica do Município de Itatiba: Municipal, Estadual e Privada

Indicador 16B	<i>Percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
82%	DADO OFICIAL	24,4%	Mec/Inep/DEED/Censo Escolar dados de 2016 referente ao Estado de São Paulo
	DADO MUNICIPAL	95%	Minicenso 2017

O monitoramento da meta foi realizado pela subcomissão instituída para esse trabalho pelo Decreto 6965 de 21 de agosto de 2017, que em reuniões de trabalho analisou as metas, estratégias, indicadores e dados disponíveis para avaliação.

Avaliação das Estratégias da Meta 16

16.1 Realizar periodicamente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no Município e no Estado de São Paulo.

Ações desenvolvidas - Coleta de dados realizada pelo setor administrativo junto às escolas do perfil profissional dos docentes da rede municipal

Ações a serem realizadas - Realizar diagnósticos junto a Rede Municipal dos professores com Pós Graduação, cursando e que não possui a titulação.

16.2 Consolidar política municipal de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais baseadas nas nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.

Ações desenvolvidas - Formação em parceria oferecida de forma pontual: Instituto Natura, Roda das Bandeiras, MEC (PNAIC), Plan International/Nivea, Instituto Ayton Senna, Instituto Ana Moser. Ler e Escrever em Parceria com a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, entre outros.

Ações a serem realizadas - Diagnosticar as áreas de conhecimentos prioritárias para formação e de interesse dos professores; Definir Políticas de Formação; Criar um Centro de Formação ou firmar parcerias com instituições de Ensino Superior em Universidades.

16.3 Buscar parcerias e convênios a fim de oferecer bolsas de estudo para pós-graduação lato sensu dos profissionais da rede municipal de ensino (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais), de modo que, a partir do segundo ano de vigência do PME, se propicie o aumento aproximado de 3% ao ano da taxa de docentes com pós graduação lato sensu, para que, até o final da década se atinja 50% do corpo docente pós graduado em educação na área de atuação do profissional da rede municipal.

Ações desenvolvidas - Ações não desenvolvidas

Ações a serem realizadas - Firmar parcerias de maneira a atender no mínimo 04 (Quatro) professores por ano; Elaborar processo seletivo interno para assegurar bolsas de estudos.

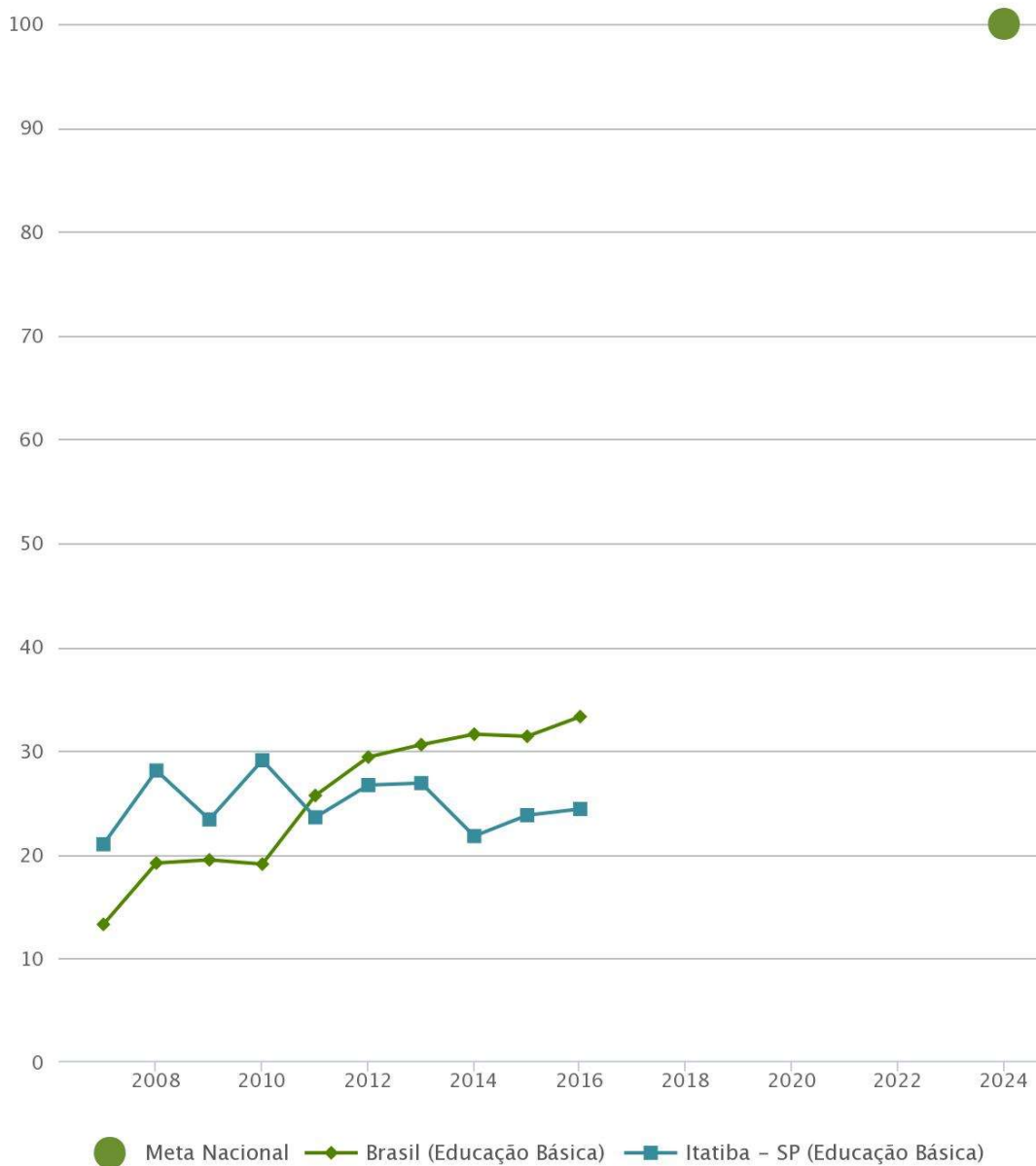
ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
16.1	2025	Realizar periodicamente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no Município e no Estado de São Paulo.	Não se aplica	Realizada
16.2	2025	Consolidar política municipal de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais baseadas nas nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.	PPA 2014-2017	Realizada
16.3	2025	Buscar parcerias e convênios a fim de oferecer bolsas de estudo para pós-graduação lato sensu dos profissionais da rede municipal de ensino (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais), de modo que, a partir do segundo ano de vigência do PME, se propicie o aumento aproximado de 3% ao ano da taxa de docentes com pós graduação lato sensu, para que, até o final da década se atinja 50% do corpo docente pós graduado em educação na área de atuação do profissional da rede municipal.	Não contemplada	Não iniciada

Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação



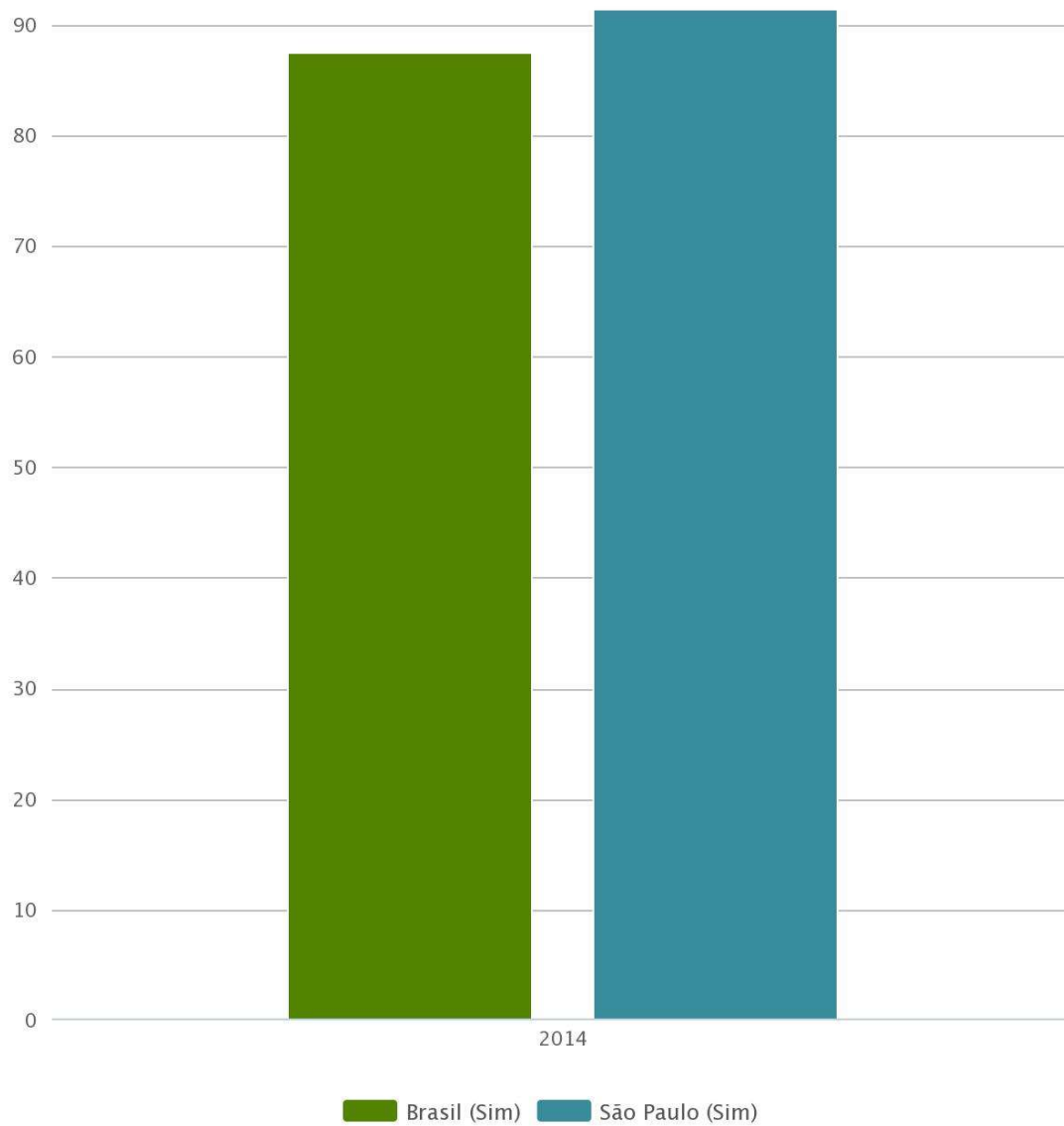
Observatório do PNE
 Fonte: Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar
 Elaboração: Elaboração: Todos Pela Educação

Porcentagem de professores da Educação Básica com Formação Continuada



Observatório do PNE
 Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar
 Elaboração: Todos Pela Educação

Porcentagem de municípios que adotaram medidas de formação continuada para os professores em suas áreas de atuação



Observatório do PNE
Fonte: Fonte: IBGE/MUNIC
Elaboração: Elaboração: Todos Pela Educação

XVII. Meta sobre a Valorização do Professor

Meta 17 - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

A Meta 17 do PME tem como objetivo central a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o ano de 2021 (final do sexto ano de vigência do PME 2015-2025). Para o monitoramento desta meta, é utilizado o seguinte indicador:

– Indicador 17: Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente.

O indicador descreve a razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o de não professores com escolaridade equivalente.

Vale ressaltar que, para a escolaridade equivalente, o indicador adota o critério de 12 anos ou mais de estudos. A seleção desse critério ocorre porque a Pnad não coleta amostras suficientes para reportar as médias salariais dos professores por nível de instrução.

A meta 17 trata da valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME. Um estudo prévio entre os salários médios dos profissionais da Prefeitura Municipal de Itatiba com o mesmo tempo de formação em nível superior e com uma carga horária de trabalho similar nos permite afirmar que o profissional do magistério tem sido reconhecido e valorizado tal como o advogado, o engenheiro, o dentista, o administrador de empresas e outros profissionais de carreira da prefeitura, com a vantagem de ter um Plano de carreira especial para o magistério que agrega vantagens especiais.

Novos estudos precisam ser feitos para alinhar os salários com os dos profissionais da cidade e região. Há que se precisar, no estudo, as diferenças entre os segmentos de atuação do profissional da educação e valorizar cada vez mais o professor para, gradativamente, diminuir as diferenças quando houver o mesmo tipo de titulação, independentemente do campo de atuação. É o que prevê a Lei 4623/2013.

Quadro XLV - Porcentagem de funções docentes por quantidade de estabelecimentos em que trabalham

Rede Pública / Total

Ano	1 estabelecimento		2 estabelecimentos		3 ou mais estabelecimentos	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2007	56,1%	403	33,9%	244	10%	72
2008	58,6%	453	32,7%	253	8,7%	67
2009	58,6%	512	30,8%	269	10,6%	93
2010	58,6%	503	29,7%	255	11,7%	100
2011	62,1%	566	28%	255	9,9%	90
2012	59,5%	544	30,4%	278	10,1%	92
2013	58,2%	505	30,8%	267	11%	95
2014	70,4%	861	22,4%	274	7,2%	88

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Rede Pública / Municipal

Ano	1 estabelecimento		2 estabelecimentos		3 ou mais estabelecimentos	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2007	55,4%	333	34,6%	208	10%	60
2008	57,3%	377	33,9%	223	8,8%	58
2009	57,7%	429	31,3%	233	11%	82
2010	57,8%	425	30,2%	222	12%	88
2011	60,6%	462	29%	221	10,4%	79
2012	56,7%	429	33,3%	252	9,9%	75
2013	55,3%	391	33,4%	236	11,3%	80
2014	69,9%	743	23%	244	7,1%	76

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Rede Pública / Estadual

Ano	1 estabelecimento		2 estabelecimentos		3 ou mais estabelecimentos	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2007	40,2%	70	40,8%	71	19%	33
2008	44,2%	76	39,5%	68	16,3%	28
2009	46,9%	83	34,5%	61	18,6%	33
2010	46,7%	78	35,3%	59	18%	30
2011	55,3%	104	27,1%	51	17,6%	33
2012	59,6%	115	23,8%	46	16,6%	32
2013	57,9%	114	24,9%	49	17,3%	34
2014	59%	118	27,5%	55	13,5%	27

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Quadro XLVI - Existência de plano de carreira para o Magistério

Ano	Plano de carreira
2014	Sim

Fonte: IBGE/MUNIC

Quadro XLVII – Remuneração média dos docentes em exercício na Educação Básica

INEP Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Remuneração média dos docentes em exercício na educação básica por município e escolaridade¹ - 2014

Remuneração bruta (média, desvio padrão e medidas de posição), carga horária média e remuneração média padronizada para 40 horas dos docentes em exercício na educação básica por município e escolaridade

Ano	Região	UF	Código do município	Nome do município	Dependência administrativa	Escolaridade do docente	Dados gerais		Dados de remuneração dos docentes localizados ³ na RAIS						
							Número de docentes Censo Escolar ²	% de docentes localizados ³ na RAIS	Remuneração ⁵ Bruta ⁴ em R\$					Carga horária média semanal ⁷	Remuneração média padronizada para 40h semanais ⁸ em R\$
									1º quartil	Mediana	Média ⁶	3º quartil	Desvio padrão		
2014	Sudeste	SP	3523404	Itatiba	Municipal	Total	1.072	94,7	1.872,08	2.291,76	2.548,34	2.972,39	750,11	31,5	3.240,11
2014	Sudeste	SP	3523404	Itatiba	Municipal	Superior	914	94,1	2.150,05	2.420,16	2.641,30	3.131,90	759,60	30,5	3.461,09
2014	Sudeste	SP	3523404	Itatiba	Municipal	Sem superior	158	98,1	1.782,93	1.790,13	2.037,82	2.209,64	419,38	36,6	2.227,71

Quadro XLVIII - Tabelas de salários – Itatiba/SP

	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V	NÍVEL VI	NÍVEL VII	NÍVEL VIII	NÍVEL IX
	SALÁRIO BASE	SB + 4%	SB + 8%	SB + 12%	SB + 16%	SB + 20%	SB + 25%	SB + 30%	SB + 35%
PDI - A	R\$ 2.298,80	R\$ 2.390,76	R\$ 2.482,70	R\$ 2.574,66	R\$ 2.666,61	R\$ 2.758,56	R\$ 2.873,50	R\$ 2.988,44	R\$ 3.103,38
REFERENCIA SALARIAL	269	348	349						
VIÊNCIA									
A CONTAR DE: JUNHO 2016									
PDI - B	R\$ 2.533,09	R\$ 2.634,42	R\$ 2.735,75	R\$ 2.837,06	R\$ 2.938,38	R\$ 3.039,71	R\$ 3.166,36	R\$ 3.293,02	R\$ 3.419,67
REFERENCIA SALARIAL	350	351	352						
PDI - C	R\$ 2.659,75	R\$ 2.766,13	R\$ 2.872,52	R\$ 2.978,91	R\$ 3.085,29	R\$ 3.191,69	R\$ 3.324,67	R\$ 3.457,67	R\$ 3.590,65
REFERENCIA SALARIAL	353	354	355						

120	VALOR HORA AULA		R\$ 18,31125	R\$ 19,04370	R\$ 19,77615	R\$ 20,50860	R\$ 21,24105	R\$ 21,97350	R\$ 22,88906	R\$ 23,80463	R\$ 24,72019
	PEB I - A		R\$ 2.197,35	R\$ 2.285,24	R\$ 2.373,14	R\$ 2.461,03	R\$ 2.548,93	R\$ 2.636,82	R\$ 2.746,69	R\$ 2.856,56	R\$ 2.966,42
	REFERENCIA SALARIAL - A		270	271	272	273	274				
	VALOR HORA AULA		R\$ 19,22681	R\$ 19,99589	R\$ 20,76496	R\$ 21,53403	R\$ 22,30310	R\$ 23,07218	R\$ 24,03352	R\$ 24,99486	R\$ 25,95620
HORAS	PEB I - B	5%	R\$ 2.307,22	R\$ 2.399,51	R\$ 2.491,80	R\$ 2.584,08	R\$ 2.676,37	R\$ 2.768,66	R\$ 2.884,02	R\$ 2.999,38	R\$ 3.114,74
	REFERENCIA SALARIAL - B		275	276	277	278	279				
	VALOR HORA AULA		R\$ 20,18816	R\$ 20,99568	R\$ 21,80321	R\$ 22,61073	R\$ 23,41826	R\$ 24,22579	R\$ 25,23519	R\$ 26,24460	R\$ 27,25401
	PEB I - C	5%	R\$ 2.422,58	R\$ 2.519,48	R\$ 2.616,38	R\$ 2.713,29	R\$ 2.810,19	R\$ 2.907,09	R\$ 3.028,22	R\$ 3.149,35	R\$ 3.270,48
MENSALIS	REFERENCIA SALARIAL - C		280	281	282	283	284				
	VALOR HORA AULA		R\$ 18,31125	R\$ 19,04370	R\$ 19,77615	R\$ 20,50860	R\$ 21,24105	R\$ 21,97350	R\$ 22,88906	R\$ 23,80463	R\$ 24,72019
	PEB I - A		R\$ 2.746,69	R\$ 2.856,56	R\$ 2.966,42	R\$ 3.076,29	R\$ 3.186,16	R\$ 3.296,03	R\$ 3.433,36	R\$ 3.570,69	R\$ 3.708,03
	REFERENCIA SALARIAL - A		285	286	287	288	289				
150	VALOR HORA AULA		R\$ 19,22681	R\$ 19,99589	R\$ 20,76496	R\$ 21,53403	R\$ 22,30310	R\$ 23,07218	R\$ 24,03352	R\$ 24,99486	R\$ 25,95620
	PEB I - B	5%	R\$ 2.884,02	R\$ 2.999,38	R\$ 3.114,74	R\$ 3.230,10	R\$ 3.345,47	R\$ 3.460,83	R\$ 3.605,03	R\$ 3.749,23	R\$ 3.893,43
	REFERENCIA SALARIAL - B		290	291	292	293	294				
	VALOR HORA AULA		R\$ 20,18816	R\$ 20,99568	R\$ 21,80321	R\$ 22,61073	R\$ 23,41826	R\$ 24,22579	R\$ 25,23519	R\$ 26,24460	R\$ 27,25401
HORAS	PEB I - C	5%	R\$ 3.028,22	R\$ 3.149,35	R\$ 3.270,48	R\$ 3.391,61	R\$ 3.512,74	R\$ 3.633,87	R\$ 3.785,28	R\$ 3.936,69	R\$ 4.088,10
	REFERENCIA SALARIAL - C		295	296	297	298	299				
	VALOR HORA AULA		R\$ 18,31125	R\$ 19,04370	R\$ 19,77615	R\$ 20,50860	R\$ 21,24105	R\$ 21,97350	R\$ 22,88906	R\$ 23,80463	R\$ 24,72019
	PEB I - A		R\$ 3.662,25	R\$ 3.808,74	R\$ 3.955,23	R\$ 4.101,72	R\$ 4.248,21	R\$ 4.394,70	R\$ 4.577,81	R\$ 4.760,93	R\$ 4.944,04
200	REFERENCIA SALARIAL - A										
	VALOR HORA AULA		R\$ 19,22681	R\$ 19,99589	R\$ 20,76496	R\$ 21,53403	R\$ 22,30310	R\$ 23,07218	R\$ 24,03352	R\$ 24,99486	R\$ 25,95620
	PEB I - B	5%	R\$ 3.845,36	R\$ 3.999,18	R\$ 4.152,99	R\$ 4.306,81	R\$ 4.460,62	R\$ 4.614,44	R\$ 4.806,70	R\$ 4.998,97	R\$ 5.191,24
	REFERENCIA SALARIAL - B										
HORAS	VALOR HORA AULA		R\$ 20,18816	R\$ 20,99568	R\$ 21,80321	R\$ 22,61073	R\$ 23,41826	R\$ 24,22579	R\$ 25,23519	R\$ 26,24460	R\$ 27,25401
	PEB I - C	5%	R\$ 4.037,63	R\$ 4.199,14	R\$ 4.360,64	R\$ 4.522,15	R\$ 4.683,65	R\$ 4.845,16	R\$ 5.047,04	R\$ 5.248,92	R\$ 5.450,80
	REFERENCIA SALARIAL - C										
	VALOR HORA AULA										

120	VALOR HORA AULA		R\$ 21,64469	R\$ 22,51048	R\$ 23,37627	R\$ 24,24206	R\$ 25,10785	R\$ 25,97363	R\$ 27,05587	R\$ 28,13810	R\$ 29,22034
	PEB II - B	5%	R\$ 2.597,36	R\$ 2.701,26	R\$ 2.805,15	R\$ 2.909,05	R\$ 3.012,94	R\$ 3.116,84	R\$ 3.246,70	R\$ 3.376,57	R\$ 3.506,44
	REFERENCIA SALARIAL - B		300	301	302	303					
	VALOR HORA AULA		R\$ 22,72693	R\$ 23,63601	R\$ 24,54508	R\$ 25,45416	R\$ 26,36324	R\$ 27,27231	R\$ 28,40866	R\$ 29,54501	R\$ 30,68135
HORAS	PEB II - C	5%	R\$ 2.727,23	R\$ 2.836,32	R\$ 2.945,41	R\$ 3.054,50	R\$ 3.163,59	R\$ 3.272,68	R\$ 3.409,04	R\$ 3.545,40	R\$ 3.681,76
	REFERENCIA SALARIAL - C		304	305	306	307					
150	VALOR HORA AULA		R\$ 21,64469	R\$ 22,51048	R\$ 23,37627	R\$ 24,24206	R\$ 25,10785	R\$ 25,97363	R\$ 27,05587	R\$ 28,13810	R\$ 29,22034
	PEB II - B	5%	R\$ 3.246,70	R\$ 3.376,57	R\$ 3.506,44	R\$ 3.636,31	R\$ 3.766,18	R\$ 3.896,04	R\$ 4.058,38	R\$ 4.220,72	R\$ 4.383,05
	REFERENCIA SALARIAL - B		308	309	310	311					
	VALOR HORA AULA		R\$ 22,72693	R\$ 23,63601	R\$ 24,54508	R\$ 25,45416	R\$ 26,36324	R\$ 27,27231	R\$ 28,40866	R\$ 29,54501	R\$ 30,68135
HORAS	PEB II - C	5%	R\$ 3.409,04	R\$ 3.545,40	R\$ 3.681,76	R\$ 3.818,12	R\$ 3.954,49	R\$ 4.090,85	R\$ 4.261,30	R\$ 4.431,75	R\$ 4.602,20
	REFERENCIA SALARIAL - C		312	313	314	315					
200	VALOR HORA AULA		R\$ 21,64469	R\$ 22,51048	R\$ 23,37627	R\$ 24,24206	R\$ 25,10785	R\$ 25,97363	R\$ 27,05587	R\$ 28,13810	R\$ 29,22034
	PEB II - B	5%	R\$ 4.328,94	R\$ 4.502,10	R\$ 4.675,25	R\$ 4.848,41	R\$ 5.021,57	R\$ 5.194,73	R\$ 5.411,17	R\$ 5.627,62	R\$ 5.844,07
	REFERENCIA SALARIAL - B		316	317	318	319					
	VALOR HORA AULA		R\$ 22,72693	R\$ 23,63601	R\$ 24,54508	R\$ 25,45416	R\$ 26,36324	R\$ 27,27231	R\$ 28,40866	R\$ 29,54501	R\$ 30,68135
HORAS	PEB II - C	5%	R\$ 4.545,39	R\$ 4.727,20	R\$ 4.909,02	R\$ 5.090,83	R\$ 5.272,65	R\$ 5.454,46	R\$ 5.681,73	R\$ 5.909,00	R\$ 6.136,27
	REFERENCIA SALARIAL - C		320	321	322	323					

Indicador 17A	<i>Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente.</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO OFICIAL	Média: 3.240,11 Com ensino superior: 3.461,09 Sem ensino superior: 2.227,71	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados de 2014
	DADO MUNICIPAL	Vide tabela acima	SEED

Dados coletados no Inep e junto ao setor administrativo da SEED

Avaliação das Estratégias da Meta 17

17.1 Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de todos os profissionais da educação (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais e psicopedagogos).

Ações desenvolvidas - Ações não desenvolvidas

Ações a serem realizadas - Elaborar instrumento comparativo

17.2 Garantir, no mínimo o valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica municipal.

Ações desenvolvidas - Garantido

Ações a serem realizadas - Continuar o reajuste quando necessário. Estudar uma maneira de aplicar o mesmo reajuste a todos os integrantes do magistério.

17.3 Potencializar ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção, atendimento, à saúde, à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

Ações desenvolvidas - Curso "Mediação de Conflitos, emoções e soluções no ambiente escolar" - Solicitado pelo Ministério Público. Curso de IOGA - oferecido no Polo Esportivo Leste. Atendimento com a Assistente Social do Setor de Recursos Humanos.

Ações a serem realizadas - Diagnostico das necessidades dos professores; Firmar parcerias: Saúde, Esportes e Centros especializados.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
17.1	2021	Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de todos os profissionais da educação (professores, diretores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais e psicopedagogos).	FUNDEB	Não iniciada
17.2	2021	Garantir, no mínimo o valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica municipal.	FUNDEB	Realizada
17.3	2025	Potencializar ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção, atendimento, à saúde, à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Não se aplica	Realizada

XVIII. Meta sobre o Plano de Carreira Docente

Meta 18 - Atualizar, no prazo de 2 (dois) anos, e sempre que necessário, o Plano de Carreira para os profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal, tomando por base a legislação nacional.

A Meta 18 do PME – a qual assegura que todos os sistemas de ensino adotem planos de carreira e remuneração (PCR) para os profissionais da educação até o prazo de dois anos a contar do início da vigência do PME e que todos os planos dos profissionais da educação básica pública cumpram com o piso salarial nacional profissional definido na Lei nº 11.738/2008 – requer, para seu monitoramento, a criação de um sistema específico de coleta de informações junto aos entes federativos. Esse sistema vem sendo implantado no âmbito do sistema integrado de Monitoramento, Execução e controle (SIMEC) do Ministério da Educação e iniciou sua operação no ano de 2016, por meio da secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC), que está ainda em processo de coleta de informações junto aos estados e municípios.

Para o Plano Municipal da Educação de Itatiba, a Meta 18 já havia sido atingida antes mesmo de ser promulgada com a LEI nº 13.005/2014, uma vez que o Plano de Carreira do magistério de Itatiba foi aprovado por meio da LEI nº 4.623/2013. Desse modo, para a meta 18 o PME se propôs a atualizar, no prazo de 2 (dois) anos, e sempre que necessário, o plano de Carreira para os profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal, tomando por base a legislação nacional.

Quadro XLIX - Existência de ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério

Ano	Adota medidas de valorização?
2006	Não
2009	Sim

Fonte: IBGE/Munic

Quadro L - Existência de plano de carreira para o Magistério

Ano	Plano de carreira
2014	Sim

Fonte: IBGE/MUNIC

Quadro LI- Adoção do concurso público para a contratação de professores

Ano	Município
2014	Sim

Fonte: IBGE/MUNIC

Indicador 18A	Possui Plano de Cargos e remuneração vigente		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO OFICIAL	Sim	Fonte: IBGE/Pnad Elaboração: Todos Pela Educação
	DADO MUNICIPAL	Plano aprovado em dezembro 2013	Dados da SEED

Avaliação das Estratégias da Meta 18

18.1 Estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 100% (cem por cento), dos respectivos profissionais da educação não docentes (supervisores, diretores e coordenadores) sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

Ações desenvolvidas - Concurso de supervisores, diretores e coordenadores. 100% atendido com o ingresso de coordenadores em 2017.

Ações a serem realizadas - Continuar o ingresso na vacância dos cargos.

18.2 Implantar, na segunda metade do período de vigência deste Plano, na rede pública municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais ingressantes por concurso público, supervisionados por equipe técnica da Secretaria da Educação, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, para permanência do cargo após o estágio probatório e oferecer, um período remunerado de um mês, composto por hora de estudo, vivência em sala de aula, regência de aula em substituição, curso de aprofundamento na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina, cumprindo deveres e garantindo os direitos.

Ações desenvolvidas - Ações não desenvolvidas.

Ações a serem realizadas - Prever orçamentos para implantação em 2020; Definir as estratégias.

18.3 Implantar comissão permanente de profissionais da educação do sistema de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação do Plano de Carreira quando necessário.

Ações desenvolvidas - Ações não desenvolvidas.

Ações a serem realizadas - Implantar uma Comissão com representantes dos diversos segmentos da Educação.

18.4 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades quilombolas, quando da existência desta situação, no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

Não se aplica ao Município

18.5 Utilizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o atendimento do estabelecido na Lei Municipal nº 4623/2013 que institui o Plano de Carreira para os profissionais da educação.

Ações desenvolvidas - PNAIC - Formação de professores; PARFOR - Formação de professores.

Ações a serem realizadas - Implantar Comissão. Conforme estratégias (18.3); Estudar permanentemente e atualizar; Plataforma Freire - Formação de professores.

18.6 Atualizar o Plano de Carreira Municipal instituído pela Lei Municipal nº 4623/2013, sempre resguardando as orientações nacionais, entre outras, as sobre o valor do piso salarial.

Ações desenvolvidas - Ações desenvolvidas.

Ações a serem realizadas - Implantar Comissão. Conforme estratégias (18.3); Estudar permanentemente e atualizar.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
18.1	2018	Estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 100% (cem por cento), dos respectivos profissionais da educação não docentes (supervisores, diretores e coordenadores) sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	FUNDEB	REALIZADA
18.2	2020	Implantar, na segunda metade do período de vigência deste Plano, na rede pública municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais ingressantes por concurso público, supervisionados por equipe técnica da Secretaria da Educação, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, para permanência do cargo após o estágio probatório e oferecer, um período remunerado de um mês, composto por hora de estudo, vivência em sala de aula, regência de aula em substituição, curso de aprofundamento na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina, cumprindo deveres e garantindo os direitos.	FUNDEB	Não iniciada
18.3	2025	Implantar comissão permanente de profissionais da educação do sistema de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação do Plano de Carreira quando necessário.	Não se aplica	Não iniciada
18.4	2025	Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades quilombolas, quando da existência desta situação, no provimento de cargos efetivos para essas escolas.	Não se aplica	Não iniciada
18.5	2025	Utilizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o atendimento do estabelecido na Lei Municipal nº 4623/2013 que institui o Plano de Carreira para os profissionais da educação.	FUNDEB	REALIZADA
18.6	2025	Atualizar o Plano de Carreira Municipal instituído pela Lei Municipal nº 4623/2013, sempre resguardando as orientações nacionais, entre outras, as sobre o valor do piso salarial.	Não se aplica	REALIZADA

XIX. Meta sobre a Gestão Democrática

Meta 19 - Efetivar a gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico.

A Meta 19 do Plano Municipal de Educação (PME) tem como principal objetivo “assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”.

O tema da gestão democrática é detalhado no art. 14 da LDB:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;*
 - II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.*
- (Brasil, 1996).*

Observe-se que esta meta retoma a ideia inicial sobre a responsabilidade dos sistemas de ensino pela regulamentação das normas da gestão democrática, sendo a participação de dois atores considerada nesse processo: dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local nos conselhos escolares.

O PME (2015-2025) retoma algumas questões-chave da gestão democrática para a política educacional da última década, mas é possível afirmar que não houve modificações no marco regulatório da função de diretor nos últimos dez anos.

No que se refere à definição sobre a ocupação do cargo de diretor escolar, a LDB dispõe em seu art. 64 que “a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.”.

Embora a gestão democrática da escola pública no Brasil se faça presente como princípio na Constituição Federal de 1988 e na LDB, a legislação educacional posterior pouco avança no sentido de defini-la conceitualmente e de estabelecer atribuições e competências para os gestores escolares. Dada a natureza tridimensional da federação brasileira, em que união, estados e municípios são instâncias autônomas, proliferam-se definições de competências e atribuições, bem como de modalidades distintas de escolha dos cargos nas escolas.

Quadro LII - Existência de instrumentos de Gestão Democrática no município

Ano	Conselho Escolar	Conselho do FUNDEB	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2009	Sim		Não	Não
2011	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

Quadro LIII - Existência de Conselho Municipal de Educação

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Sim	
2009	Sim	Sim
2011	Sim	Sim
2014	Sim	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011, 2014 / Preparação: Todos Pela Educação

Quadro LIV - Caráter do Conselho Municipal de Educação

Ano	Normativo	Deliberativo	Fiscalizador	Consultivo
2006	Sim	Sim	Não	Sim
2009	Sim	Sim	Não	Sim
2011	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011, 2014 / Preparação: Todos Pela Educação

Há de se destacar que o Conselho Municipal de Educação de Itatiba é bastante atuante e transparente, disponibilizando seu regimento, suas atas, pareceres e deliberações por meio do endereço eletrônico:

<http://www.itatiba.sp.gov.br/Educacao/conselho-municipal-de-educacao.html>

Os aspectos da gestão democrática no município mostram o compromisso com a qualidade da educação e ano após ano fortalece esse alicerce tão importante para a formação da índole social dos estudantes. O quadro LV abaixo mostra um pouco desse compromisso com a excelência na gestão democrática.

Quadro LV - Aspectos da gestão democrática

Percentual de escolas com Conselho de Escola	100%
Percentual de escolas com Associação de Pais e Mestres	100%
Percentual de escolas com Grêmio Estudantil (ensino fundamental)	100%
Percentual de escolas com Projeto Político Pedagógico	100%
O sistema possui Fórum Permanente de Educação	Sim
Possui conselhos (de educação, de alimentação e do FUNDEB)	Sim
Formação oferecida aos conselheiros (CAE, FUNDEB, COMERC) em 2011	Sim

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Itatiba, 2014.

Indicador 19A	<i>Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO OFICIAL	-	-
	DADO MUNICIPAL	100%	Dados da Secretaria da Educação

Indicador 19B	<i>Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO OFICIAL	100%	IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011, 2014 / Preparação: Todos Pela Educação
	DADO MUNICIPAL	100%	Dados da Secretaria da Educação

Avaliação das Estratégias da Meta 19

19.1 Participar dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e da Criança e do Adolescente, dos conselhos regionais e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

Ações desenvolvidas - Criação do local de atendimentos - Casa dos Conselhos Professor Gentil Coelho. Participação dos conselheiros em cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE

Ações a serem realizadas - Ampliar se necessários os locais de atendimentos, melhorar as condições física, mobiliário e equipamentos, para o acolhimento dos membros e comunidade em geral.

19.2 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira aos estabelecimentos de ensino, em consonância com as políticas públicas do município de Itatiba.

Ações desenvolvidas - Ações não desenvolvidas

Ações a serem realizadas - Planejar e direcionar, em forma de rodizio, as ações externas Federais, Estaduais, Municipais, ONGs e particulares, entre os três segmentos da Rede de Ensino - Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

19.3 Estimular, em toda a rede de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas, fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

Ações desenvolvidas - A escola conta com as instituições. Garantido

Ações a serem realizadas - Fortalecer e conscientizar os integrantes da importância da participação efetiva; Garantir horários flexíveis para encontros e reuniões.

19.4 Fortalecer os conselhos escolares e o Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de formação de conselheiros, assegurando-lhes condições de funcionamento autônomo.

Ações desenvolvidas - Os conselheiros participaram de formações e participam ativamente na gestão escolar.

Ações a serem realizadas – Garantir continuidade das ações desenvolvidas

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
19.1	2017	Participar dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar e da Criança e do Adolescente, dos conselhos regionais e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.	Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE	Realizada
19.2	2017	Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira aos estabelecimentos de ensino, em consonância com as políticas públicas do município de Itatiba.	Não se aplica	Em andamento
19.3	2017	Estimular, em toda a rede de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas, fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	Não se aplica	Realizada
19.4	2017	Fortalecer os conselhos escolares e o Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de formação de conselheiros, assegurando-lhes condições de funcionamento autônomo.	Não se aplica	Realizada

Consideramos que a estratégia 19.3 do PNE poderia ser incluída, já que indica a criação de Fóruns permanentes de Educação no município. É de suma importância o acompanhamento e avaliação do cumprimento das estratégias elencadas nesta meta.

XX. Meta sobre o Financiamento da Educação

Meta 20 - Utilizar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o repasse de acordo com o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

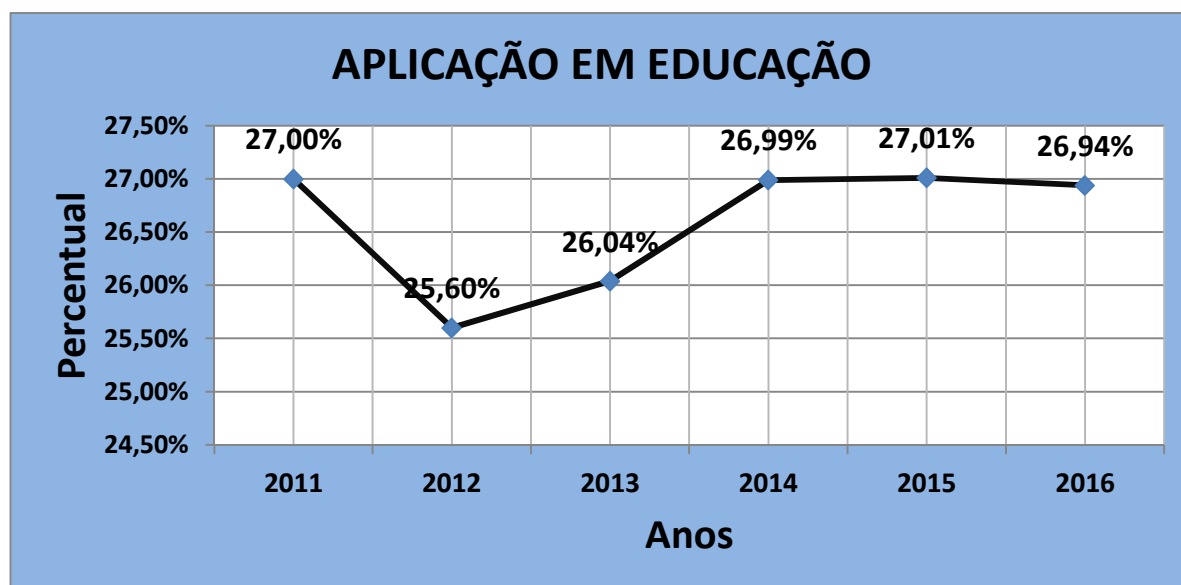
A meta 20 destina-se a garantir os recursos necessários à consecução das demais metas do Plano Municipal de Educação, e seu monitoramento tem como objetivo central acompanhar a evolução dos investimentos em educação com vistas a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2019 (final do quinto ano de vigência do PME 2015-2025) e 10% até 2025 (término da vigência do PME).

Ainda não há um indicador principal que permita acompanhar de forma plenamente adequada o cumprimento da meta 20. Isto ocorre porque não há dados disponíveis de investimento público em educação apurados de acordo com o instituído pelo Plano Nacional de Educação.

Devido ao exposto acima para realizar esse monitoramento foi utilizado o indicador do investimento público em educação fornecidos pela Secretaria de Finanças do Município.

O diagnóstico dessa meta com base no indicador elencado acima aponta que o município vem investindo em educação sempre acima dos 25% obrigatório por lei, conforme podemos constatar nos quadros LVI, LVII e LVIII.

Quadro LVI - Percentual de aplicação em Educação 2011 - 2016



Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Itatiba

Quadro LVII - Demonstrativo trimestral dos recursos aplicados na educação

A- Exercício: 2015 - 4º Trimestre: Outubro, Novembro e Dezembro

RESUMO (aplicações art. 212 da Constituição Federal):		
Receita de Impostos e Transferências	220.119.152,41	
Aplicação Obrigatória	55.029.788,10	25,00%
Aplicação Efetiva	59.453.236,27	27,01%
Aplicação a maior	4.423.448,17	2,01%

B- Exercício: 2016 - 4º Trimestre: Outubro, Novembro e Dezembro

RESUMO (aplicações art. 212 da Constituição Federal):		
Receita de Impostos e Transferências	226.027.763,65	
Aplicação Obrigatória	56.506.940,91	25,00%
Aplicação Efetiva	60.889.162,42	26,94%
Aplicação a maior	4.382.221,51	1,94%

Fonte: Secretaria de Finanças do Município

Quadro LVIII - Gastos com Orçamento Municipal em Educação

	2015	2016
Orçamento Municipal Total	360.150.000,00	366.000.000,00
Receita para cálculo dos 25% que devem ser aplicados em Educação (resultante de impostos municipais e de impostos provenientes das transferências da União e do Estado)	220.119.152,41	226.027.763,65
Total de Recursos aplicados em Educação % aplicado em educação	27,01%	26,94%
Valor Empenhado do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	50.904.586,64	53.150.240,90

Fonte: Secretaria de Finanças do Município

Quadro LIX - Salário Educação – QSE

	2014	2015
Salário Educação – QSE	9.718.924,05	9.421.504,03

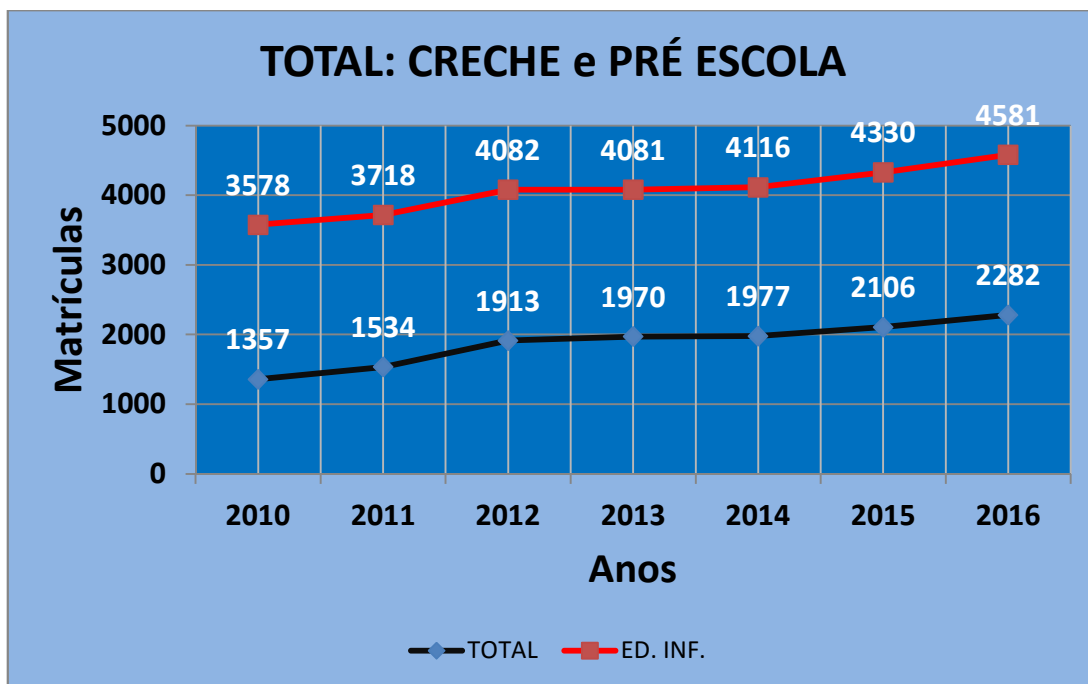
Fonte: Secretaria de Finanças do Município

Quadro LX - PIB Nacional

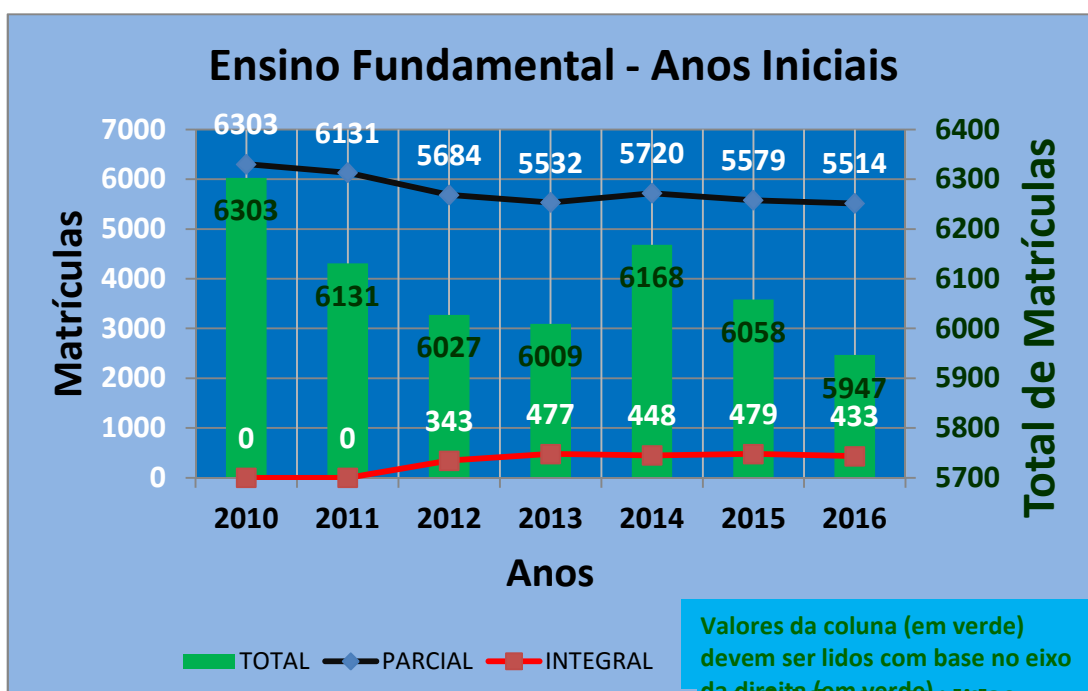
PIB Brasil	Ano	Valor
	2016	6.266.895.000.000,00

Fonte: Banco Mundial

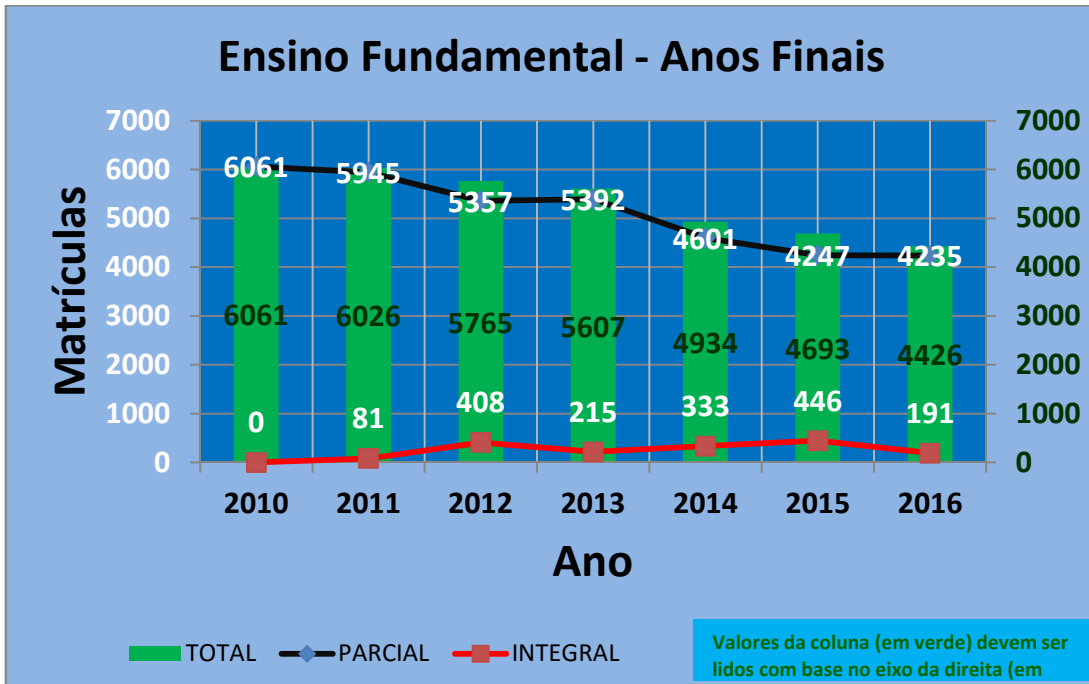
Quadro LXI - Número de matrículas - rede municipal Itatiba 2010 – 2016



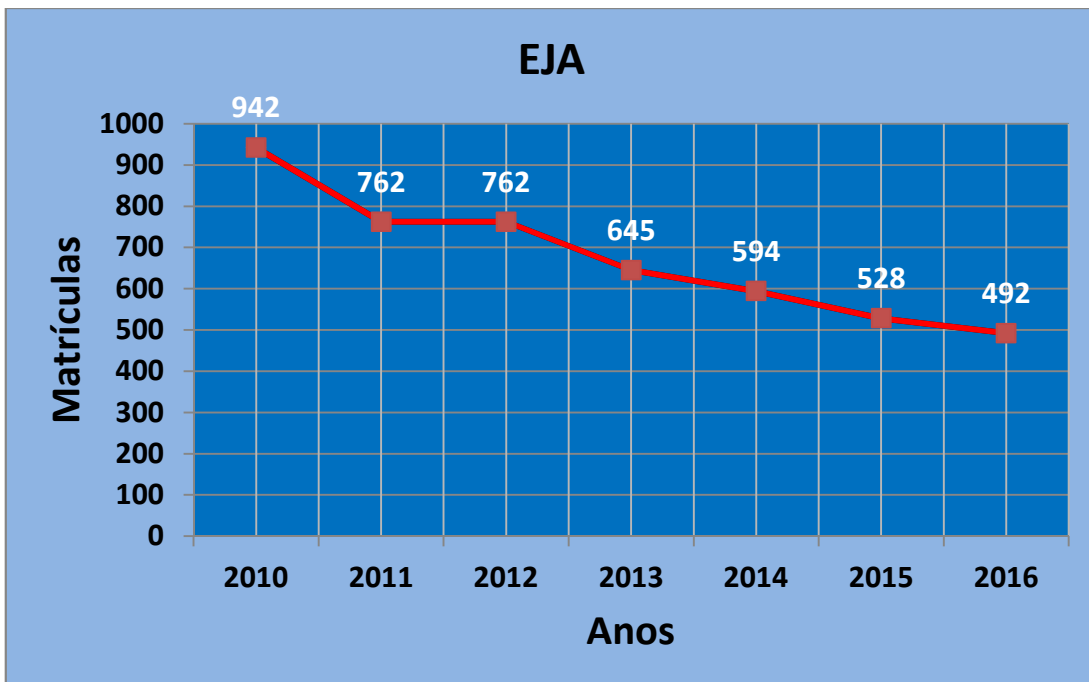
Fonte: Censo Escolar



Fonte: Censo Escolar



Fonte: Censo Escolar



Fonte: Censo Escolar

Os dados de matrícula foram levantados com o intuito de estabelecer uma análise entre a quantidade de alunos atendidos nos diferentes anos (2010 – 2016) e os valores investidos nesse período por aluno, na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Com base nas portarias interministeriais expedidas, embora ainda não tenha sido possível mensurar o valor gasto de acordo com as subdivisões estabelecidas pelo MEC (séries iniciais urbanas/ séries iniciais rural), podemos constatar que o Município de Itatiba vem investimento valores superiores aos estipulados pelo Governo Federal, conforme podemos constatar nos quadros abaixo.

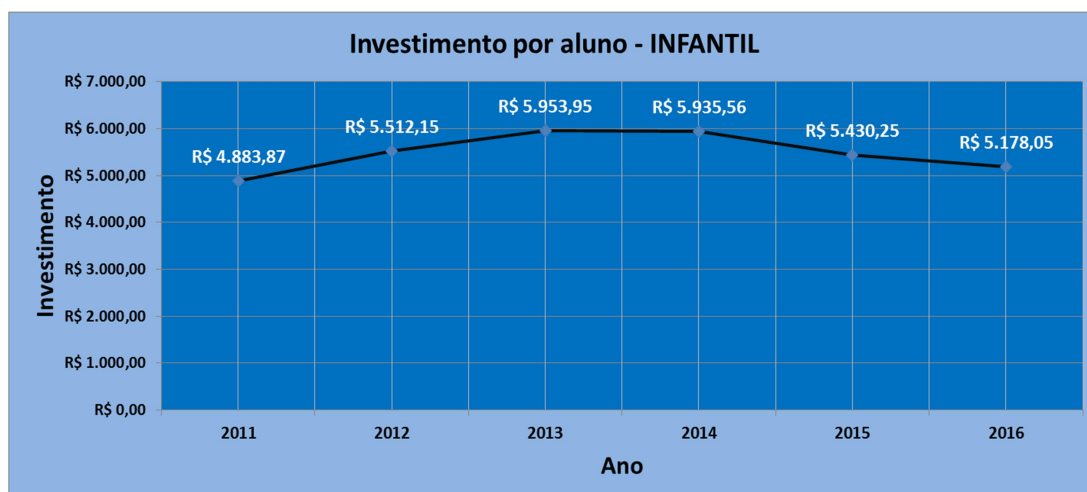
Quadro LXII - Investimento público por aluno

A- CUSTO POR ALUNO – FNDE

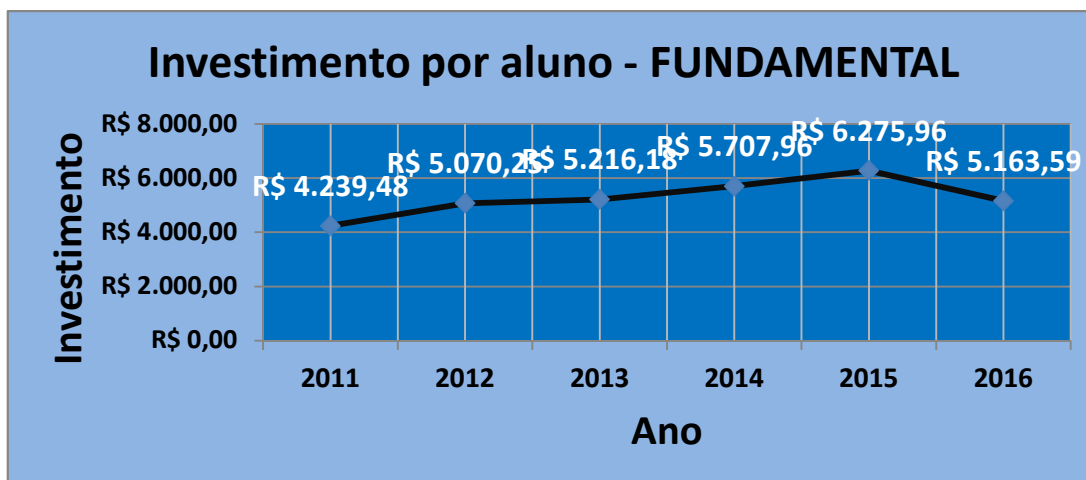
ANO	PORTARIA INTERMINISTERIAL	VALOR	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL					AEE
			CRECHE INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SÉR INICIAIS URBANA	SÉR INICIAIS RURAL	SÉR FINAIS URBANA	SÉR FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	
2017	Nº 8, DE 26/12/2016	2.875,03	4.663,01	4.663,01	3.586,93	3.586,93	3.586,93	4.124,97	3.945,62	4.304,32	4.663,01	4.304,32
2016	Nº 7, DE 16/12/2016	2.739,77	4.630,01	4.630,01	3.561,55	3.561,55	3.561,55	4.095,78	3.917,70	4.273,85	4.630,01	4.273,85
2015	Nº 8, DE 05/11/2015	2.545,31	4.407,65	4.407,65	3.390,50	3.390,50	3.390,50	3.899,08	3.729,55	4.068,60	4.407,65	4.068,60
2014	Nº 19, DE 27/12/2013	2.285,57	3.944,06	3.944,06	3.033,89	3.033,89	3.033,89	3.488,97	3.337,28	3.640,67	3.944,06	3.640,67
2013	Nº 16, DE 17/12/2013	2.022,51	4.103,52	4.103,52	2.525,24	3.156,55	3.156,55	3.630,03	3.472,21	3.787,86	4.103,52	3.787,86
2012	Nº 1495, DE 28/12/2012	1.867,15	3.688,17	3.688,17	2.269,64	2.837,06	2.837,06	3.262,61	3.120,76	3.404,47	3.688,17	3.404,47
2011	Nº 1721, DE 07/11/2011	1.729,28	3.168,45	3.432,49	2.112,30	2.640,38	2.640,38	3.036,43	2.904,41	3.168,45	3.432,49	3.168,45
2010	Nº 538-A, DE 26/04/2010	1.414,85	2.545,45	2.892,56	1.851,24	2.314,04	2.314,04	2.661,15	2.545,45	2.776,85	2.892,56	2.776,85

Fonte: site do FNDE

B- INVESTIMENTO POR ALUNO NO MUNICÍPIO DE ITATIBA



Fonte: SIOPE 2011 – 2016



Fonte: SIOPE 2011 – 2016

Indicador 20A	<i>Razão entre investimento público total em educação e produto interno bruto (PIB).</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO OFICIAL	00,00%	-----
	DADO MUNICIPAL	00,00%	-----

Indicador 20 B	INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO <i>ÍNDICE DE AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO 2015 / 2016</i>		
META PREVISTA PARA O PERÍODO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		FONTE DO INDICADOR
00,00%	DADO OFICIAL	00,00%	-----
	DADO MUNICIPAL	(-) 0,07%	Secretaria de Finanças do Município de Itatiba

Avaliação das Estratégias da Meta 20

20.1 Atender as demandas educacionais com padrão de qualidade, utilizando-se das fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para a Educação Infantil, Ensino Fundamental na modalidade regular e EJA e gradativamente no Ensino Médio, em consonância com a política de colaboração entre os entes federados, de acordo com a capacidade de atendimento e o esforço fiscal do município.

Ações desenvolvidas - Os investimentos em educação nos últimos anos superaram os 25% previstos na legislação como segue:

Ano	Índice Aplicado
2014	26,99%
2015	27,01%
2016	26,94%

Ações a serem realizadas - Continuar realizando o acompanhamento dos investimentos de forma a garantir o padrão de qualidade.

20.2 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação, associando a aplicação inclusive à melhoria do cenário arrecadatário dos tributos municipais – IPTU, ISSQN e ITBI – que compõem a base da receita vinculada à MDE.

Ações desenvolvidas - Lançamento da campanha do Refis - Programa de Recuperação Fiscal de 2017, instituído pela Lei nº 5.058 de 01 de setembro de 2017, onde os municípios que possuem dívidas relativas a tributos municipais poderão quitar seus débitos em condições favoráveis, visando também o aumento da arrecadação municipal. Ainda não é possível verificar os resultados obtidos visto que a campanha ainda encontra-se em vigência.

Ações a serem realizadas - Envio sistemático de relatório de acompanhamento das arrecadações à Secretaria da Educação.

20.3 Utilizar a parcela, eventualmente repassada ao município, da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.

Ações desenvolvidas - Verificação da legislação pertinente e levantamento dos valores arrecadados.

Ações a serem realizadas - Verificar a disponibilidade de aplicação dos recursos em educação básica.

20.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do

FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado e do Município e os Tribunais de Contas da União, do Estado e do Município.

Ações desenvolvidas - Criação do portal de Transparência no site da Prefeitura do Município de Itatiba; Realização de Audiências Públicas para discussão do PPA 2018-2021. Participação dos conselheiros do FUNDEB em cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE

Ações a serem realizadas - Realização de audiência específica sobre investimentos na área da Educação; continuar a oferecer capacitação aos membros do FUNDEB; Dentro do Portal Eletrônico criar link específico para acompanhamento do orçamento com educação.

20.5 Acompanhar regularmente os investimentos e as orientações nacionais sobre custos por aluno da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Ações desenvolvidas - As Secretarias da Educação e de Finanças realizaram o acompanhamento dos investimentos seguindo as orientações nacionais.

Ações a serem realizadas - Funcionário técnico alocado na Secretaria da Educação para melhor acompanhamento dos dados orçamentários e financeiros.

20.6 Assimilar o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) estabelecidos na legislação educacional nacional e viabilizar sua aplicação de acordo com a necessidade municipal a fim de atingir a qualidade do ensino.

Ações desenvolvidas - Acompanhamento da regulamentação da Legislação Educacional Nacional para assimilação da metodologia de cálculo do CAQi e do CAQ e sua posterior implementação no Município.

Ações a serem realizadas - Capacitação para que os envolvidos nesse processo se apropriem da metodologia de cálculo a partir da regulamentação federal.

20.7 Reivindicar a União, a complementação de recursos financeiros para o Município, caso este não consiga atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.

Ações desenvolvidas - Em acompanhamento da aprovação da Lei Federal

Ações a serem realizadas - Levantamento do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi); Identificar a necessidade da complementação; A partir da regulamentação Federal do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), reivindicar, caso necessário a complementação do Governo Federal.

20.8 Cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assim que estiver promulgada, assegurando padrão de qualidade na educação básica, no sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.

Ações desenvolvidas - Lei em discussão ainda não aprovada.

Ações a serem realizadas - Acompanhar o andamento da aprovação da Lei.

20.9 Solicitar recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2013.

Ações desenvolvidas - Solicitação de verbas aos órgãos competentes.

Ações a serem realizadas - Acompanhamento das verbas disponibilizadas pelo FNDE, PAR, PNATE e outras visando a solicitação.

20.10 Apoiar a gestão escolar na administração da transferência direta de recursos financeiros da União à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando a ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

Ações desenvolvidas - Reunião de orientação sobre a utilização dos recursos; Acompanhamento do processo e suporte da Secretaria de Finanças e Supervisor de Ensino com o objetivo de garantir a transparência das transferências de recursos.

Ações a serem realizadas - Aprimorar as ações já desenvolvidas visando sempre a maior transparência de todo o processo.

20.11 Assegurar gradativamente os recursos humanos, financeiros e materiais necessários para a implantação da base curricular nacional.

Ações desenvolvidas - Efetivação de professores, coordenadores pedagógicos, diretores e profissionais de apoio; provação do Plano de Carreira dos profissionais do Magistério; Reorganização da Lei do Sistema Municipal de Ensino.

Ações a serem realizadas - Formação Continuada dos profissionais da Educação; Acompanhamento da aplicação das verbas destinadas à educação com vistas a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

20.12 Incentivar e oferecer apoio do município à ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de instituições públicas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Ações desenvolvidas - Alteração na Lei Municipal de contratação de estagiários, seguindo a Lei Federal, ampliando a porcentagem de contratações permitidas, pagos com recursos próprios da Prefeitura Municipal; Abertura de Edital para concessão de auxílio transporte para universitários, pagos com recursos próprios do Município.

Ações a serem realizadas - Continuar com os investimentos e ampliá-los de acordo com a disponibilidade financeira do Município.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
20.1	2025	Atender as demandas educacionais com padrão de qualidade, utilizando-se das fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para a Educação Infantil, Ensino Fundamental na modalidade regular e EJA e gradativamente no Ensino Médio, em consonância com a política de colaboração entre os entes federados, de acordo com a capacidade de atendimento e o esforço fiscal do município.	PPA LOA LDO	REALIZADA
20.2	2025	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação, associando a aplicação inclusive à melhoria do cenário arrecadatório dos tributos municipais – IPTU, ISSQN e ITBI – que compõem a base da receita vinculada à MDE.	Não contemplada	Em andamento
20.3	2025	Utilizar a parcela, eventualmente repassada ao município, da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.	LOA	Não iniciada
20.4	2025	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado e do Município e os Tribunais de Contas da União, do Estado e do Município.	LOA	Em andamento
20.5	2020	Acompanhar regularmente os investimentos e as orientações nacionais sobre custos por aluno da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades.	LOA	REALIZADA
20.6	2020	Assimilar o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) estabelecidos na legislação educacional nacional e viabilizar sua aplicação de acordo com a necessidade municipal a fim de atingir a qualidade do ensino.	Não contemplada	NÃO INICIADA
20.7	2025	Reivindicar a União, a complementação de recursos financeiros para o Município, caso este não consiga atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.	Não se aplica	NÃO INICIADA
20.8	2025	Cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, assim que estiver promulgada, assegurando padrão de qualidade na educação básica, no sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.	Não se aplica	NÃO INICIADA
20.9	2025	Solicitar recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2013.	FNDE PAR	Em andamento
20.10	2025	Apoiar a gestão escolar na administração da transferência direta de recursos financeiros da União à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando a ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	PDDE	REALIZADA

20.11	2025	Assegurar gradativamente os recursos humanos, financeiros e materiais necessários para a implantação da base curricular nacional.	PPA	Em andamento
20.12	2025	Incentivar e oferecer apoio do município à ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de instituições públicas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.	PPA	Em andamento

Os membros da Câmara de Financiamento optaram em utilizar o dado de investimento público em educação no município por ser o único que, no momento, consegue nos mostrar a aplicação de recursos nessa área.

Essa aplicação vem sendo sempre acima dos 25% estipulado por lei, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

no	Percentual aplicado	
013	26,04 %	1,04 %
014	26,99 %	1,99 %
015	27,01 %	2,01 %
016	26,94 %	1,94 %

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A Meta 1 do PME trata do acesso das crianças de até 5 anos de idade à Educação Infantil, dividindo-se em dois grandes objetivos, que são a universalização da pré-escola e a ampliação do acesso à creche. O cenário geral constatado foi de ampliação do acesso à educação nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, mas de manutenção de muitos desafios para o alcance das metas.

Após leitura das estratégias proposta para alcançar a Meta 1, foi feito um levantamento das ações elencadas e realizadas no período. Verificou-se através da consulta de dados que as estratégias em sua maioria foram adequadas com as condições que havia no momento. Diante dos resultados iremos repetir as ações no próximo ano e aprimorar os pontos que ainda não foram eficazes.

Percebemos que no estágio em que nos encontramos do PME obtivemos avanços significativos para o alcance da Meta 1, porém ainda existe um grande percurso a percorrer quanto as adequações dos prédios escolares, atendimento da totalidade das crianças de 0 a 3 anos e da integração intersetorial para atingir as famílias/crianças em situação de vulnerabilidade.

A Meta 2 do PME trata do direito de acesso à educação da população de 6 a 14 anos, dividindo-se em dois objetivos: a universalização do acesso ao Ensino Fundamental e a conclusão dessa etapa na idade recomendada. Foi possível constatar alguns avanços ao longo do período analisado, embora ainda restem muitos desafios a serem enfrentados, em particular a melhoria do indicador de conclusão dessa etapa na idade recomendada. Mesmo quando se considera a adequação idade-etapa de ensino, o acesso das crianças e dos adolescentes de 6 a 14 anos ao Ensino Fundamental está praticamente universalizado.

Nesta etapa a comissão de monitoramento, com base no caderno de orientações, obteve dados junto aos sites e documentos oficiais referentes ao município. Juntamente com outros colaboradores envolvidos tentou-se o máximo possível obter os dados mais recentes. A maior dificuldade encontrada pela comissão de monitoramento foi em relação à atualização dos dados oficiais, não sendo possível ter uma porcentagem real entre a meta prevista e a meta executada no período, considerando como exemplo os dados referentes à população colhidos no site DATASUS 2012.

A análise dos dois objetivos da Meta 3 – universalização do acesso à escola e ampliação para 85% do acesso ao Ensino Médio para a população de 15 a 17 anos – demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas políticas públicas para que a meta e a concretização do direito à educação sejam atingidos. As últimas informações disponibilizadas apontam para uma relativa estabilidade no percentual de acesso à escola de um modo geral.

É fato que se processaram melhoras em todo município. Contudo, o ritmo em que elas se efetivaram, caso permaneça similar durante a vigência do atual PME, será insuficiente para o alcance do primeiro objetivo da Meta 3 – universalização do acesso –, no curto espaço de tempo estabelecido pelo PME. O segundo objetivo da Meta 3 – ampliar para 85% o total de jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio até 2025 – o monitoramento, por meio do Indicador 3B, aponta para avanços na adequação idade-série. Tal como observado em relação ao Indicador 3A, ocorreram avanços em todos

os recortes considerados.

A universalização do acesso à escola e a garantia de que os jovens usufruam da educação básica na idade ideal demandam esforços incisivos dos agentes públicos. O panorama traçado indica que serão necessários movimentos mais amplos para que se universalize o acesso à escola em um curto intervalo de tempo. Associado a esse desafio, a ampliação, até 2025, do contingente de jovens no Ensino Médio também requer um crescimento considerável do acesso a esse nível de ensino.

O desafio de atingir a Meta 4 soma-se à indisponibilidade de dados oficiais em âmbito nacional que permitam a mensuração integral de seus objetivos. Não há dados para o monitoramento desta meta. As pesquisas e o Censo do IBGE não levantam informações completas que permitam diagnosticar a situação.

No que diz respeito a Meta 5, os resultados da ANA 2014 demonstram que, respectivamente, pelo menos 78% e 76% dos estudantes matriculados 3º ano do ensino fundamental encontram-se acima do nível mais elementar de cada uma das escalas, ou seja, no mínimo, leem textos simples e possuem algumas habilidades matemáticas.

No entanto, os dados mostram que o desafio brasileiro urgente e indiscutível é o de melhorar os níveis de proficiência em Leitura, Escrita e Matemática dos mais de 22% dos estudantes que, mesmo depois de três anos dedicados ao período escolar de alfabetização e letramento inicial, só desenvolveram habilidades elementares nessa dimensão absolutamente essencial para continuidade plena das aprendizagens ao longo da vida.

Quanto à Meta 6, apesar da tendência de crescimento observada nos dois indicadores escolhidos para o monitoramento, verificamos a permanência de algumas desigualdades, como aquela que se refere à localização da escola. O percentual de escolas com ao menos uma matrícula em tempo integral da localização rural continua sendo muito inferior ao da urbana.

No que tange às etapas de ensino, os resultados, em 2015, para o indicador de matrículas em tempo integral apontam que apenas a educação infantil superou a meta de 25%, enquanto as demais etapas se encontram abaixo da meta, mas com situações bastante diversas.

A meta 7 do PME é a que se refere de forma mais direta à qualidade da Educação. No entanto, coloca como objetivo de qualidade as metas do IDEB, indicador composto pelas notas em língua portuguesa e em matemática da Prova Brasil e pelo fluxo escolar. Embora o IDEB tenha um papel fundamental ao dar notoriedade e objetividade à discussão sobre Educação no Brasil, a capacidade do indicador de diagnosticar a qualidade da Educação nas escolas e redes de ensino é limitada.

A Meta 8 caracteriza-se pela preocupação em garantir que a ampliação da escolaridade média do grupo de 18 a 29 anos de idade. A melhoria dos indicadores relativos à Meta 8 vincula-se à universalização da educação básica e à ampliação do acesso aos níveis mais elevados do ensino, bem como requer políticas voltadas à educação de jovens e adultos e daqueles provenientes dos grupos mais vulneráveis.

Nessa direção, políticas como a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabeleceram medidas para enfrentar as disparidades, como a definição de cotas com critérios sociais e raciais para

o ingresso nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio, de forma a ampliar o acesso dos segmentos mais pobres, dos negros e dos indígenas a tais instituições (Brasil. Inep, 2015).

A Meta 9 apresenta dois grandes objetivos: o primeiro, elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, ao final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto; o segundo, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Ao se analisarem os dados, conclui-se que, para assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade recomendada, reduzindo a taxa de analfabetismo funcional em 50% e erradicando o analfabetismo absoluto até o final do PME, é necessário intensificar políticas públicas que incentivem a alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais e que estimulem a permanência e a conclusão da educação básica. Tal desafio assume contornos ainda mais complexos ao se considerar a situação dos residentes nas áreas rurais, dos mais pobres e dos negros, grupos nos quais é preciso avançar ainda mais, de modo a efetivar os objetivos da meta de forma equitativa.

Na meta 10 constatou-se as seguintes dificuldades: Ausência de parcerias de empresas do município e das instâncias estadual e federal para os cursos profissionalizantes; Ausência de monitor de informática para os alunos da EJA; Capacitação para os docentes da EJA; Currículo adequado as demandas; Organização de um calendário escolar diferenciado para a EJA, contemplando conselhos de classe e HTPC; Promoção da participação dos docentes da EJA nos eventos realizados pela SE.

Na Meta 11 inicialmente foi realizada uma reunião com os membros da comissão e foram expostas as metas e estratégias do PME. Após a reunião foram pesquisados os dados referentes à Educação Profissional Técnica de nível médio. Percebemos que é necessária uma maior divulgação dos cursos oferecidos pela ETEC “Rosa Perrone Scavone” incluindo visitas a serem realizadas pelos alunos matriculados no 9º ano para que conheçam os cursos oferecidos e participem do Vestibulinho concorrendo às vagas oferecidas.

Com relação à Meta 12, o trabalho que se iniciou na câmara temática de Ensino Superior trará contribuições para a atualização dos dados, visto que os presentes no PME eram dados censitários e que não representavam a realidade do município no ano em que foi publicado.

Inicialmente foi realizada uma reunião com os representantes de cada uma das Instituições de Ensino Superior (IES) presentes no município de Itatiba. Na reunião foram expostas as metas e estratégias do PME e após a reunião foram elaboradas planilhas a serem preenchidas pelas instituições, com os dados necessários.

Algumas das IES preencheram as planilhas e os dados foram compilados nos quadros a seguir. No caso da instituição Anhanguera Educacional – campus Itatiba, que não preencheu as planilhas a tempo dessa compilação, teve seus dados, quanto ao total de alunos matriculados na graduação, contabilizados a partir dos números apresentados na primeira reunião.

Importante salientar que é a primeira vez que os dados são levantados diretamente com as IES promovendo um acompanhamento mais próximo junto às mesmas, bem como fomentando a troca de informações entre os responsáveis pelas instituições, que em sua maioria não se conheciam.

Essa aproximação permitirá que ações sejam planejadas coletivamente considerando as demandas das IES, da Rede Municipal de Ensino e da comunidade em geral. Por isso, além dos dados coletados para o monitoramento do PME, outros dados específicos, como tipos de cursos oferecidos, foram coletados para mapeá-los quanto ao oferecimento no município pelas IES e levantar as demandas existentes. Além disso, foram identificadas ações comunitárias desenvolvidas pelas IES com a finalidade de conhecer o que cada uma delas oferece e ao mesmo tempo, inferir sobre possíveis parcerias com a Secretaria da Educação.

Quanto à Meta 13 acreditamos que um dos passos mais importantes para garantir um Ensino Superior de qualidade é ter um bom quadro de profissionais dando aulas. Aumentar a quantidade de mestres e doutores dando aula nas universidades e faculdades brasileiras, inclusive no setor privado, é um desafio para garantirmos o melhor aprendizado para os alunos.

Para se realizar o monitoramento pontual da meta 14 será necessário para os próximos anos solicitar à Universidade São Francisco relatório sobre o número de matrículas na pós graduação modalidade *Stricto Sensu*. De acordo com as estratégias e ações traçadas haverá necessidade de parceria entre a IES e a Secretaria da Educação para elevar o número de matrículas em *Stricto Sensu*.

No que diz respeito à Meta 15, ressaltamos que para que aconteça um ganho de qualidade na formação do professor – seja ela inicial ou continuada – é preciso que a Educação Básica entre na agenda de prioridade das universidades. Os currículos das licenciaturas pouco tratam das práticas de ensino e são distantes da realidade da escola pública. De modo geral, a formação continuada se propõe a tampar os buracos deixados pela inicial.

Na Meta 16, dentre as estratégias descritas, consideramos que as estratégias do Plano Nacional da Educação, que não constam nesta meta, poderiam ser incluídas, tais como: 16.3 e 16.6 (PNE - programa específico de acesso a bens culturais), já que é uma ação normatizada em forma de lei no município (Lei 3906 de 31/07/06); 16.4 (PNE – portal do professor). Também já existe no município a plataforma Moodle que poderia ser ampliada e aperfeiçoada se tornando um portal de livre acesso para o professor, para subsidiar sua formação.

A recomendação é que anualmente 1% de professores e demais profissionais do magistério curse uma pós-graduação através de convênios e parcerias com IES. Quanto à formação continuada, percebemos uma diferença muito grande entre os dados oficiais do Mec/Inep/DEED/Censo Escolar de 2016, com os dados municipais.

Consideramos que foram oferecidas formações a todos os professores da Rede Pública Municipal (100%), seja por parcerias firmadas (Trilhas, Famílias que Cuidam, Rota das Bandeiras, Instituto Ayrton Senna) ou de forma direta por formadores da própria Secretaria da Educação;

Acreditamos ser interessante consolidar a política de formação no município, definindo se aconteceria por parcerias com IES ou de forma direta, com formadores da própria secretaria. Já as parcerias com outras instituições devem ser analisadas e se realmente são necessárias e de interesse dos docentes. Seria necessário um levantamento junto às escolas particulares para checarmos a porcentagem de 24,4 informada.

Já na meta 17 pontuamos que professores devem ser tratados e valorizados como profissionais e não como abnegados que trabalham apenas por vocação. A diferença salarial entre

professores e demais profissionais com mesmo nível de instrução é inaceitável. Enquanto salário e carreira não forem atraentes, o número de jovens dispostos a seguir a carreira do magistério continuará sendo baixo. Elevar os salários do magistério é opção mais política do que técnica. Implica em mudar prioridades e passar a enxergar a Educação como a principal fonte sustentável de desenvolvimento econômico e social de um país.

Quanto à Meta 18, acreditamos que além de assegurar a existência de planos de carreira em todos os sistemas públicos de ensino, é imprescindível que os planos sejam atraentes e deem condições ao professor de planejar seu futuro com mais segurança e de modo que possa buscar cada vez mais aperfeiçoamento. Um bom plano de carreira deve, por exemplo, permitir que um bom professor possa progredir na carreira sem a necessidade de deixar a sala de aula. Hoje, para a maioria dos professores, subir na carreira significa envelhecer.

Acreditamos que a meta 18.4 do Plano Nacional de Educação deveria ser incluída como estratégia, já que trata da qualificação dos profissionais do magistério em nível de pós-graduação stricto-senso.

A meta 19 talvez seja a meta mais difícil de ser acompanhada por dados estatísticos. É possível acompanhar, por exemplo, se o município tem constituído conselhos municipais de Educação ou conselhos de administração das verbas da Educação. Não há um indicador que permita acompanhar o cumprimento desta meta. No entanto, existem indicadores auxiliares que apontam para a existência de práticas de gestão democrática.

Finalizando, a meta 20 apesar de contar com a existência de indicadores produzidos pelo Inep/MEC que são estimativas do investimento público em Educação, ainda não há um indicador que capte as diversas formas de recursos públicos investidos na Educação. Tais formas estão expressas no parágrafo 4º do art. 5º da Lei do PNE, englobando os mandamentos do art. 212 da Constituição Federal e do art. 50 do ADCT, além dos recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior (incluindo incentivos e isenções fiscais), o financiamento de creches, pré-escolas e da Educação Especial na forma do art. 213 da Constituição Federal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior e os subsídios dos programas de financiamento estudantil.

Ao analisar as estratégias propostas para a Meta 20 verificamos que a maior parte delas encontra-se em andamento, porém não finalizadas. As estratégias 20.6, 20.7 e 20.8 encontram-se não iniciadas, pois dependem de iniciativa em âmbito federal.

Existe transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos no âmbito municipal conforme análise das estratégias 20.4 e 20.10, podendo ser realizadas algumas ações para aperfeiçoar ainda mais esse processo. A maior dificuldade encontrada para o monitoramento foi a de estabelecer indicadores que possam mensurar o alcance da meta 20 - “Utilizar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o repasse de acordo com o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio”.

Dentre as 12 estratégias constantes no Plano Municipal de Educação ainda não é possível definir com clareza quais realmente são eficazes para o cumprimento da meta 20, visto que ainda não há um indicador que capte as diversas formas de recursos públicos investidos na educação.